

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP



MAXWELL MARTINS

**ENTRE DRAGÕES E PALANCAS NEGRAS: O
APOIO CHINÊS NA INDEPENDÊNCIA DE
ANGOLA**



ARARAQUARA – S.P.
2016

MAXWELL MARTINS

ENTRE DRAGÕES E PALANCAS NEGRAS: O APOIO CHINÊS NA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos.

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca.

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo: 2014/24702-7.

ARARAQUARA – S.P.
2016

Martins, Maxwell

Entre Dragões e Palancas Negras: O Apoio Chinês na
Independência de Angola / Maxwell Martins – 2016
160 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de
Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

1. Relações Afroasiáticas. 2. China em África. 3. Conferência de
Bandung. 4. Descolonização de Angola. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MAXWELL MARTINS

ENTRE DRAGÕES E PALANCAS NEGRAS: O APOIO CHINÊS NA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos.

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca.

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo: 2014/24702-7.

Data da defesa: 29/04/2015

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca**
Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara.

Membro Titular: **Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires**
Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.

Membro Titular: **Prof^ª. Dr^ª. Luena Nascimento Nunes Pereira**
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta Dissertação de Mestrado

À minha família, meus pais e irmã pelo apoio, força e incentivo sem igual... Sem vocês, nada do que aqui se encontra seria possível... Enfim, assim o faço pelas minhas mais belas, sinceras e diversas razões.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca pela dedicação e contribuição, para a concretização deste trabalho.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo: 2014/24702-7) pelo apoio, sem o qual esta Dissertação de Mestrado não teria a qualidade que hoje possui, na medida em que possibilitou-me ter uma dedicação exclusiva para a sua realização.

A todos os africanos/as e brasileiros/as vinculados ao NUPE/CLADIN/LEAD através do Grupo de Estudos e Pesquisas “União Africana” – GEUPA, que com grande afinho, proporcionaram acolhimento e contribuições relevantes para minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

A todos os amigos, familiares e conhecidos ao longo de minha trajetória acadêmica nesta existência, e em especial aos familiares: Benedito Graciano Martins, Maria Cecy Lopes Martins, Aline Yramaia Martins de Almeida, Bruno Affonso de André de Almeida; aos amigos africanos: Egor Vasco Borges, Daniel Júlio Lopes Soares Cassamá, Dabana Namone, Carlos Jorge Dias do Rosário, Rajabo Alfredo Mugabo Abdula; e aos amigos chineses: Dài Ài-Fāng, Jackeline Lee, Lì Liǎng, Mù Tāo, Wáng Xiǎoshī e Zhāng Chūnfēng; e os amigos brasileiros: Damião Leonardo Bonilha, Giovana Mendonça Algarve, Helena de Moraes Manfrinato e Lucas Lopes de Moraes pelas trocas de experiências, a convivência saudável e a confiança necessária para edificação deste presente trabalho.

Enfim, a todos os familiares, amigos e funcionários da UNESP/FCL-CAr, cujos nomes, injustamente não se faz presente nesta página, mas desempenharam um papel fundamental para a elaboração desta Dissertação de Mestrado.

“O trabalho é difícil. E muitas vezes, é uma questão de descobertas casuais de informações em livros que foram escritos para fins completamente distintos.”

Graham W. Irwin (2007, p. 144–5. Tradução Nossa).

RESUMO

Ciente do desafio que constitui a compreensão do complexo e multifacetado envolvimento dos chineses em África, a partir de uma visão das Ciências Sociais no Brasil, nossa proposta é de investigar, registrar e compreender parte de um dos encontros civilizatórios mais antigos e menos conhecidos do mundo: as relações afro-orientais, mais especificamente a participação e o envolvimento dos chineses nos processos de descolonização e reconquista da independência de Angola. Busca-se, portanto, evidenciar os canais decisórios efetivos, e não somente formais, da contribuição chinesa entre os anos de 1960 a 1975, como forma de promover e/ou acelerar a descolonização e reconquista da independência do povo angolano.

Palavras-chave: Relações Afroasiáticas. China em África. Conferência de Bandung. Descolonização de Angola

ABSTRACT

Aware of the challenge of understanding the complex and multifaceted Chinese involvement in Africa, from a vision of Social Sciences in Brazil, our proposal is to investigate, record and understand part of one of the oldest civilizational encounters and less known to the world: the African – Eastern relations, specifically the participation and involvement of Chinese in the decolonization process and regaining independence of Angola. Search, therefore, show the effective decision-making channels, not just formal, of the Chinese contribution in the years 1960 to 1975, in order to promote and / or accelerate the decolonization and reconquest of independence the Angolan people.

Keywords: Afro-Asian Relations. China in Africa. Bandung Conference. Decolonization of Angola.

摘要

認識理解複雜而多元的中國參與非洲，從社會科學在巴西願景的挑戰，我們的建議是，調查，記錄，並了解最古老的文明相遇和最知名的世界的一個部分：非洲東部的關係，特別是在非殖民化和安哥拉重新獲得獨立的過程的參與和中國的參與。因此，搜索是顯示實際決策過程，而不是只是形式上的，以此來促進和/或加速非殖民化和安哥拉人民重新獲得獨立後 1960 - 1975 之間，中國的貢獻。

關鍵詞： 中國在非洲。非殖民化安哥拉。萬隆會議。

LISTA DE MAPAS

| | | |
|----------------|---|-----|
| Mapa 01 | Mapa da África e da Ásia | XIV |
| Mapa 02 | Civilização do Vale do Indo. <i>Harappa</i> e <i>Mohenjo-Daro</i> | 39 |
| Mapa 03 | Nomes, rotas e localização do Périplo do Mar Eritreu | 41 |
| Mapa 04 | Mapa do Oceano Índico | 51 |
| Mapa 05 | Mapa de <i>Kangnido</i> | 63 |
| Mapa 06 | Mapa Chinês do Mundo Integrado | 64 |
| Mapa 07 | Domínio colonial Europeu da África e da Ásia no século XIX e XX | 70 |
| Mapa 08 | África em 1880 – Antes da Conferência de Berlim | 75 |
| Mapa 09 | África em 1914 – Após a Conferência de Berlim | 75 |
| Mapa 10 | O Mapa Cor de Rosa | 77 |
| Mapa 11 | O Nascimento do Terceiro Mundo | 91 |

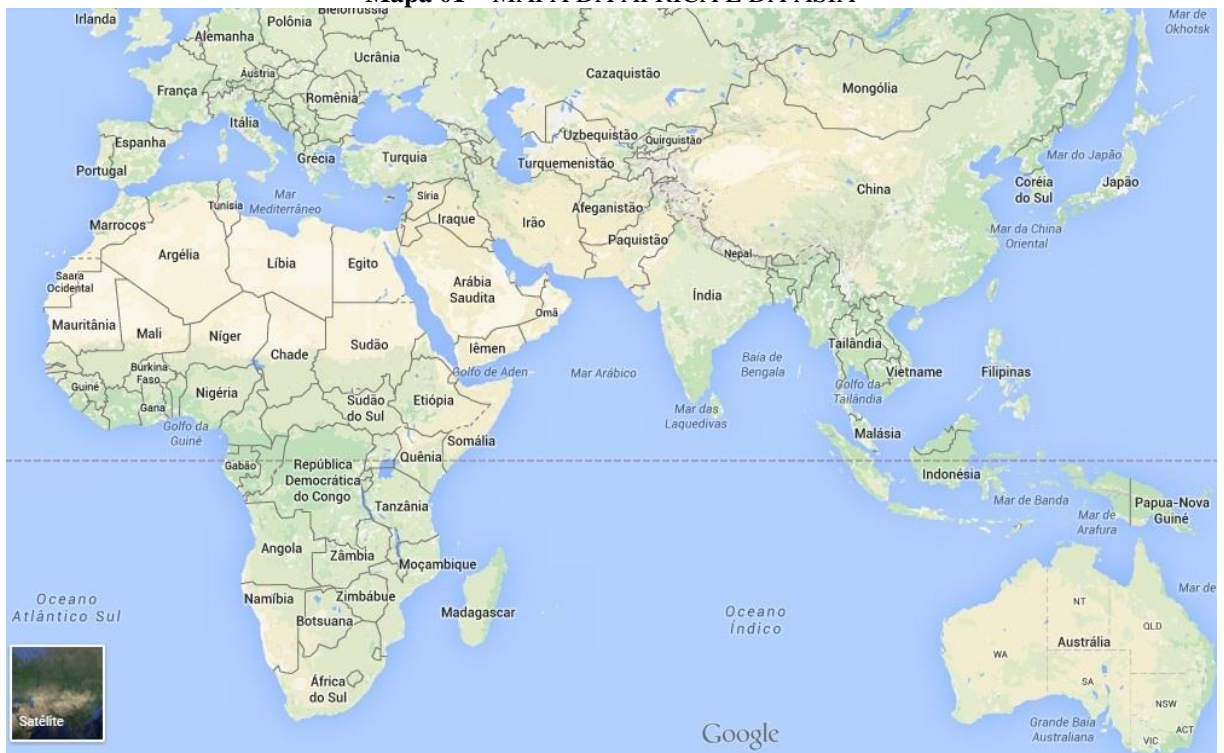
LISTA DE IMAGENS

| | | |
|------------------|--|-----|
| Figura 01 | Registro fotográfico de <i>William Edward Burghardt Du Bois</i> de 1918 | 84 |
| Figura 02 | Congresso dos Povos do Oriente. <i>Baku</i> , setembro de 1920 | 86 |
| Figura 03 | <i>Anders Ehnmark</i> do "Expressen" (à direita) e <i>Bertil Stilling</i> , na fronteira entre o Congo (Leopoldville) e Angola, julho de 1961 | 104 |
| Figura 04 | Primeiro Embaixador soviético na China (o sexto da direita, na primeira fileira) | 112 |
| Figura 05 | Primeiro-Ministro chinês <i>Zhōu'ēnlái</i> em visita à esfinge (1) – 1963 | 114 |
| Figura 06 | Primeiro-Ministro chinês <i>Zhōu'ēnlái</i> em visita à esfinge (2) – 1963 | 115 |
| Figura 07 | Pessoas de todo o mundo, uni-vos | 118 |
| Figura 08 | O Presidente <i>Máo Zédōng</i> entre amigos da Ásia, África e América Latina em 1959 | 120 |
| Figura 09 | O Presidente <i>Máo Zédōng</i> se reúne com o <i>Kwame Nkrumah</i> , Presidente da República de Gana em sua visita à <i>Hangzhou</i> em agosto de 1961 | 121 |
| Figura 10 | Em janeiro de 1964, <i>Ibrahim Aboud</i> , Presidente do Conselho Supremo das Forças Armadas da República do Sudão em banquete à visita do Primeiro-Ministro chinês <i>Zhōu'ēnlái</i> | 121 |
| Figura 11 | <i>Zhōu'ēnlái</i> de mãos dadas com <i>Ernesto Guevara Serna</i> , membro visitante da liderança nacional e membro do Partido Unido da Revolução Socialista em 08 de fevereiro de 1965 | 122 |
| Figura 12 | Remake de fotos antigas, meu pai ao lado do auditório da <i>Academia Militar de Nanking</i> em 1960. | 123 |
| Figura 13 | Registro fotográfico de <i>Chén Yì</i> | 130 |
| Figura 14 | Primeiro-Ministro chinês <i>Zhōu'ēnlái</i> é recepcionado por <i>Modibo Kaita</i> , presidente do Mali em fevereiro de 1964 | 131 |
| Figura 15 | Registro fotográfico de <i>Jonas Malheiro Savimbi</i> | 133 |
| Figura 16 | Registro fotográfico de <i>Viriato Francisco Clemente da Cruz</i> | 137 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO: A PARTICIPAÇÃO CHINESA NOS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO E RECONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA COMO QUESTÃO DE PESQUISA..... | 18 |
| 1.1 Objetivos..... | 18 |
| 1.2 Referencial teórico adotado | 20 |
| 1.3 Hipóteses de trabalho..... | 32 |
| 1.4 Metodologia..... | 33 |
| 2. AS ANTIGAS RELAÇÕES AFROASIÁTICAS..... | 37 |
| 2.1 Os primeiros africanos pela Ásia..... | 37 |
| 2.2 Os primeiros asiáticos pela África..... | 47 |
| 2.2.1 Os chineses na Costa Leste africana..... | 55 |
| 3. RELAÇÕES COLONIAIS, RUPTURAS E REENCONTROS..... | 69 |
| 3.1 A dominação europeia na África e na Ásia | 69 |
| 3.2 As Conferências afroasiáticas..... | 82 |
| 3.3 O eco das Conferências afroasiáticas sobre as lutas independentistas da África..... | 94 |
| 4. O DRAGÃO E OS DEMÔNIOS DO OCIDENTE..... | 110 |
| 4.1 O apoio chinês nas lutas independentistas da África..... | 110 |
| 4.2 Entre dragões e palancas negras | 124 |
| CONCLUSÃO..... | 141 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA | 150 |

Mapa 01 – MAPA DA ÁFRICA E DA ÁSIA



FONTE: Google Maps (2015).

PRÓLOGO

Talvez, entre o extenso volume de páginas que pude produzir ao longo de toda a minha trajetória enquanto aluno do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” no Campus de Araraquara-SP, estas serão as mais difíceis. Tão difíceis como a música *A Way of Life* de *Hans Zimmer* puderam expressar...

Condicionado a uma produção acadêmica onde a disciplina, o rigor e as normas constituem as palavras de ordem para o tratamento das informações disponibilizadas aqui, escrever ou reconstruir motivações e um sentido mais livre (longe das preocupações como as citações, traduções, etc.) se torna até um exercício desafiador. Nesse sentido, venho neste momento apontar parte dos caminhos e dos percursos mais relevantes que me levaram a busca por um tema complexo e inédito dentro das Ciências Sociais de meu país.

Acredito que dois elementos familiares somados ao cotidiano acadêmico desta presente existência na UNESP, formaram o tripé fundamental para a busca por compreender melhor o tema das relações afroasiáticas.

Vindo de uma família de imigrantes em que há décadas estabelece uma próspera relação entre aspectos culinários do ocidente e práticas religiosas do oriente, produziram em mim um intenso desejo de compreensão da milenar cultura e sabedoria oriental. Porém, como pude verificar mais tarde (ao longo do desenvolvimento desta Dissertação de Mestrado), o Brasil possui uma vaga produção acadêmica sobre os estudos asiáticos, o que acarretou na dificuldade de acesso aos conhecimentos religiosos, históricos e culturais que buscava.

Além disto, as longas histórias contadas por minha avó sobre como sua família Bianchi chegou ao Brasil e como se deu o envolvimento de seu irmão na Segunda Guerra Mundial, momento em que participou servindo ao lado da Força Expedicionária Brasileira – FEB, na *Batalha de Monte Castelo*, provocavam em mim um misto de deleite (pelo contar das longas histórias) e angústia (por imaginar o sofrimento e a desvalorização da vida humana).

Estes aspectos me levaram a escolher trabalhar com questões relacionadas ao oriente, principalmente as consequências da presença ocidental neste continente. Com base em um esforço monumental e com a boa sorte com que carreguei de todos os deuses do Budismo *Mahāyāna* consegui ultrapassar a barreira entre o Ensino Médio e a Universidade pública, porém, a busca por se dedicar aos estudos asiáticos conflitava com meu cotidiano acadêmico.

Mesmo atento as aulas, aos textos e aos diálogos com os colegas era impossível achar qualquer elemento que me remetesse às questões asiáticas. Este período de asfixia era

combatido com a leitura e mapeamento de obras na biblioteca que pudesse em algum momento fazer sentido em um futuro trabalho acadêmico.

Foi então que em meu segundo semestre do primeiro ano do curso de graduação em Ciências Sociais que tive aulas com o Professor Dagoberto José Fonseca. Em suas aulas encontrei a possibilidade de chegar a minha meta: o de produzir um trabalho acadêmico sobre qualquer aspecto que envolva o continente asiático, dando um primeiro passo para a construção de trabalhos mais sólidos, evitando assim essa constante invisibilidade das questões asiáticas em meu país.

Foi com base nas aulas do Professor Dagoberto José Fonseca que pude dar foco, direção e sentido em minhas motivações iniciais, e juntos mantivemos diálogos desde o nosso terceiro encontro, ou seja, desde minha terceira aula no ano de 2009, sobre a possibilidade de relacionarmos algum aspecto que envolvesse os continentes da África e da Ásia.

Sendo assim, estabelecemos metas, prazos, diálogos e estudos, dando os primeiros passos sobre a compreensão do envolvimento chinês no continente africano, mapeando assim as relações sinoafricanas. Esse foi um período importante já que entre os anos de 2011 a 2013 pude ser contemplado com uma bolsa PIBIC de Iniciação Científica, assim como produzir quatro relatórios de pesquisa, participar de grupos de estudos, escrever artigos, elaborar a monografia do curso, participar eventos acadêmicos (chegando a ser premiado no ano de 2013), e elaborar o projeto de pesquisa que me levaria a pleitear uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNESP de Araraquara, chegando a me tornar bolsista da FAPESP (Processo: 2014/24702-7), o que somente reafirmou a nossa convicção de que os estudos relacionados ao continente asiático precisam se tornar mais fluidos, mais intensos, mais corriqueiros...

Sempre me lembro de uma passagem presente na conclusão do primeiro volume do Curso de Filosofia Positiva de Augusto Conte, em que o autor diz que ninguém estaria mais convencido do que ele, sobre a insuficiência de suas faculdades intelectuais para a conclusão de seus objetivos, mas mesmo assim, caberia a ele iniciar a construção deste projeto.

Desde minha formação em Ciências Sociais, sempre tive comigo essa passagem. Não por possuir afinidades com a produção intelectual de Augusto Conte, mas sim por perceber nessas palavras a fragilidade latente dos autores frente a complexidade de seus temas científicos. Justamente por essa razão, as páginas que se seguem abaixo fazem parte de um amplo conjunto de esforços que empreendi na tentativa de abertura de um diálogo (e não um monólogo) acerca das relações afroasiáticas.

Sessão 1

第一章

1. Introdução:

A participação chinesa nos processos de descolonização e reconquista da independência em Angola como questão de pesquisa

1.1 Objetivos

Um dos fatos mais marcantes de nossa contemporaneidade é sem dúvida, a transformação da República Popular da China¹ (中华人民共和国。 *Zhōnghuá rénmin gònghéguó*) em uma potência mundial. O “milagre” econômico dos últimos 25 anos; transformações históricas, sociais, econômicas e políticas da China; e o seu crescente envolvimento econômico com os países africanos, a partir do ano 2000, quando se inicia o Fórum de Cooperação Sinoafricano² (中非合作论坛。 *Zhōngfēi hézuò lùntán*), acarretaram na elaboração de debates sobre as ameaças e as oportunidades acerca da sua relação com o continente africano no campo da geopolítica, da economia e das relações internacionais, como se pode observar nos trabalhos de BELLO, 2008; CAROÇO, 2008; COISSORÓ, 2007; C.E.C,

¹ Ao longo desta Dissertação de Mestrado utilizaremos distinções entre: China, República Popular da China e Taiwan. Muito embora estejamos falando sobre um mesmo território, levaremos sempre em conta as dimensões históricas que apresenta, sendo assim, sempre utilizaremos “China” como referência a todo o processo histórico, deste território, até o ano de 1949, momento em que se estabelece a fundação da República Popular da China. No segundo caso, – a República Popular da China – utilizaremos sempre para situações oriundas a partir do ano de 1949, ou seja, a partir do controle político do país realizado pelo Partido Comunista Chinês. E no terceiro caso – Taiwan – nos referimos sempre como um território independente da República Popular da China, embora, faça parte da política imposta pelo Partido Comunista Chinês a alegação de que este território é parte constituinte da República Popular da China e defenda a resolução do conflito sem a interferência internacional.

² Embora muito controverso e polêmico, o termo *SINO* (de sinoafricano, sino-brasileiro ou sino-japonês), advém da criação da *sinologia*, o estudo que se dedica a compreensão civilização chinesa criado pelos primeiros jesuítas europeus como *Johann Adam Schall von Bell* (汤若望。 *Tāng Ruòwàng*), *Matteo Ricci* (利瑪竇。 *Lì Mǎdòu*), *Michele Ruggieri* (罗明坚。 *Luó Míngjiān*), entre outros, que ao chegarem em terras chinesas e tibetanas ao longo do século XV deram início a um conjunto de traduções de textos clássicos chineses para o latim e outras línguas europeias. Embora os caracteres chineses tenham sido importados pelos japoneses nos primeiros séculos da era cristã, como aponta ROWLEY (2003), a utilização do termo sinologia é feita de forma distinta entre os dois países. Os chineses o referem pelo termo (中国通。 *Zhōngguó tōng*), ou seja, o grande conhecedor das coisas da China, ao passo que no Japão, a transliteração do termo é feita como *Sinagaku* 支那学, onde *Gaku* significa *Estudos* e *Sina* advém de uma referência aos povos da China feita de forma pejorativa. Para além destes fatos, o uso do termo *SINO* carrega, para alguns chineses, uma perspectiva de insulto, uma vez que esta pronúncia se assemelha as palavras: *Morte* e *Qual* (死哪 *Sǐ nǎ*) pronunciadas por parte de um país que possui sérias acusações de crimes de guerra na China. O termo somente foi abolido dos documentos oficiais japoneses no ano de 1946, embora registram-se sua utilização de maneira informal no Japão até os dias atuais. (BÁIDŪ, 2016a; BÁIDŪ, 2016b; HANBAN, 2010, WIKIPEDIA, 2016). Uma possível solução da questão é a utilização do termo *Chinoafricano*, *Chino-brasileiro* ou *Chino-japonês*, porém, manteremos a conceituação primária feita pelos jesuítas, pois em latim – base estrutural do idioma a qual utilizamos para a construção deste trabalho – o termo *SINO* também estabelece referência e equivalência ao termo *China*.

2010; ESTEVES, 2008; IIM, 2009; MARTINS, 2016, RODRIGUES, s/d; YU SHENGNAN, 2011, entre outros.

Este verdadeiro “*Far West*” chinês vem sendo diuturnamente noticiado com profunda incompreensão por não se reconhecer o caráter histórico e as transformações do tecido social que se imprimem nos antigos laços civilizatórios, nos fluxos migratórios, nas trocas comerciais, nas viagens diplomáticas, assim como na contribuição chinesa diante dos dolorosos e tumultuados processos que resultaram na reconquista da independência de Angola e de outros países do continente africano, a partir de grupos nacionalistas.

Essas posturas analíticas, ancoradas na falta de dimensão histórica, dos processos coloniais afroasiáticos são muitas vezes entendidas como apostas políticas que visam ressaltar o papel do colonizador no curso do desenvolvimento dos povos localizados fora do continente europeu, por isso não se verificam hoje em dia nenhuma verdadeira história das relações sinoafricanas (CHESNEAUX, 1995; MICHEL e BEURET, 2009).

No limite, isto justifica a percepção da luta colonial como parte de um contexto da década de 1960, e resultado direto das compreensões humanas e ideológicas oriundas exclusivamente dos povos europeus e ancoradas em acontecimentos que vão do abandono à falência da postura colonial, ao invés da percepção de que a independência foi reconquistada em meio a contribuições internas e externas ao continente africano, e fundamentalmente o entendimento de que os processos de descolonização estiveram entrelaçados pela Conferência de Bandung em meados da década de 1950 (MARTINS, 2014b, 2016).

Ciente do desafio que constitui a compreensão do complexo e multifacetado envolvimento dos chineses pelo continente africano, a partir de uma visão das Ciências Sociais no Brasil, a nossa proposta é de investigar, registrar e compreender parte de um dos encontros civilizatórios mais antigos e menos conhecidos do mundo: as relações afro-orientais, mais especificamente a participação e o envolvimento dos chineses nos processos de descolonização e reconquista da independência de Angola. Busca-se, portanto, evidenciar os canais decisórios efetivos, e não somente formais, da contribuição chinesa entre os anos de 1960 a 1975, como forma de promover e/ou acelerar a descolonização e reconquista da independência do povo angolano.

A opção pelo presente trabalho visa preencher a lacuna existente na literatura sobre a temática, pois buscará agregar os fatores acima em uma perspectiva pouco explorada, a descolonização a partir da perspectiva dos povos colonizados, focando assim, a participação efetiva dos apoios externos na luta independentista de Angola, mais especificamente o papel

desempenhado pela China nesse contexto, contrariando assim a perspectiva de trabalhos como os de LOPES e ARNAUT, 2008; MACÁRIOS, 2011; POMAR, 2003; SHU, 2005; VISENTINI, 2012; WEBER, 2004, entre outros, que recorrem a processos históricos da Europa – assim como conceitos e análises teóricas – como parte central na explicação da realidade dos povos África e/ou da Ásia.

Cabe ressaltar que não se trata de minimizar a relevância e os esforços individuais dos agentes internos do conflito, pelo contrário, reconhece-se o papel de distintos atores individuais e/ou grupos na efetivação da independência. Contudo, os esforços, os interesses e as distintas visões de mundo dos agentes externos foram cruciais para a existência, a dinâmica e o fim do conflito em Angola.

1.2 Referencial Teórico Adotado

O desafio que nos cabe em tecer apontamentos acerca dos antigos vínculos civilizatórios afro-orientais a partir do extenso, dinâmico e desconhecido Oceano Índico, é demasiadamente complexo. As barreiras linguísticas, a escassez de fontes confiáveis e a compreensão da real importância da temática afroasiática, constituem as principais fontes de lamentação acerca dos trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre a temática. Além de comporem o bojo das adversidades de um olhar mais profundo, acerca desta dinâmica afro-oriental, que esteja desvinculado de uma perspectiva europeia. Muitos autores³ são taxativos em afirmar a obscuridade existente ainda acerca da verdadeira história do Oceano Índico e seus multifacetados encontros civilizatórios, e a necessidade de uma ampla investigação autorizada em antigas civilizações pelos continentes da África e da Ásia como solução plausível para a temática.

Por outro lado, Stuart Hall (2003) nos apresenta uma perspectiva distinta da grande maioria dos autores supracitados, onde a falta de registros, a escassez de documentação e obstruções linguísticas do universo pós-colonial não corresponderiam as maiores dificuldades e desafios para a leitura das rotas e dos encontros dos povos localizados fora Europa, mas sim a superação das bases interpretativas do empreendimento euro-ocidental que instituiu a colonização e engessou o olhar sobre a perspectiva eurocêntrica.

³ Ver obras de Bakoly Domenichini-Ramiaramanana (2010), Dagoberto José Fonseca (2008a), Graham W. Irwin (2007), Ivan Hrbek (2010), Joseph Ki-Zerbo (2010b), Max Weber (2004), Serge Michel e Michel Beuret (2009), Yusof Talib (2010), entre outros.

As identidades formadas no interior da matriz dos significados coloniais foram construídas de tal forma a barrar e rejeitar o engajamento com as histórias reais de nossa sociedade ou de suas "rotas" culturais. Os enormes esforços empreendidos, através dos anos, não apenas por estudiosos da academia, mas pelos próprios praticantes da cultura, de juntar ao presente essas "rotas" fragmentárias, freqüentemente ilegais, e reconstruir suas genealogias não-ditas, constituem a preparação do terreno histórico de que precisamos para conferir sentido a matriz interpretativa e as auto-imagens de nossa cultura, para tornar o invisível visível (HALL, 2003. p. 42).

Fato é que muito embora Stuart Hall esteja focando e direcionando seu olhar para um conjunto de dinâmicas e questões presentes na realidade caribenha do pós-guerra, a sua análise se estende ao mundo afro-oriental na medida em que as reflexões de autores pós-coloniais representam um conjunto de populações que viveram sobre situação análoga de subalteridade ou ainda vivem de determinada forma (MACHADO 2004).

Nesse sentido, é comum a elaboração de abordagens anacrônicas acerca da dinâmica milenar e multifacetada desta relação, entendida por alguns autores, como armadilhas históricas e efetivas barreiras na construção do real entendimento dos processos humanos. O exemplo são as abordagens de Jean Chesneaux (1995, 1977), em que defende a existência de uma estratégia imperialista – promovida pelos países europeus, e sobre tudo a França – que visa privilegiar o papel dos povos europeus no curso do desenvolvimento humano quando estabelece grandes acontecimentos históricos da Europa como marco explicativo de acontecimentos sociais em outros continentes, por isso a necessidade de uma abordagem ampla quando se envolve uma análise sobre os aspectos históricos dos continentes da África e/ou Ásia.

Nesta mesma perspectiva, Sérgio Costa (2005) aponta para a existência de uma polaridade entre o pensamento e o mundo existente no Ocidente, e todo o conjunto de populações, países e territórios que se encontram fora do mundo euro-ocidental, denominando esta polarização de *West/Rest*. Esta perspectiva, segundo o autor, se faz presente também na própria organização e desenvolvimento da sociologia, assim como de todas as ciências sociais modernas, em um conjunto de narrativas cuja centralidade se faz na existência de um Estado-nação típico dos modelos idealizados pelo sistema ocidental que reduz sistematicamente a história moderna a uma linha de explicação que valoriza o papel heroico das populações euros-ocidentais sobre os demais povos da terra. Em outras palavras:

O Outro perde seu poder de significar, de negar de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional.

Embora o conteúdo de uma "outra" cultura possa ser conhecido de forma impecável, embora ela seja representada de forma etnocêntrica, é seu local enquanto fechamento das grandes teorias, a exigência de que, em termos analíticos, ela seja sempre o bom objeto de conhecimento, o dócil corpo da diferença, que reproduz uma relação de dominação e que é a condenação mais séria dos poderes institucionais da teoria crítica (BHABHA, 1998. p. 59).

Foi a partir deste discurso institucional e oposicional, do qual aponta Homi Bhabha (1998), que se foi possível transpor acontecimentos históricos, visões sociológicas, concepções políticas e modelos econômicos a uma realidade afro-oriental, altamente dinâmica e milenar, cujas nomenclaturas são insustentáveis, do ponto de vista conceitual. Ofuscando assim o papel fundamental do Oceano Índico na elaboração dos mais diversos reinos e regiões dos povos birmaneses, chineses, egípcios, indianos, indonésios, malaios, malgaxes, marroquinos, persas, quenianos, somalianos, entre outros, que por milênios – com períodos de maior ou menor aproximação – utilizam-se das rotas do Oceano Índico para o deslocamento humano, as trocas civilizatórias (comércio, cultura, tecnologia, símbolos e signos) e o desenvolvimento das civilizações da região.

Fato é que independentemente dos meios, do contexto histórico e da intensidade, a rota África-Ásia (ou vice e versa) construída em meio ao grande e imponente Oceano Índico, continua sendo um importante elo mundial.

Referências históricas mostram que a humanidade navegou intensamente por suas águas por vários períodos, e permanece até hoje como sendo uma das vias econômicas vitais, por onde as riquezas do mundo são transportadas (KUMAR, 2009. p. 125).

Diante deste quadro onde o Oceano Índico se torna a grande rota de navegação humana e desempenha papel fundamental no envolvimento e desenvolvimento entre as populações afro-orientais, que se enquadram as origens migratórias, as transferências de tecnologias, as relações diplomáticas, os contatos formais, os vínculos comerciais e o envolvimento chinês na luta colonial em África. Toda essa via dupla de migrações, contatos e vínculos históricos entre as populações afroasiáticas resultam de um conjunto de trocas e apoios múltiplos ao longo do processo de desenvolvimento dos povos da África e da Ásia, independentemente dos contextos históricos percorridos pela humanidade (MARTINS, 2016):

a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente "mistas". "Movimento e migração (...) são as condições de definição socio-histórica da humanidade." (Goldberg, 1994). As pessoas têm se mudado por varias

razões — desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração do trabalho, colonização, escravidão, semi-escravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico (HALL, 2003. p. 55).

Fonseca (2015, p. 20), corrobora esta afirmação acima ao dizer que,

As migrações compulsórias sempre foram uma realidade na África em decorrência de mudanças climáticas (desertificação), de conflitos políticos, étnico-culturais e religiosos, mas também pela necessidade de conhecer o mundo é que os africanos migraram, além de viajarem longos caminhos para empreender rotas comerciais diferentes. Com isto constituíram vínculos com terras, sociedades e civilizações presentes em outros continentes. Neste processo difundiram um vasto conhecimento a estes outros grupos e sociedades distintas. O africano também se deixou ocupar por outros povos, culturas e civilizações particularmente aquelas oriundas da Ásia, tais como a árabe, a chinesa e a indiana e, posteriormente pelas da Europa e da América.

Nesse sentido, no que se refere à diáspora africana no continente asiático Yusof Talib (2010) contraria a perspectiva primária de que a presença africana pelo mundo se iniciou com o êxodo forçado destas populações para a América, pelo contrário, o autor defende que o sentido geográfico deste deslocamento teria sido outro, ou seja, rumo a Ásia, já nos séculos VII ao XI da Era Cristã.

Sua origem se funda nas relações comerciais entre as regiões atuais do sudoeste da Arábia e a costa da África Oriental, do qual o poderoso reino de *'Awsān* na região do atual Iêmen se beneficiou comercialmente a partir de intensas trocas com distintas populações localizadas na região da África Oriental, até o monopólio do comércio costeiro dos mercadores da Arábia no período romano.

Fato é que o envolvimento de populações africanas (sobretudo das regiões da Etiópia, da Somália e da Núbia) e árabicas se fez em razão de sua proximidade geográfica resultando em aproximações culturais e afetivas, e principalmente em decorrência da condição servil das populações africanas nestas regiões, que a partir de então começam a exercer sua influência ao longo do Oriente Médio nos mais distintos domínios da atividade humana⁴.

Já no que se refere ao Extremo Oriente, os movimentos diaspóricos protagonizados por populações africanas terão seu início no arquipélago malaio, isto já no fim do século VI e início do século VII da Era Cristã com a introdução de africanos escravizados denominados

⁴ Como a poesia, a música, a literatura e a transmissão das tradições para a elaboração da cultura islâmica e a sua importância em domínios econômicos, militar e cultural.

por *Zandj*⁵. Mas devido aos entroncamentos civilizatórios, os pagamentos de tributos e as relações diplomáticas existentes entre os chineses e malaios, a introdução dos negros escravizados na China surge como forma de pagamentos cedidos por representantes indonésios a serviço do reino *Śrīvijāya* na atual região da Sumatra no ano de 724.

Na ocasião, a China se encontrava em plena reunificação de seu território após três séculos de fragmentação política e era governada pela *Dinastia T'ang* (唐代。 *Tángdài*) sobre o comando do imperador *Lǐ Chún* (李纯), que fora surpreendido pela doação de uma jovem *Zandj*. Este primeiro contato foi precedido pela oferta de vários rapazes e moças *Zandj*, nos anos de 813 e 818 pelo império indonésio *Kalinga*, localizado na ilha de Java.

A partir de então estes africanos escravizados, importados de mercadores árabes, eram vendidos como mercadoria humana para os chineses através do eixo marítimo do arquipélago malaio (uma espécie de depósito) e o porto de Cantão (广州港。 *Guǎngzhōu gǎng*) – local de importação e centro de distribuição milenar da China –, devidamente documentada e sistematizada por *Chou Ch'ü-fei* (周去非。 *Zhōu qù fēi*), o representante do imperador no exterior, no livro *Lǐng wài dài dá* (嶺外代答)⁶. O fato é que por séculos os africanos desempenharam distintas posições sociais (em regiões da China, Índia e Malásia) e culturais (na música e na dança do reino de *Śrīvijāya*, em Sumatra).

No que tange a diáspora asiática na África, esta apresenta uma relativa gama de investigações, e hipóteses acerca dos fluxos migratórios, do comércio afroasiático e a influência asiática na formação cultural das populações da África Oriental⁷. Já no que se refere ao envolvimento dos chineses frente às populações africanas, *Ivan Hrbek* (2010) defende que apesar dos chineses possuírem técnicas de navegação exigidas para empreenderem longas viagens pelo Oceano Índico, não o faziam devido a características culturais e institucionais. Sendo assim, o intercâmbio (cultural, comercial e simbólico) entre

⁵ Segundo Yusof Talib (2010. p. 836): O termo *zandj* (ou *zindj*) designa basicamente os povos de língua banta da costa oriental da África que, desde os tempos pré-islâmicos, tinham sido trazidos na condição de escravizados para a Arábia, Pérsia e Mesopotâmia. Sendo os *zandj* muito numerosos nesses países, logo o nome tomou o sentido geral, simultaneamente de “negro” e de “escravo”. Eram provenientes das atuais regiões da Etiópia, Somália e Núbia na África, deslocavam-se por meio das rotas do deserto do Saara, para serem vendidos por toda a Ásia (KERR, 2012). Foram introduzidos no arquipélago malaio entre os séculos VI e VII da Era Cristã, e chegaram à China no ano de 724, como forma de pagamentos e regalias cedidas pelo império indonésio de *Kalinga* (HRBEK, 2010). Na China, os africanos escravizados eram conhecidos e documentados pelo termo *Kunlun* (崑崙) e desempenharam também distintos papéis sociais e culturais naquele país (WILENSKY, 2002).

⁶ Cujo livro original fora publicado no ano de 1178 e encontra-se atualmente digitalizado pela University Of Toronto Library, sobre o título de *Lin Wai Tai Ta* e disponibilizado através do link: <<http://ia600609.us.archive.org/32/items/lingwaitaita00chou/lingwaitaita00chou.pdf>>.

⁷ Ver História Geral da África, volumes 2 e 3.

as populações da China e da África eram indiretos, atravessada por comerciantes muçulmanos, através de uma rede internacional de comércio pelo Oceano Índico.

Porém, segundo os trabalhos de Helena Rodrigues (s/d) e Marisa Carço (2008) o relacionamento entre chineses e africanos se faz em meio à relação comercial iniciada no século X antes da Era Cristã, onde o Oceano Índico serviu de rota para o transporte de pequenos objetos até darem início as migrações de chineses que se deslocavam das regiões do Sul do atual território chinês rumo à costa leste africana. Para ser mais preciso, estes imigrantes chineses partiam das atuais regiões de *Fújiàn* (福建), *Guǎngdōng* (广东) e *Hǎinán* (海南) rumo à África Oriental, onde permaneciam.

Em traços gerais documentam-se contactos da China com países africanos no século X a.C., altura em que se terão iniciado as primeiras trocas comerciais. A partir do século X d.C. iniciaram-se os primeiros movimentos migratórios chineses, provenientes das províncias de Fujian, Guangdong e Hainan rumo à costa africana (RODRIGUES, s/d. s/p).

Seja como for – por contatos indiretos como aponta Ivan Hrbek ou por relações diretas, como sugere Helena Rodrigues e Marisa Carço – o vínculo sinoafricano decorre de sua relação comercial através de sucessivas arremessas de *âmbar cinza*, *âmbar-gris*, cascos de tartaruga, escamas de peixe, escravizados *Zandj*, incensos, marfim, *mirras*, objetos de vidro, peles de leopardo, sedas e tecidos.

Estes vínculos comerciais auxiliaram a construção de grandiosos impérios (como o *Axum*, o *Khmer*, o egípcio, o mongol e o chinês) e o fortalecimento de civilizações ao longo da África e da Ásia, entre as quais se destacam as do *Vale do Indo* e as de *Angkor Wat* (FONSECA, 2008a). Questões estas que já aparecem na obra de Claude Lévi-Strauss (2000. p. 39) em meados da década de 1950 ao afirmar que “A civilização egípcia, cuja importância para a humanidade conhecemos, só é inteligível como obra comum da Ásia e da África”.

Com o florescimento e intensificação do comércio e dos fluxos migratórios, são introduzidas às primeiras viagens diplomáticas realizadas por exploradores chineses – dos quais se destacou *Zhèng hé* (郑和) – que transportavam entre outras coisas em suas embarcações, animais, chefes locais, populações escravizadas, reis e trabalhadores a serviço do império. A *Dinastia Ming* (明代。 *Míngdài*), aliás, compreendida entre os anos de 1368 a 1644, destacou-se pela abertura do império chinês ao mundo e principalmente pelos sucessivos contatos civilizatórios e de convites a líderes da África, Ásia e Oriente Médio.

No dia 2 de fevereiro de 1421, por ocasião do Ano Novo Chinês, o Imperador recebeu em Pequim 28 chefes e dignitários da Ásia, da Arábia, do Oceano Índico e da África: a conferência mais "internacional" já realizada, a demonstração da projeção da dinastia chinesa Ming, um império aberto ao mundo (MICHEL e BEURET, 2009. p. 74, Tradução Nossa)⁸.

Esta projeção chinesa ao mundo, como se refere o autor, foi responsável por uma das primeiras formas de organização – em sentido de conferência – realizada entre africanos e asiáticos. Passado alguns séculos desta relação, José Luís Cabaço (2009) aponta que os vínculos afro-orientais são profundamente abalados e modificados a partir do século XIX, momento em que se registram os primeiros choques entre a produção tradicional e o modelo econômico capitalista em África, em decorrência de um grande número de asiáticos e principalmente hindus que se descolam ao continente africano em busca de comércio com populações africanas.

A partir de então se verificam sucessivas migrações de trabalhadores braçais chineses (conhecidos internacionalmente pelo termo *Coolies*) que se deslocam para além da costa leste africana, chegando até a colônia de São Tomé e Príncipe, onde são incorporadas as populações locais “Dos poucos que ficaram, alguns se tornaram lojistas, casaram-se com mulheres são-tomenses e formaram famílias, algumas até hoje conhecidas como os *Chong, Tem Jua e Choi*” (IIM, 2009. p. 119).

Por se tratarem de relações inicialmente comerciais o envolvimento chinês entre as populações africanas e suas dinâmicas sempre estiveram marcadas por altos e baixos. Alguns autores como Iraxis Bello (2008) e Serge Michel e Michel Beuret (2009) atribuem a fatores culturais e burocráticos da vida no interior do império chinês as justificativas plausíveis acerca dos momentos de maior ou menor envolvimento em questões africanas. O que somente é modificado a partir do século XX com o envolvimento chinês nos processos de descolonização e reconquista da independência dos atuais países africanos.

Fato é que passados cinco séculos do empreendimento colonial europeu⁹, emerge nos continentes da África e da Ásia os primeiros processos de reconquista da independência, em meio a tumultuados processos de guerra colonial; disputas a recursos naturais; ditaduras e

⁸ Do original: “El 2 de febrero de 1421, con motivo del año nuevo chino, el emperador recibió en Pekín a 28 jefes y dignatarios procedentes de Asia, Arabia, del océano Índico y de África: la más «internacional» jamás celebrada, demostración de la proyección de la China de la dinastía Ming, un imperio abierto al mundo”.

⁹ Que se seguiram às descobertas; pilhagens; entrepostos comerciais; feitorias; monopólios; protetorados; ocupações temporárias; anexações; usurpações; domínios e extermínio de alguns povos pelos continentes da África e da Ásia.

perseguições políticas; extermínio e racismo de grupos étnicos; interesses imperialistas; lutas por sucessão; e oportunidades de ascensão ideológica.

O mundo – e mais precisamente os atuais territórios afroasiáticos – que por séculos estiveram divididos, dominados e rivalizados pelos grandes impérios coloniais dos Estados euro-ocidentais (JURQUET, 2005), experimentam, em contextos variados, as primeiras experiências individualizadas na luta colonial: tomadas por iniciativas isoladas, diversos aventureiros, indivíduos politizados e grupos clandestinamente organizados, que protagonizaram os primeiros diálogos e resistências ao processo colonial nos continentes da África e da Ásia.

Para além da negação do sistema colonial em que coloca o colonizador como usurpador legítimo da colônia e da aceitação última de uma existência enquanto colonizado, visando como finalidade a sua própria sobrevivência (MEMMI, 1977), os esforços de ruptura colonial carregavam em si a esperança de transformação qualitativa e viável para o complexo quadro de vulnerabilidade humana; bolsões de extremada pobreza; traumas psicológicos; desigualdades sociais; conflitos internos (mesmo que sua origem fosse anterior ao processo colonial [LOPES e ARNAUT, 2008] em África); e a desvalorização das línguas e da tradição herdada.

Seguiu-se também, ao longo da década de 1960, a maioria dos processos de luta pela reconquista da liberdade e autonomia dos povos colonizados do mundo, porém, o processo embrionário que possibilitou a troca de experiências coloniais entre os continentes afroasiáticos e intracontinentais; a união dos povos colonizados no enfrentamento do colonizador comum; e a elaboração de alternativas que colocassem fim ao colonialismo no mundo e transformasse significativamente a realidade da colônia, surge na Indonésia, em meados da década de 1950.

Momento em que começaram a engendrar resultados significativos dos processos de nacionalismo indonésio (iniciado em 1908), ganhando projeções meteóricas e culminando na Conferência de Bandung¹⁰, que entre outros pontos defendeu formalmente a negação da hegemonia branca no mundo; a negação da interferência externa nos assuntos internos; a destruição por completa do colonialismo; e o incentivo à cooperação afro-oriental.

Foi a partir deste momento em que surge a primeira forma de apoio chinês concedido aos países africanos, quando, o então, Primeiro-Ministro chinês *Zhou En-lai* (周恩来; *Zhōu'ēnlái*) reuniu-se, pela primeira vez, com líderes africanos do Egito, Gana, Líbia, Libéria

¹⁰ Que ocorre entre os dias 18 a 24 de abril de 1955.

e Sudão. Estas conversas e interesses em comuns resultaram na primeira relação diplomática sinoafricana, com a assinatura do *Comunicado de Amizade Sino-Egípcio* em 30 de maio de 1956. Após sete anos, precisamente no dia 17 de dezembro de 1963, o *Zhōu'ēnlái* retorna ao Cairo, desta vez para criar a primeira embaixada chinesa em África (MARTINS, 2016).

A evolução da parceria sinoafricana no contexto das lutas coloniais, a partir da Conferência de Bandung, foi visivelmente expressiva. Nesse sentido, Hong-Míng Zhang (2004), ao defender que a dinâmica das relações internacionais da China esteve diretamente relacionada aos acontecimentos desencadeados no continente africano, aponta que só entre os anos de 1956 e 1959, a relação diplomática sinoafricana se fazia presente em cinco dos nove territórios que acabaram de reconquistar a independência. E já na década de sessenta, inicia-se a cooperação entre o Partido Comunista Chinês (中国共产党。 *Zhōngguó gòngchǎndǎng*) e os principais movimentos nacionalistas de Angola, período este, que foi marcado pela formação das elites crioulas¹¹ no país africano (MARTINS, 2016).

Período este em que toda a formação das elites crioulas das colônias lusitanas esteve marcada por um triplo movimento que se inicia no território angolano e se estende por toda a década de 1960, com o processo de assimilação à cultura europeia que possibilitava ao colonizador enquadrar, rotular e conferir o status de “civilizado” e “não-civilizado” aos angolanos (e todos os demais indígenas das colônias ultramarinas), a partir de testes para a averiguação de comportamentos entendidos no período como adequados para a vida na sociedade europeia, ou como caracteriza MENDY (2012, p.22): “Ser ‘civilizado’ significava, fundamentalmente a interiorização dos pressupostos mais racistas dos portugueses”.

Em contra partida, o segundo processo se desdobra em território europeu em meados da década de 1940, e se estendem até o ano da independência de Angola, momento em que o então ministro das Colônias, *Francisco José Vieira Machado* consegue estabelecer a criação da associação de jovens dos territórios ultramarinos chamada de Casa dos Estudantes do Império – CEI, uma instituição de formação que abrigou grande parte dos futuros líderes independentistas das colônias lusitanas em África e proporcionou um espaço de discussão e difusão das ideias anticoloniais para alguns dos estudantes angolanos do período, como defende Dagoberto José Fonseca (2009) e Marcelo Bittencourt (1997).

E por último o processo de descolonização, iniciado no princípio dos anos de 1960 com duração até a data de 11 de novembro de 1975, quando é proclamada a independência de

¹¹ Entendidas por Mateus (1999) como sendo a camada populacional intermediária entre os colonizadores portugueses e os angolanos não assimilados.

Angola através do Movimento Popular para a Libertação de Angola. Período de grande agitação no país, pois o processo de assimilação e o espaço de difusão de ideias anticoloniais resultaram na criação e formação das elites angolanas que irá, a partir de então, se desenvolver e aprofundar no plano político-ideológico, até culminarem no terreno militar do conflito, resultando em uma polaridade maior, a da Guerra Fria, onde foram divididas entre o campo dos aliados de Portugal e o campo de apoio socialista, incidindo, este último, principalmente na formação de quadros superiores dos grupos independentistas e de apoio bélico da luta independentista.

Nesse sentido Márcia Maro da Silva (2007) e César Augusto (1990) apontam, respectivamente, para o fato de que não se pode compreender os processos de independência de Angola ignorando a internacionalização do conflito, ou então, pela denúncia das influências ideológicas dos combatentes angolanos através dos seus nomes de guerra como *Lysh Yang-yang*, *Lin-Piao*, *Nasser*, entre outros.

Sendo assim, a influência do chamado apoio externo na luta independentista de Angola será um fator decisivo para o entendimento do contexto em que ocorreu o processo de descolonização. Fluxos de armamentos e cartuchos militares; arremessas instáveis de remédios; recebimentos de recursos financeiros; envios de cigarros, roupas, chicletes, livros didáticos e drogas; e os intercâmbios militares, fundamentam a dinâmica das movimentações bélicas e dos assaltos que ocorreram em Angola no período (AUGUSTO, 1990; ESTEVES, 2008; MATEUS, 1999; SELLSTRÖM, 2008; SHINN, 2008; SILVA, 2007).

A exemplo da influência política e ideológica; dos roubos de informações; dos espões e armamentos bélicos cedidos ao colonizador português pelos governos dos Estados Unidos da América e outras potências do velho continente (BROWN, 2011; SÁ, 2011); do apoio humanitário da Suécia e outros países nórdicos à Angola, Moçambique e Guiné-Bissau em meio as guerras de reconquista pela independência (MATEUS, 1999; SELLSTRÖM, 2008); e do envolvimento militar, político, ideológico e hospitalar dos cubanos no continente africano a partir da década de 1960 (BENEMELIS, 1986; MOREIRA e BISSIO, 1979); os chineses ofereceram formação educacional e ideológica; financiamentos e treinamentos técnico-militares aos principais e rivais grupos independentistas de Angola (BENEMELIS, 1986; BROWN, 2011; CAMPOS e VINES, 2007; C.E.C., 2010; CAROÇO, 2008; ESTEVES 2008; FERNANDO, 2012; MATEUS, 1999; SILVA, 2007); e asilos políticos a dissidentes partidários, bolsas de estudos e estrutura hospitalar nas áreas rurais de Luanda (HEVI 1965; MATEUS, 1999; SERVANT, 2005; YU SHENGNAN, 2011).

Sobre este último aspecto, cabe destacar o asilo político cedido à *Viriato Francisco Clemente da Cruz*, que ao longo da luta pela independência de Angola possuía a responsabilidade de ministrar aulas sobre a perspectiva marxista-leninista aos membros do Partido Comunista Angolano – PCA, até a fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA no ano de 1956. Sendo assim, *Viriato Francisco Clemente da Cruz*, em um curto período passa de membro-fundador do MPLA à secretário-geral do Partido, e na década de 1970.

A partir de então, se torna dissidente deste movimento se exilando, em curtos momentos, em diversos países europeus e posteriormente se fixando na República Popular da China, local aonde veio a falecer cerca de dois anos antes da reconquista da independência de Angola, mais precisamente na data de 13 de junho de 1973.

Porém fica válido ressaltar que a participação chinesa no processo de independência de Angola – e de outras partes do continente africano – implicava em contrapartidas políticas e institucionais, ou seja, o governo comunista chinês estabelecia a expectativa de que na medida em que os grupos independentistas ascendiam ao poder estariam concretizando laços formais na esfera econômica, política e diplomática que beneficiariam o Partido Comunista Chinês.

Nesse sentido, parte da bibliografia sobre a temática aponta que todo o apoio chinês oferecido no contexto resultou em alternativas eficazes contra o isolamento chinês no cenário internacional (ZHANG, 2004); na entrada do país no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU e no comprometimento dos países africanos de não reconhecerem a República da China (中華民國。 *Zhōnghuá Mínguó*), também conhecida como *Táiwān* (台灣) enquanto um movimento revolucionário legítimo, ou seja, caberia por parte dos países africanos a contrapartida de apoiarem o governo de Mao Tsé-tung (毛泽东。 *Máo Zédōng*) em seu processo histórico e seu crescente envolvimento com os organismos internacionais (BELLO, 2008; CAROÇO, 2008; COISSORÓ, 2007; DINIZ, s/d; ESTEVES, 2008; IIM, 2009; RODRIGUES, s/d; SERVANT, 2005).

Esta aproximação sinoangolana se fez possível, através do discurso da herança cultural lusófona na China. Nesse sentido, a Região Administrativa Especial de Macau (澳门特别行政区。 *Àomén tèbié xíngzhèngqū*) se torna o grande elo ou ponte capaz de interligar culturas e línguas tão opostas como é no caso de chineses e angolanos no período. A língua portuguesa ganhou então um pilar central no âmbito político-ideológico ao longo do contexto, em uma

guerra em que os elementos da identidade racial e o fator cultural constituíram a espinha dorsal dos movimentos nacionalistas de Angola (FONSECA, 2003, 2008b; SILVA, 2007).

As ajudas vindas da República Popular da China durante o período de luta colonial deixaram profundas marcas no que se refere à postura organizacional dos movimentos nacionalistas de Angola, pois muitos dos postos avançados de combate em Angola dependiam diretamente do envio de armamentos, militares e treinamento estratégico de guerrilha.

Nesse sentido, a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – liderada por *Jonas Malheiro Savimbi*, beneficiou-se de treinamentos militares e táticas de guerrilha ancoradas na doutrina *maoísta* na década de 1960 pela *Academia Militar de Nanking* (南京军事学院。 *Nánjīng jūnshì xuéyuàn*); A FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola – liderada por *Holden Roberto* adquire de *Chén Yì* (陈毅)¹² em 1963, após encontros em Nairóbi, armamentos e munições militares para o auxílio na luta independentista¹³; O MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola – liderado por *António Agostinho Neto* obteve desde a década de 1960, formação militar, ideológica e financeira, quando não, em diversos momentos quando o MPLA encontrava-se em formação entre o Partido Comunista Angolano – PCA, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola – PLUAA e o Movimento para a Independência de Angola – MINA. (AUGUSTO, 1990; C.E.C, 2010; CAMPOS e VINES, 2007; ESTEVES, 2008; IIM, 2009; SILVA, 2007).

Esta cumplicidade do Partido Comunista Chinês aos mais distintos movimentos nacionalistas de Angola foi edificada na condição de clandestinidade e forte repressão portuguesa, através da Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE, encarregada de realizar prisões a suspeitos de praticarem conspiração contra a ordem colonial portuguesa, ou até mesmo a prática de facilitação ou simpatia às ideias anticoloniais em qualquer espaço lusitano (MATEUS, 1999). Porém, em 1975 quando o MPLA assume a ponta da disputa militar em Angola a consequência foi a descoberta do envolvimento chinês nos demais grupos que rivalizavam no controle do país:

Quando o governo angolano invadiu os arsenais das forças de guerrilha da UNITA, descobriram artilharia fabricada na China. Como resultado disso, as relações com a China ficaram tensas durante um tempo (C.E.C., 2010. p. 22).

¹² Comandante militar, que foi ministro das Relações Exteriores da China entre os anos de 1958-1972.

¹³ Embora não apareça na bibliografia consultada a mensuração da quantidade de armamento envolvido.

Com o controle de Luanda nas mãos dos membros do MPLA, e com o rompimento das relações sinoangolanas, após a descoberta de favorecimento mútuo aos grupos independentistas, *António Agostinho Neto* procura obter ajuda militar da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da República de Cuba, que juntos constituíram outros grandes aliados no processo de descolonização de Angola e de África.

O fato é que em meio às múltiplas contribuições externas, *António Agostinho Neto* pode proclamar, diante de vários membros do MPLA e aliados políticos, o surgimento da República de Angola, em 11 de novembro do ano de 1975, ou seja, o país seria o 47º Estado a realizar oficialmente o fim do colonialismo e sendo reconhecido por países dentro e fora do continente africano, como no caso do Brasil, que foi o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência de Angola (FONSECA, 2009; SILVA, 2007).

1.3 Hipóteses de Trabalho

A hipótese levantada que estrutura a presente Dissertação de Mestrado é a de que há milênios as mais variadas populações dos continentes da África e da Ásia – mais principalmente os povos que se encontravam entre a costa leste africana e os povos da costa oeste da Ásia – estão em contínuo encontro através de rotas marítimas e terrestres, deslocamentos humanos, fluxos migratórios, e trocas comerciais. Estruturando civilizações inteiras que somente são inteligíveis como obra comum dos esforços realizados entre os continentes da África e da Ásia (FONSECA, 2015; LÉVI-STRAUSS, 2000).

Nesse sentido, o processo de colonização euro-ocidental destes continentes estabeleceu a ruptura dos contatos e a relação milenar estabelecida entre os povos da África e da Ásia, que apenas é restabelecida, a partir da Conferência de Bandung (único movimento capaz de entrelaçar as diversas experiências coloniais entre os povos afro-orientais) e dos esforços realizados pelo Partido Comunista Chinês que contribuiu de forma direta no processo de descolonização e reconquista da independência do continente africano.

É justamente nesse contexto, mais especificamente na década de 1960, que se estabelecem o início das relações sinoangolanas, sendo um elo fundamental para o desdobramento e a continuidade do conflito colonial, exercendo influência em aspectos educacionais dos movimentos independentistas de Angola, gerando estruturas bélicas aos

combatentes no conflito e treinamento militar, que fortaleceram assim os três principais e rivais grupos independentistas que lutavam pela descolonização de Angola.

1.4 Metodologia

A presente Dissertação de Mestrado apresenta-se dentro do quadro teórico metodológico de uma pesquisa qualitativa, por abarcar procedimentos metodológicos dentro deste processo de realização de pesquisa científica. Tal enquadramento se faz com base na síntese das características gerais de uma pesquisa qualitativa apresentada Hartmut Günther (2006), onde:

Seguindo o pensamento de Dilthey citado acima, Flick e cols. (2000) apontam a primazia da *compreensão como princípio do conhecimento*, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda característica geral é a *construção da realidade*. A pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção. Os autores afirmam que a *descoberta e a construção de teorias* são objetos de estudo desta abordagem. Um quarto aspecto geral da pesquisa qualitativa, conforme estes autores, é que apesar da crescente importância de material visual, a pesquisa qualitativa é uma *ciência baseada em textos*, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente (GÜNTHER, 2006. p. 202).

Questões como a compreensão do objeto, a geração do conhecimento, a reconstrução dessa dada realidade a partir de bases teóricas, a utilização de material visual e uma “ciência baseada em textos” aparecerão como base da realização desta presente Dissertação de Mestrado, assim como elementos da *historicidade* como obtenção para o conhecimento de uma dada realidade, tão cara para a pesquisa qualitativa. Tanto para Günther (2006), quanto para a perspectiva hermenêutica, o trabalho científico de uma pesquisa qualitativa deve estar aproximado da teoria crítica, como forma de promover a emancipação do homem.

Por outro lado, a hermenêutica está orientada para a compreensão da participação dos actores numa «forma de vida» intersubjectiva e, por conseguinte, para melhorar a comunicação humana ou o autoconhecimento. A teoria crítica está ligada a um «interesse de emancipação» porque procura ultrapassar cada um dos anteriores tipos de interesses considerados separadamente, procurando libertar os indivíduos da dominação: não só da dominação de outros, mas também da dominação de forças que não entendem ou controlam (incluindo forças que são em si criações humanas) (GIDDENS, 1993. p. 76-77).

Sendo assim, nesta presente Dissertação de Mestrado contaremos com um levantamento bibliográfico – de origem nacional e internacional – acerca da temática e livros acadêmicos, assim como a utilização de relatórios oficiais dos governos da República Popular da China e da República de Angola, sobre as relações econômicas e os vínculos históricos entre a República Popular da China e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa em África, também conhecida pelo termo CPLP, que foram emitidos pelo Instituto Internacional de Macau (IIM) e o Centro de Estudos Chineses da Fundação *Rockefeller* (CEC).

Esta ampla consulta em fontes primárias e secundárias acerca da relação e dos contatos afroasiáticos, fazem parte de um dos procedimentos mais antigos na realização da pesquisa científica, e denominada na maioria das vezes por análise de documentos:

Além de procedimentos tradicionais de leitura e resumo de idéias, é possível extrair e sumarizar resultados por meio de meta-análise (e.g., Rosenthal, 1984). A utilização de documentos como fonte sistemática de dados foi iniciada por Leopold von Ranke, o pai da história científica na primeira parte do século XIX (Grafton, 1997). Desde então, desenvolveram-se tanto técnicas mais quantitativas quanto qualitativas para lidar com fontes secundárias e documentais. Dependendo da natureza dos documentos existem as mais diferentes maneiras de encará-los, desde relatos verbais e respostas a perguntas de pesquisadores futuros, até segmentos de texto selecionados como “sujeitos” entre um corpo lingüístico grande, por meio de procedimentos de amostragem (GÜNTHER, 2006. p. 205).

A presente Dissertação de Mestrado contará também com uma pequena sondagem visual acerca da presença chinesa em África no contexto das lutas pela independência do continente africano, mais especificamente entre as décadas de 1960 e 1970, e o faremos, a partir de três focos de coletas:

- a) Através de *sites* especializados em buscas pela internet, a partir de palavras-chaves em quatro idiomas (Espanhol, Inglês, Mandarim e Português);
- b) Através de acervos digitalizados pelo atual Museu da Conferência de Bandung (também conhecido por *Gedung Merdeka*) e por acervos disponibilizados pelas embaixadas chinesas em África;
- c) Por meio de acervo bibliográfico acerca da propaganda realizada pelo Partido Comunista Chinês – ao longo da década de 1960 e meados da década de 1970 – do

qual utilizaremos principalmente a obra de Michel Wolf (2011) intitulada *Chinese Propaganda Posters*.

Nesse sentido, fica válido ressaltar que a utilização de fontes teóricas e documentos de países como a República Popular da China implicarão no respeito e manutenção das formas ortográficas vigentes naquele país, a partir das simplificações da grafia impostas por *Máo Zédōng*, em 1956. Ou seja, procuramos ao longo desta Dissertação de Mestrado, reproduzir de forma fiel os respectivos termos da língua *Pǔtōnghuà* (mandarim), o que implicará, impreterivelmente na publicação dos caracteres chineses neste documento¹⁴, chamados de *Hànzì* (汉字).

Sendo assim, a totalidade dos nomes chineses nesta Dissertação de Mestrado será transcrita, a partir da forma oficial da grafia chinesa, chamada de *Pīnyīn* (拼音)¹⁵, para facilitar a leitura dos caracteres chineses utilizados por parte dos leitores que não possuem a compreensão da escrita e pronúncia dos caracteres chineses, salvo apenas quando os nomes chineses utilizados nesta Dissertação de Mestrado forem oriundos de fontes euro-ocidentais e grafias latinas, em respeito as fontes utilizadas e as padronizações vigentes pela ABNT, que nos impedem de alterá-las.

Porém, nos casos onde a grafia *Pīnyīn* difere drasticamente da forma conhecida pelo Ocidente (como por exemplo, Macau, em vez de *Àomén*; Hong Kong, em vez de *Xiāng gǎng*; e Chiang Kai-Shek, em vez de *Jiǎng Jiè shí*) e dificulta o reconhecimento do leitor, optaremos sempre pela manutenção da ortografia ocidental, evitando assim incompatibilidades na compreensão de nosso texto.

¹⁴ A respeito da grafia chinesa, fica válido ressaltar que os *Hànzì* “escritos à mão às vezes diferem muito de suas formas tipográficas” (ROWLEY, 2003. p. 12), sendo assim, os caracteres utilizados poderão apresentar poucas variações quanto a sua forma, quando comparados a outros caracteres (de origem chinesa e/ou japonesa, devido à oposição bipolar dos caracteres, classificados oficialmente por *Tradicionais* e *Simplificados*), por isso optaremos sempre pela utilização dos caracteres simplificados e invariavelmente pelo formato *Sòngtí* (formato padrão para textos oficiais), evitando assim os caracteres *Zhèngkǎi* (fonte chinesa informal para textos e uso na internet em geral), ou então o *Shǒuxiětǐ* (fonte chinesa para computadores, que se assemelha à escrita chinesa feita à mão). Tais medidas visam única e exclusivamente, fornecer uma padronização e simplificação da escrita chinesa para leitores não familiarizados com variações de escrita e pronúncia da língua *Pǔtōnghuà* (mandarim).

¹⁵ Formalmente conhecido como *Hànyǔ pīnyīn* (汉语拼音), é um dos diversos sistemas de romanização e transliteração da língua *Pǔtōnghuà* (o mandarim), que surge no contexto de simplificação do idioma para alcançar os analfabetos do país propostas pelo Partido Comunista Chinês em 1956 e se popularizou como padrão de ensino do *Pǔtōnghuà* como segunda língua. A opção por este sistema de romanização se justifica pela sua solidez, difusão e atualidade, pois não se faz justo, escolher sistemas de romanização e transliteração da língua chinesa que entraram em falência com a emergência do século XX.

Sessão 2

第二章

2. As antigas relações afroasiáticas

2.1 Os primeiros africanos pela Ásia

O deslocamento humano – independentemente da quantidade de indivíduos envolvidos – representa uma das mais antigas atividades humanas, foi justamente, em função desta capacidade de mobilidade crescente, desta adaptação às regiões e situações geográficas distintas e adversas, aliada ao domínio das técnicas e da observação da natureza que possibilitaram o surgimento das diásporas, dos empreendimentos comerciais e a conquista colonial além-mar (FONSECA, 2015).

Foi justamente nesse sentido que Stuart Hall (2003) nos chama a atenção ao apontar a existência e a produção constante de sociedades que são étnica ou culturalmente “mistas”, pois toda esta relação híbrida se faz em função do deslocamento humano e das migrações que ao longo do processo de desenvolvimento da humanidade constituem mais a regra do que propriamente a exceção, ou seja, foi em função dos deslocamentos humanos que possibilitou a criação de condições e definições sócio-históricas da humanidade.

Nesse sentido, trataremos aqui de dois continentes milenares, cujos contatos, diálogos e deslocamentos humanos se fazem de maneira tão antiga quanto o surgimento da humanidade, desempenhando assim um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade como a conhecemos hoje.

Muito embora esta vanguarda no desenvolvimento da humanidade contraste com a atual situação de pobreza, miséria e decadência que a perspectiva ocidental apresenta e dissemina acerca destes continentes na contemporaneidade, seus avanços, seus diálogos, seus instrumentos e suas trocas foram fundamentais para o povoamento dos demais continentes e a possibilidade de sobrevivência em regiões até então inabitadas. Além deste fato, inúmeras referências arqueológicas, realizadas, via exumação, descrevem frequentemente novos capítulos desta história subterrânea apontando invariavelmente para o continente africano como berço do fenômeno de hominização (FONSECA, 2008a).

Para Joseph Ki-Zerbo (2010b) este último ponto decorre da exploração feita por homínídeos bípedes nas savanas da África oriental e central, da qual se criou possibilidades de deslocamento para outras regiões, no caso, o atual continente asiático dando início a uma rota

de deslocamento de pessoas, objetos, bens, símbolos e culturas que se mantém quase que ininterrupta até os dias atuais. Mesmo diante da obscuridade presente ainda sobre as origens da vida, e da oxidação dos resíduos fósseis – em decorrência da acidez do solo africano –, o autor aponta de forma lúcida, que muito embora se admita ao *ramapithecus*¹⁶ a capacidade de desbravar a região do que hoje se compreende por subcontinente indiano a partir da África, este deve ser considerado apenas mais uma variedade de hominídeos que conquistou tal feito.

Esta perspectiva nos leva a uma dimensão a qual se pode atribuir a existência de rotas e travessias humanas entre os continentes da África e da Ásia de forma pioneira dentro do processo de deslocamento humano, portanto, muito antes de qualquer edificação de grandiosos impérios e civilizações que cortam transversalmente estes continentes, dos quais podemos destacar o *axum*, o egípcio, o mongol, o *khmer*, entre tantos outros.

Até o presente momento, é demasiadamente complexa a determinação de uma data para o início dos contatos africanos em terras asiáticas, o que tudo indica, é que se fazem presentes de forma anterior ao surgimento dos grandiosos impérios que conhecemos atualmente.

Em uma das mais antigas referências bibliográficas sobre o assunto, Wayne B. Chandler (2007) procura traçar características de populações etíopes e demais povos oriundos das regiões da costa leste africana no desenvolvimento da civilização do Vale do Indo, uma das mais antigas e enigmáticas civilizações já construídas pelo homem, que se localizava na parte noroeste da Índia, onde hoje faz parte integrante da atual região do Paquistão.

A civilização do Vale do Indo, muitas vezes também conhecida pelo termo *Harappān* foi uma das primeiras civilizações da humanidade, cujas principais cidades (*Mohenjo-Daro* e *Harappā* com uma população média de 40 mil habitantes cada) foram fundamentais para o florescimento da cultura hindu que surge posteriormente. Ciente de sua importância para as origens e o desenvolvimento de outras populações asiáticas, o autor reconhece que estabelecer afirmações que apontem as raízes africanas da cultura indiana na Ásia soa ainda como um duro golpe para se aceitar dentro de algumas linhas de investigação sobre as origens da cultura indiana, mas entende que é fundamental para se compreender o papel dos africanos no desenvolvimento do continente asiático, e uma maior compreensão sobre nós mesmos,

Dado ao fato de que a raça negra é, sem dúvida, a mais antiga, sendo assim a presença da cultura negra no alvorecer da história da Índia não deveria ser surpreendente. Bharatiya Vidya Bhavan, o historiador indiano e antropólogo, sugere: “Nos temos que começar com as pessoas *Negróides* ou *Negrítos* da

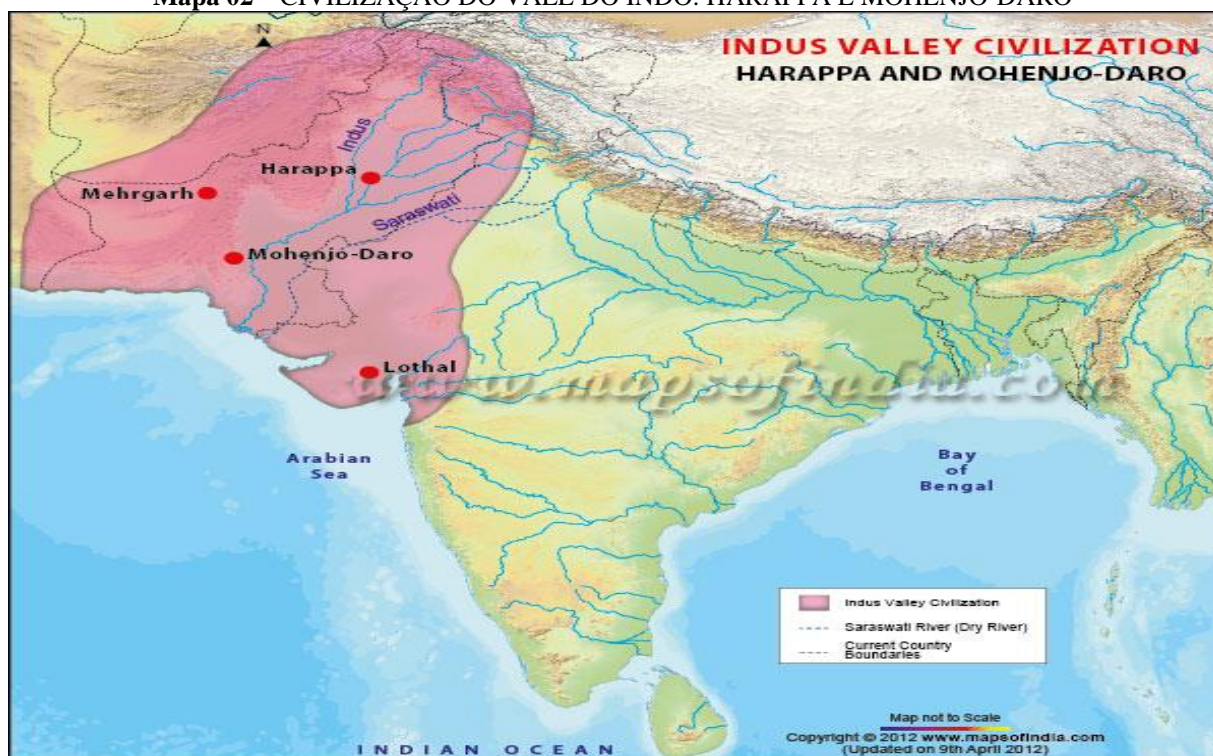
¹⁶ Gênero do grupo de hominídeos que se assemelham aos humanos modernos.

pré-história da Índia, que foram os habitantes originais, os primeiros humanos, eles parecem ter vindo de África através da Arábia, do Irã e do Baluchistão...”

Na Índia de hoje a presença de pessoas que lembram os antigos negritos etíopes é bastante raro de que existam. Alguns destes bolsões esparsos de descendentes Negritos podem ser encontrados entre os Kadar e Ragahmal e nas culturas Hill, Bihar e de Andamão (CHANDLER 2007. p. 83, Tradução Nossa)¹⁷.

Seus apontamentos sugerem que a presença de grupos humanos localizados na porção leste da costa da africana e principalmente de populações que se encontram no atual território da Etiópia, foram a principal base humana para a construção da *Civilização Harappeana*. Em termos de locação temporal, estamos falando de um contexto que orbita entre os anos 3000 e 2500 antes da Era Cristã, ou seja, anterior até mesmo à presença e entrada de populações arianas na região que datam de cerca de 1500 antes da Era Cristã.

Mapa 02 – CIVILIZAÇÃO DO VALE DO INDO. HARAPPA E MOHENJO-DARO



FONTE: MapsofIndia (2012).

¹⁷ Do original: “Given the fact that the Black race is by far the oldest, the presence of Black culture at the dawn of Indian history should not be surprising. Bharatiya Vidya Bhavan, Indian historian and anthropologist, suggests: ‘We have to begin with the *Negroid* or *Negrito* people of prehistoric India who were its first human inhabitants. Originally they would appear to have come from Africa through Arabia and the coastlands of Iran and Baluchistam...’

In the India of today the presence of people resembling the ancient Ethiopian negritos is rare enough though it does exist. Sparse pockets of these Negrito descendants can be found among the Kadar and Ragahmal Hill cultures in Eastern Bihar and the Andamans”. Ver ainda: FONSECA, 2008a.

Aliás, sobre este último ponto, o autor é categórico em afirmar que foi em função da presença de populações arianas na *Civilização Harappeana* que desencadeou a destruição das cidades de *Mohenjo-Daro*, *Harappā* e *Chanhu-Daro*, e não a sua origem como muitos historiadores e antropólogos indianos buscam forçosamente apontar.

É justamente em função das origens africanas desta civilização que se podem verificar interpretações artísticas, que datam da Idade do Bronze ao século VI depois da Era Cristã na Índia, ou até mesmo mais tarde, mas, sobretudo nos períodos da arte *Gupta*¹⁸ e pós-*Gupta* na Índia, que segundo o autor, retratam estátuas a partir de um conjunto de características físicas encontradas em populações africanas, como o cabelo crespo, lábios grossos e nariz largo.

A escola *Mathurian* foi responsável pela elaboração de padrões muito rígidos sobre proporções. "Os trabalhadores em pedra inspiravam-se em duas principais fontes tradicionais: A sua própria experiência na confecção de imagens, e por outro, nas indicações dadas a partir das tradições literárias". Então, o cabelo crespo das estátuas, sendo enovelados, amarrados ou trançados, assim como os lábios grossos e o nariz largo podem ser aceitos como retratos precisos de pessoas existentes no período. Apesar da desfiguração das estátuas e, no entanto, é evidente que esses elementos abrangessem regularmente as interpretações artísticas que datam da Idade do Bronze na Índia, algo em torno do século 6 depois da Era Cristã; e até mesmo mais tarde, as estátuas medievais da Índia retratam ocasionalmente os mesmos traços Negritos (CHANDLER, 2007. p. 84, Tradução Nossa)¹⁹.

Contrastando com esta origem do envolvimento de populações africanas (também conhecidos pelos termos *Negróides* ou *Negritos*²⁰) no continente asiático, Yusof Talib (2010) aponta que um dos primeiros registros acerca desta relação já se encontram presentes na obra *Périplo do Mar Eritreu*, também conhecido pelo título de *Périplo do Mar Vermelho*, em que

¹⁸ Antigo império indiano fundado por volta do ano de 350 e localizado na atual região norte do país, foi primeiramente unificado por *Maharaja Sri Gupta* que propiciou longos períodos de paz e grandes saltos científicos e artísticos.

¹⁹ Do original: "The *Mathurian* school of iconography responsible for many of the frescoes had very disciplined standards regarding proportion. "The stone workers drew upon two main traditional sources: Firstly their own experience in the making of images... whether gods or royal heroes, and secondly, upon the indications given in literary traditions." Thus, the statues' kinky hair, whether tightly curled, locked or braided, thick lips and broad noses can be accepted as accurate portrayals of existing people. In spite of defaced statues, it is nevertheless apparent that these elements occur regularly in artistic renditions dating from the Bronze Age to those of the 6th century A.D.; even later statues from medieval India occasionally show Negrito features".

²⁰ A utilização dos termos *Negróides* e *Negritos* aparecem em um grande e considerável número de autores (como BARROWS, 1910; BEAN, 1910; OTOMO, 1981; ROTH, 1896; VANOVERBERGH, 1933, entre outros) que trabalham com o envolvimento de populações africanas no continente asiático, independentemente do contexto histórico e científico em que se encontram. De forma geral, estes termos foram criados por estudiosos e viajantes europeus, e posteriormente alimentados por um conjunto de constatações e medições feitas, a partir da utilização da Antropologia Física, que buscava estabelecer medições de corpos de populações asiáticas como forma de determinar a presença de populações africanas neste continente. Sendo assim, elegeu-se um conjunto de características físicas (como o cabelo crespo, o alargamento da base nasal, a estatura e a composição dos lábios, entre outros) que denunciavam a presença ou ausência de populações africanas na Ásia.

apesar de indefinido o ano de seu lançamento, acredita-se que tenha sido elaborada por volta do século I depois da Era Cristã por um autor que até o presente momento é desconhecido, onde relata a existência e a ocorrência em que se desenrolava o comércio e a navegação ao longo do Mar Vermelho e as regiões da costa leste da África e a costa oeste da Índia.

Embora se trate de um registro relativamente antigo acerca das relações afroasiáticas, o autor acredita que se possa atribuir sua origem há poucos séculos anteriores ao surgimento desta obra, porém nada tão conclusivo ao ponto de se estabelecer uma data:

Não dispomos de informações suficientes para determinar com certeza a época em que tais ligações comerciais se estabeleceram, nem sua extensão para o sul, ao longo do litoral da África Oriental, durante o período pré-romano. A. M. Sheriff sugere, com argumentos convincentes, que, provavelmente, elas remontavam ao século II, antes da Era Cristã (TALIB, 2010. p. 826).

Para o autor, a proximidade em que se encontram os continentes da África e da Ásia foi o fator fundamental que propiciou o florescimento comercial entre estes povos, servindo também de porta de entrada para a introdução dos africanos na Península Arábica no período pré-islâmico. Embora a presença de populações africanas ocorresse de forma heterogênea em relação ao ponto de origem deste deslocamento, o autor atribui que os mais expressivos deslocamentos tenham se dado a partir das atuais regiões da Etiópia, da Somália e da Núbia.

Mapa 03 – NOMES, ROTAS E LOCALIZAÇÃO DO PÉRIPLO DO MAR ERITREU



FONTE: Varnam (2015).

Vindos de diversas regiões e por motivos diversos, como os aspectos diaspóricos e relações comerciais, o autor apresenta que grande parte das populações localizadas na costa leste africana teria sido deslocada para a Península Arábica pré-islâmica em função do processo de escravização, e acabaram desempenhando mais tarde, um importante papel no âmbito das artes (dos quais se destacaram os poetas *'Antara b. Shaddād, Khufāf ibn Nadba e Sulayk b. al-Sulaka*)²¹, da culinária (como padeiros e cozinheiros), e do campo militar (a partir de serviços prestados como vigias, porteiros e como guerreiros militares).

O papel militar desempenhado pelos escravos é um dos traços em destaque na civilização islâmica; houve repercussões consideráveis sobre a política conduzida por muitos dos Estados muçulmanos, tanto no interior quanto no exterior.

“Os soldados negros apareceram esporadicamente no início do reinado dos abássidas, porém, após a rebelião dos escravos do Iraque, na qual os negros realizaram estupendas proezas militares, foram recrutados em massa”.

Relatou-se que, sob o reinado do califa abássida al-Amīn (falecido em 198/813), foi constituído um batalhão especial de guarda-costas etíopes, chamados “os corvos”. Ao longo da luta acirrada pelo poder que ensanguentou o reinado de al-Muktadir (falecido em 320/932), 7.000 negros combateram do lado do califa (TALIB, 2010. p. 850).

Muito embora estejamos diante de duas perspectivas distintas acerca das origens do envolvimento de populações africanas pela Ásia, somos tentados a concordar com a primeira perspectiva apontada aqui por trabalhos como os de Joseph Ki-Zerbo e Wayne B. Chandler, por entender que o processo de deslocamento de populações africanas pela Ásia se faz desde o processo de povoamento deste continente, porém a perspectiva de Yusof Talib serve como elemento de reafirmação de que o ponto de partida destes contatos são ainda provisórios e possuem uma relação milenar.

Por isso se pode verificar a existência de populações africanas incorporadas nos mais distintos campos da vida social em terras asiáticas (FONSECA, 2008a). Ao buscar compreender o papel desempenhado por populações negras escravizadas na Índia, Runoko Rashidi (2007) reafirma o papel fundamental de populações africanas na construção de exércitos militares e fiscalização marinha ao longo do Oceano Índico, destacando em seu argumento o caso de ascensão social do ex-escravizado etíope que na passagem dos séculos XVI e XVII se torna uma das maiores autoridades no campo militar da Índia, comandando exércitos e governando regiões daquele país asiático.

²¹ Poetas de grande destaque no período pré-islâmico que descendiam de populações africanas, e eram conhecidos pelo termo *Aghribat al-'Arab*, o que Yusof Talib (2010) traduz como sendo “os corvos dos árabes”.

Chamado de *Malik Ambar*, (ou “o rei Ambar”)²² foi sem dúvida o mais famoso dos governantes africanos ao longo da história da Índia, chegando a governar o Estado muçulmano de *Ahmednagar* na região de *Decão*, planalto indiano localizado ao sul da *Planície Indo-Gangébrica*.

Além disto, Runoko Rashidi (2007) procura apontar que grande parte da ascensão social de ex-escravizados na Índia se davam em meio ao campo bélico:

Em um aspecto coletivo, no entanto, e no que diz respeito à influência de longo prazo, destacavam-se os marinheiros africanos chamados de *Siddis*. Na verdade, os reinos *Siddi* foram estabelecidos na porção oeste da Índia, em *Janjira* e *Jaffrabad* por volta de 1100 depois da Era Cristã. Logo após a sua conversão ao Islã os libertos africanos da Índia, chamado originalmente *Habshi* do árabe, passaram a se chamar *Sayyad*, ou seja, descendentes de Maomé, e, conseqüentemente, foram conhecidos como *Siddis*. Os *Siddis* eram um grupo coeso, altamente agressivo, e até mesmo feroz em batalha. Eles foram empregados em sua maioria como forças de segurança para as frotas muçulmanas na Índia, uma posição que mantiveram durante séculos (RASHIDI, 2007. p. 139, Tradução Nossa)²³.

Ainda segundo o autor, a presença de populações africanas na Índia se tornaram alvos de relatos históricos ao longo dos séculos, onde de acordo com o que observou *Ibn Battuta*²⁴ (1304 – 1377), ao viajar por regiões da África e da Ásia, os *Siddis* acabaram gradualmente se tornando as grandes fortalezas de segurança ao longo de todo o Oceano Índico por onde mercadorias podiam ser comercializadas sem o risco eminente de ataques.

Autores como James E. Brunson, Runoko Rashidi e Wallace Magsby Jr, acreditam na existência de papéis similares no Japão aos que relatamos no campo militar da Índia por parte de populações escravizadas da África, pois “parece indiscutível que as pessoas negras no Japão desempenharam um papel importante desde as fases mais remotas da antiguidade até pelo menos o século VIII” (BRUNSON, RASHIDI e MAGSBY. 2007. p. 316).

Nesse sentido, *Sakanoue no Tamuramaro* teria sido o primeiro afroasiático a receber o título de militar (também conhecido pelo termo nipônico *shōgun* 將軍) no Japão. Sendo

²² Como aponta Graham W. Irwin (2007).

²³ Do original: “In a collective form however, and in respect to long term influence, the African sailors called the Siddis stand out. Indeed, Siddi kingdoms were established in western India in Janjira and Jaffrabad as early as 1100 A.D. After their conversion to Islam the African freedmen of India, originally called Habshi from the Arabic, called themselves Sayyad, descendants of Muhammad, and were consequently known as Siddis. The Siddis were a tightly knit group, highly aggressive, and even ferocious in battle. They were employed largely as security forces for Muslim fleets in West India, a position they maintained for centuries”.

²⁴ Explorador marroquino do século XIV, chamado *Shams ad-Din Abu Abd Allah Muhammad ibn Muhammad ibn Ibrahim al-Luwati at-Tanyi*, que percorreu diversas regiões do Norte e do Leste da África, assim como a região sul da Península arábica, o sudeste asiático e o extremo oriente. Ver obras de MENZIES (2012) e RASHIDI (2007).

assim, Dagoberto José Fonseca (2008a, p. 23) corrobora com esta afirmação acima ao dizer que, “No Japão, o lendário comandante Sakanouye Tamuramaro, conhecido pela valentia e determinação é ainda homenageado pelos antigos com o provérbio: ‘Para um samurai ter coragem é preciso que tenha sangue negro’”. Estas evidências apenas reafirmam um ponto fundamental, a existência de populações africanas ao longo do continente asiático.

Aliás, este foi um tema que constituiu por certo tempo, um importante campo de discussão antropológica por parte de estudiosos e aventureiros europeus em terras asiáticas. Ao se consolidarem enquanto colonizadores destas terras deram-se início a alguns debates na Antropologia Física, por vezes também chamada de Antropologia Biológica em que a partir de medições físicas buscavam-se determinar a presença ou ausência de populações africanas ao longo de todo o continente asiático.

A título de ilustração podemos fazer referência a obra de David P. Barrows (1910), cujo objeto era o de determinar a presença de tipos sanguíneos e características físicas de *Negritos* em populações asiáticas, a partir de um vasto levantamento etnográfico e medições físicas, realizadas de próprio punho, por cerca de 9 anos, iluminando assim, grandes lacunas presentes na chamada teoria “indonésia” e na etnologia da Malásia com base em um sistema de nomenclatura utilizado pelo método de *Topinard (Éléments d'Anthropologie Générale)*.

Realizando medições por quase uma década (1901 a 1909) em diversas regiões, ilhas e montanhas pelas Filipinas e pela Malásia, mas, sobretudo na ilha de *Luzón* nas Filipinas (região banhada ao leste pelo mar do sul da China e a oeste pela Baía de Manila) e Andamão (arquipélago do Golfo de Bengala) localizado entre a Índia e a oeste de Mianmar, Barrows (1910), aponta que diante de seus cálculos as populações presentes no *Monte Mariveles*, na província de *Bataan*, nas Filipinas, seriam de fato populações negras em territórios asiáticos:

Esta medição mostra que os Negritos possuem braços anormalmente longos. Em raças amarelas do alcance do braço é aproximadamente igual à estatura, e na raça branca é geralmente um pouco maior. Acho que podemos aproveitar este alcance excessivo como uma característica típica de populações de Negritos (BARROWS, 1910. p. 359, Tradução Nossa)²⁵.

Já em sua passagem pelas ilhas de *Andamão*, Barrows (1910) transpõe sua simpatia por reflexões anteriores que atribuem às ilhas de *Andamão* um ponto chave para o

²⁵ Do original: “This measurement shows the Negritos to have unusually long arms. In yellow races the arm-reach is about equal to the stature, and in the white race it is usually a little above. I think we may take this excessive reach of arms to be a truly Negrito character”.

deslocamento de populações africanas pelo continente asiático, por uma rota que se estende até a ilha de *Táiwān* e desta última até o Japão (日本。 *Nihon*).

Embora David P. Barrows se preocupasse em detectar a presença de populações negras pelo sudeste asiático, uma de suas anotações merece destaque, que é a definição do que ele entende como objeto de seu estudo, ou seja, o *Negrito*.

A forma do nariz de um Negrito é peculiar, e uma vez depois de ter sido cuidadosamente observada pode ser facilmente reconhecida. A raiz está profundamente deprimida de uma testa lisa e arredondada, a ponte é curta e baixa, e o arredondamento final é bulboso. Por vezes, mas não normalmente, as narinas são horizontalmente visíveis. As aberturas das narinas não são lisas e a sua direção é quase paralela ao plano da face.

Tem sido repetidamente afirmado que a cor do corpo do Negrito é preta, mas este é um grande exagero. Sua cor é um marrom escuro, sendo vários tons mais escuros do que o malaio, com um "tom" amarelado de açafrão mostrado nas partes menos expostas do corpo. Em comparação com os povos de cores mais claras, sua cor é pronunciadamente o suficiente para justificar a denominação de negro, que é aplicado a ele, mas este termo não deve ser considerado como diferente de uma descrição popular. O cabelo do Negrito é tipicamente Africano (BARROWS, 1910. p. 361, Tradução Nossa)²⁶.

Para David P. Barrows então, o *Negrito* nada mais é do que um sobrevivente de raças espalhadas por pigmeus negros na Ásia e aparece sempre descrito por uma inferior capacidade das faculdades reflexivas e uma grande proximidade física a animais selvagens. Mas o que de fato nos interessa disto não são as classificações que faz destes povos, nem mesmo suas medições físicas que foram tão caras à Antropologia Física na época, mas sim a constatação da presença de populações negras pelo continente asiático o que reforçam e retomam a indicação que estamos fazendo da presença de populações africanas em territórios asiáticos.

Sendo assim, Barrows (1910) é apenas um indicativo de que ao longo do século XIX e XX diversos antropólogos se debruçavam sobre um conjunto de populações asiáticas que não se encaixavam dentro do padrão de raça pura do tipo asiática por apresentar traços fenotípicos, culturais e linguísticas similares às apresentadas no continente africano, por isto

²⁶ Do original: "The shape of the Negrito nose is peculiar and after it has once been carefully observed can be easily recognized. The root is deeply depressed from a smooth and rounding forehead, the bridge is short and low, and the end rounding and bulbous. Sometimes, but not usually, the nostrils are horizontally visible. The apertures of the nostrils are very flat and their direction almost parallel with the plane of the face.

It has been repeatedly asserted that the body color of the Negrito is black, but this is a gross exaggeration. It is a dark brown, several shades darker than the Malay, with a yellowish or saffron "undertone" showing on the less exposed parts of the body. As compared with the lighter colored peoples about him his color is pronounced enough to warrant the appellation of negro which is applied to him, but this term must not be considered as other than a popular description. The hair of the Negrito is typically African".

diversos povos asiáticos como os *Bataks*, *Igorots*, *Jakuns*, *Orang Aslis*, *Sakais*, *Semangs*, *Tagbanwas*, entre outros, foram alvos de constantes análises e medições físicas.

Sugerimos, portanto, que o deslocamento de populações africanas para o continente asiático (nas mais variadas épocas) contribuiu diretamente para a estruturação de grandiosas civilizações neste continente (como a do Vale do Indo) e o desenvolvimento de grandiosos impérios como os da China e o de Angkor. Sua influência cultural aparece em elementos religiosos (na Índia com o hinduísmo e no Japão com a estátua do Buda Negro da cidade de *Nara*) e arquitetônicos como no caso das pirâmides asiáticas do Camboja, da China e da Indonésia. Isso justificaria então a existência de populações negras na Ásia até os dias atuais como os *Dalits* na Índia; os *Orang Asli*, os *Semang* e os *Sng'oi* na Malásia; os *Ainu* no Japão; os *Aetas* nas Filipinas; e os *Negritos* entre o extremo sul da República Popular da China e a Cochinchina (FONSECA, 2008a).

É justamente em função deste emaranhado de contatos, rotas e diálogos entre os mais variados povos da África e da Ásia é que se pode verificar a existência de materiais audiovisuais que abarquem a temática em um sentido humorado, cômico ou caricaturesco como no caso do filme “*Black Samurai*”, produzido nos Estados Unidos da América no ano de 1977, pelos diretores Al Adamson Starring e Jim Kelly; assim como pelo seriado de televisão chamado “*Nita Negrita*”, produzido pela *GMA Network*, na República das Filipinas no ano de 2011; assim como pelo *mangá*²⁷ japonês “*Afro Samurai*” produzido no Japão no ano de 2007 pelo *mangaká*²⁸ japonês *Takashi Okazaki*.

Para além das questões citadas acima, podemos citar a produção de uma linha especial da produção de carros da *Mitsubishi*, que no ano de 2012 lançou sua edição especial de luxo chamada “*Shogun Black*”, ou então, o fato de que hoje, o Japão elege *Miyamoto Eriana Mamiko* (宮本 エリアナ 磨美子) como a primeira mulher afroasiática a representar o país no concurso Miss Universo do ano de 2015.

Estas e outras questões como o fato de que grandes esportistas mundiais em atividade serem afroasiáticos como *David Alaba* do clube *Fußball-Club Bayern München* e *Tiger Woods*, jogador profissional de golfe nos Estados Unidos da América, ou então o fato de que no Brasil a representação e a construção social da imagem da Índia se faz por intermédio do

²⁷ Do japonês (漫画。 *Manga*) refere-se a um estilo de histórias em quadrinhos tipicamente japonesa que possui suas origens no período *Nara* (por volta do século VIII depois da Era Cristã) e se popularizou no Brasil, a partir da consolidação dos descendentes de japoneses.

²⁸ Do japonês (漫画家。 *Mangaka*). Diz-se daquele que escreve, idealiza ou produz o *Mangá*, ou seja, o equivalente ao quadrinhista ou cartunista na sociedade ocidental.

cantor e compositor Jorge Ben Jor²⁹, apenas reafirmam a ocorrência de contatos afroasiáticos em nossa contemporaneidade, que muitas vezes, podem tomar de surpresa o leitor mais desavisado sobre a temática.

2.2 Os primeiros asiáticos pela África

Como vimos, o envolvimento de populações africanas ao longo do continente asiático se faz em função de um conjunto de deslocamentos humanos em que se torna difícil precisar a sua origem, e perpassam por diversos contextos históricos, até culminarem nos dias atuais. Igualmente antiga, o lado oposto desta relação – o envolvimento de populações asiáticas ao longo do continente africano – apresenta-se também como um amplo conjunto de fluxos migratórios que possibilitaram não somente o povoamento de determinadas regiões e ilhas do continente africano, mas também, estiveram flertando com a construção de impérios e a solidificação de práticas religiosas e culinárias de diversas populações africanas ao longo dos séculos.

Frutos de uma relação milenar e tão antiga quanto o desenvolvimento da humanidade, a abrangência e a intensidade com que ocorreram os envolvimento de populações asiáticas no continente africano, se tornaram tema de inúmeros debates científicos na Europa. Para ser mais preciso, este foi um tema recorrente ao longo de todo o contexto de envolvimento europeu no continente africano, mas, sobretudo nos primeiros decênios do século XIX. Esta perspectiva – da qual a Alemanha se tornou o grande centro de investigação europeu sobre a África – se dava muito mais em função da crença na falta de autonomia africana na criação e produção de sua própria cultura do que propriamente na compreensão do papel que populações asiáticas desempenharam neste continente ao longo dos séculos.

Nessa época, segundo Dmitri Alexeyevich Olderogge (2010), a Alemanha desempenhava um papel de vanguarda nos estudos etnográficos e linguísticos sobre o continente africano, sendo um ponto fundamental para a formulação de teorias que surgiram posteriormente no continente europeu. Assim, por toda a Europa ocidental criou-se um enorme conjunto de etnólogos, que embasados em teorias alemãs sobre os povos africanos,

²⁹ Também conhecido por Jorge Ben, é um artista brasileiro capaz de harmonizar diversos estilos e ritmos musicais ao estilo da tradição da história oral, tão cara às populações africanas ao entoar o canto intitulado por *Taj Mahal*: “Foi a mais linda história de amor, que me contaram e agora eu vou contar. Do amor do príncipe *Shah-Jahan* pela princesa *Mumtaz Mahal*...”.

defendiam que as características culturais presentes no continente africano ocorriam em função de vagas migrações vindas da Ásia. Já os linguistas europeus, elaboravam as bases da teoria *Camítica*, na qual populações provenientes do continente asiático proporcionaram as grandes bases linguísticas das populações africanas.

Para Hegel, foi na Ásia que a luz do espírito despertou e que a história da humanidade teve seu início. Os estudiosos europeus tinham por indiscutível a ideia de que a Ásia, berço da humanidade, foi lugar de origem de todos os povos que invadiram a Europa e a África. Assim, parecia evidente para o etnógrafo inglês Stow que os mais antigos habitantes da África – os San – tivessem vindo da Ásia em duas vagas migratórias distintas, os San pintores e os San gravadores; esses dois grupos teriam seguido trajetórias diferentes, cruzando o mar Vermelho pelo estreito de Bab el-Mandeb. Após terem atravessado as florestas equatoriais, os dois grupos reencontraram-se no extremo sul do continente africano (OLDEROGGE, 2010, p. 296).

Ainda segundo esta perspectiva, sucessivas ondas migratórias de negros com cabelos crespos oriundos de regiões dispersas pelo sudeste asiático foram preenchendo regiões da savana sudanesa e introduzindo técnicas agrícolas que propiciaram o cultivo de bananas, sorgo e gramíneas, disseminando também a produção e manuseio de utensílios à base de madeira e flechas para abatimento de animais. Destes contatos no continente africano deram a origem a povos *proto-camitas*, populações que a partir de uma combinação de misturas e migrações deram origem aos povos *Bantu*.

Por mais que atualmente, este tipo de teoria já não encontre mais fôlego dentro do debate científico³⁰, ela nos possibilita apontar invariavelmente para uma posição: a complexidade que existe em determinar se um conjunto de técnicas e/ou práticas encontradas ao longo de diversas épocas no continente africano possuem uma origem africana, ou são resultado de uma influência asiática.

Além disso, a dificuldade em estabelecer a cronologia de períodos remotos da Antiguidade faz com que qualquer atribuição de “paternidade” seja aleatória. As datações pelo carbono 14 são demasiado vagas para que se possa determinar com uma aproximação de um ou dois séculos, num meio em que o conhecimento sempre se transmitiu rapidamente, se a origem de uma invenção é asiática ou africana (EL-NADOURY e VERCOUTTER, 2010, p. 120).

³⁰ Em função de um conjunto de novas hipóteses, teorias e provas arqueológicas que reafirmam o papel de populações africanas como vanguardistas na criação da cultura, da agricultura, na domesticação de animais e nas complexas formações linguísticas, religiosas, artísticas e medicinais (FONSECA, 2008a, 2015; GREENBERG, 2010; KI-ZERBO, 2010a; KOBISHANOV, 2010; MABOGUNJE, 2010; OLDEROGGE, 2010; PORTÈRES e BARRAU, 2010).

Para além das barreiras do tempo e da imprecisão das datações em carbono 14, estas questões nos possibilitam a indicação de que estes vínculos asiáticos no continente africano são também milenares, e perpassam longos períodos históricos. Nesse sentido, já se pode verificar alguns esforços que buscam dar conta de reconfigurar e ajustar as antigas teorias alemãs que atribuíram um peso exagerado no papel dos povos asiáticos no continente africano.

Sendo assim, pode-se verificar em trabalhos como o de Gordon Kerr (2012, p. 15) a existência de “um elevado nível de comunicação entre as diferentes regiões do continente (africano) e a Ásia”, que possibilitaram a difusão e intercâmbio de um conjunto de técnicas agrícolas africanas e asiáticas, “onde, em troca de uma série de espécies vegetais domesticadas, como o sorgo, África recebeu outros cereais – trigo e cevada, por exemplo. As bananas, o inhame roxo e o taro chegaram do sul da Arábia através da costa oriental de África”. Para além deste conjunto de vegetais, cereais e frutos, alguns autores atribuem a existência de um complexo botânico tipicamente malaio ao longo da costa oriental do continente africano, fruto de um processo milenar existente entre o sudeste asiático e o continente africano:

Hornell e os Culwick estudaram as ressonâncias culturais indonésias na costa oriental africana. Mais recentemente, G. P. Murdock referiu-se a um “complexo botânico malaio” onde se incluem as plantas introduzidas em épocas remotas, vindas do Sudeste Asiático. Entre elas o autor menciona o arroz (*Oryza sativa*), a araruta polinésia (*Tacca pinnatifida*), o taro (*Colocasia antiquorum*), o inhame (*Discorea alata*, *D. bulbifera* e *D. esculenta*), a banana (*Musa paradisiaca* e *M. sapientium*), a fruta-pão (*Artocarpus incisa*), o coqueiro (*Coco nufera*), a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), etc. Acredita Murdock que as migrações indonésias responsáveis pela introdução desse complexo botânico em Madagascar ocorreram no primeiro milênio antes da Era Crista, tendo percorrido as costas meridionais da Ásia antes de chegarem a África oriental (VÉRIN, 2010. p. 778).

Fica válido ressaltar, que este conjunto de plantas e técnicas agrícolas da qual se atribui a populações asiáticas a introdução no continente africano, deve tomar por base a dinâmica presente no próprio continente africano para a sua introdução, ou seja, é fato de que se faz necessário a busca em compreender as fronteiras africanas de modo a dialogar com contribuições oriundas de outros continentes, como no caso a Ásia. Porém, não se pode omitir o fato de que as novas intervenções técnicas no continente africano sempre estiveram orientadas em função de técnicas pré-existentes, o que faz com que toda intervenção externa esteja necessariamente orientada por forças internas já postas em ação, “é por esse motivo que

o arroz asiático foi cultivado onde já existia o *oryza* aborígene africano, e a mandioca, onde existia o inhame” (KI-ZERBO, 2010a. p. 399), não havendo, portanto, uma intervenção imposta ao continente africano, aos moldes do que se pode verificar no contexto colonial europeu do século XV em diante, mas sim uma relação de troca mútua entre os continentes da África e da Ásia, corroborando a perspectiva de complementaridade histórica sugerida por Claude Lévi-Strauss (2000).

Outro ponto importante sobre estes contatos se faz a partir do domínio das águas oceânicas que os separam, este, aliás, vem sendo um ponto ao qual diversos autores têm se debruçado. Entre aqueles que possibilitam a reflexão dos contatos afroasiáticos por via marítima, Luís Goytisolo (1992) apresenta como de grande utilidade se pensar a influência do Oceano Índico para o desenvolvimento e florescimento das populações costeiras da África e da Ásia, pois para o autor é preciso desconstruir a imagem de exotismo, mística e a pré-noção de que o Oceano Índico é um imenso oceano sem atividade humana até a vinda dos exploradores hispânicos pela Ásia. Este, na verdade, constitui um olhar enraizado pela perspectiva ocidental:

Nos habituamos a considerar o Ocidente como o centro do mundo, o Oceano Índico não só sugere outra imagem que a de algo remoto, exótico e em grande medida primitivo [...] embora pouco conhecido pelo mundo clássico Greco-latino, a costa do Índico vem há milênios desenvolvendo uma vida própria, não menos rica e complexa do que a existente no Mediterrâneo (GOYTISOLO, 1992. p. 7, Tradução Nossa)³¹.

Nesse sentido, as habilidades e os domínios das técnicas de navegação, aliadas ao conhecimento climático das monções, possibilitariam a navegação, o florescimento do comércio, e o povoamento de algumas regiões, já que territórios como de Madagascar foram povoados por populações de origem malaia que chegaram “a estas terras desde as ilhas que formam o arquipélago indonésio ao longo do primeiro milênio de nossa era” (GOYTISOLO, 1992. p. 110, Tradução Nossa)³².

³¹ Do original “Habitados a considerar a Occidente como centro del mundo, el Índico no suele sugerir otra imagen que la de algo remoto, exótico y, en gran medida, primitivo [...] aunque poco conocida por el mundo clásico Greco-latino, la cuenca del Índico llevaba la milenios desarrollando una vida propia no menos rica y compleja que la del Mediterráneo”.

³² Do original “a estas tierras desde las islas que forman el archipiélago indonésico a largo del primer milenio de nuestra era”.

Mapa 04 – MAPA DO OCEANO ÍNDICO



FONTE: Encyclopædia Britannica (2015).

Já no texto elaborado por Deepak Kumar (2009), ao pensar o Oceano Índico como um espaço de competição estratégica entre as potências mundiais, no período pós-Guerra Fria, por onde recursos energéticos como o petróleo e o gás natural são transplantados, aponta que por intermédio dessas águas também foi possível o desenvolvimento e o florescimento de grandes civilizações entre a África e a Ásia, reafirmando assim o papel fundamental deste oceano por onde as relações afroasiáticas puderam se desenvolver:

Referências históricas mostram que a humanidade navegou intensamente por suas águas por vários períodos, e permanece até hoje como sendo uma das vias econômicas vitais, por onde as riquezas do mundo são transportadas (KUMAR, 2009. p. 125).

Se enquadrando nesta temática, José Luís Cabaço (2009) também retrata o papel do Oceano Índico como espaço de desenvolvimento econômico e elemento básico do envolvimento dos asiáticos em Moçambique. “A participação no comércio com a África Oriental de navegadores e mercantes dos povos ribeirinhos do Índico, entre os quais *malabares* e *guzerates*, precedeu de séculos a chega dos portugueses” (CABAÇO, 2009. p. 64-65).

De qualquer modo, os investimentos asiáticos no comércio em Moçambique tiveram, como repercussões importantes, não apenas a criação de uma rede para o interior do território que favoreceu a ocupação efectiva, mas também, o crescimento do comércio de produtos alimentares que gerou incentivos à criação de excedentes por parte de camponeses em diversos pontos do território, dando início ao primeiro relacionamento entre a produção tradicional e a economia capitalista (CABAÇO, 2009. p. 68).

Para além desses autores, a organização de textos realizados em nome da UNESCO no ano de 1974 sobre os contatos históricos entre as regiões da África oriental e do sudeste asiático, através do Oceano Índico, descrevem estas águas como uma das principais rotas entre as populações afroasiáticas. Nesse sentido os trabalhos de Neville Chittick, Mus H. I. Galaal e D. G. Keswani – apresentados na versão espanhola da coletânea em 1983 – já apontam para o Oceano Índico como elemento formador de uma de “mescla de elementos culturais” por pelo menos quinze séculos, no qual a população das ilhas de *Mauricio* são parte de um exemplo especialmente acabado, além disso, Neville Chittick aponta que o florescimento do comércio nas regiões banhadas pelo Índico ocorrem também pelo alto grau de previsibilidade de suas condições climáticas (onde os ventos são moderados e regulares, as praias são arenosas e propícias ao encalhar das embarcações nas praias, passando por ciclones em regiões mais ao sul do Oceano).

Por outro lado, Mus H. I. Galaal, elaborou uma análise sobre as poesias orais presente em regiões como Djibuti, Etiópia, Eritreia e Somália, ou mais especificamente no chamado Chifre da África, apontando como a navegação rumo ao Leste da África é uma das ocupações mais antigas entre estas populações e que persistiram até o início dos contatos europeus pelo continente africano. Nesse sentido, o trabalho de D. G. Keswani aponta que:

É mais que provável que boa parte do comércio africano com destino à Tiro e a Síria se efetuava por intermédio de negociações com os povos da Índia, que havia aberto feitorias em portos africanos. Escritores gregos e romanos acreditavam na existência, desde tempos remotos, de um comércio que florescia entre a Índia, a Arábia e a África oriental. O próprio Périplo menciona inúmeras localidades da África oriental que estabeleciam comércios com a Índia (KESWANI, 1983. p. 45, Tradução Nossa)³³.

³³ Do original “Es más que probable que buena parte del comercio africano con destino a Tiro y Siria se efectuara por intermedio de negociantes indios, que habían abierto factorías en los puertos africanos. Escritores griegos y romanos dan fe de la existencia desde tiempos muy antiguos de un comercio floreciente entre la India, Arabia y el África oriental. El Periplo menciona muchas localidades del África oriental que comerciaban con la India.”.

Esta relação comercial possibilitou o fortalecimento de grandiosos impérios africanos, dinamizando-os a partir do comércio afroasiático. Sobre este ponto, Yuri. M. Kobishanov (2010) atribuiu à região de *Ariaca* (uma antiga região da Índia central) como sendo o grande fornecedor, para os impérios africanos que margeavam a costa leste africana, de objetos de ferro, materiais brutos em aço e verniz, além de grandes quantidades de tecidos (ora em peças de vestuário de *Molokhinese sindoni*, ora em peças de algodão *Molikhina* e/ou *Sygmatoghena*), cintos, mantos e selos.

A domesticação de animais surge como consequência desta relação com os indianos, a partir do momento em que formas mais complexa de comércio e migrações se fazem presentes nesta relação, e acarretaram em algumas mudanças religiosas, bélicas e linguísticas. “As viagens comerciais efetuadas ao Ceilão e a Índia meridional e setentrional pelos cidadãos de Adulis em particular e pelos etíopes em geral são relatadas por Pseudo-Calistenes e Cosmas Indicopleustes” (KOBISHANOV, 2010. p. 414).

Ainda segundo o autor, no império axumita, por exemplo, pode-se verificar a penetração de ideias religiosas de regiões das quais se estabeleciam vínculos comerciais muito fortes, o que possibilitou a entrada de objetos oriundos de práticas religiosas indianas, como as estatuetas de Buda que foram recentemente encontradas em *Axum*, estas foram trazidas por intermédio de comerciantes budistas originários da Índia. Já a introdução do elefante domesticado que vinha de diversas regiões da Índia servia de base para a execução de rituais religiosos, além do fato de que estes animais foram incorporados a exércitos imperiais auxiliando na manutenção das forças bélicas já existentes. Já no campo da escrita, o autor afirma que:

Os princípios básicos da escrita etíope vocalizada não tem equivalência no mundo camito-semítico, mas são típicos dos alfabetos hindus. No século XIX, B. Johns, R. Lepsius e E. Glaser mostraram as relações entre o alfabeto etíope e o da Índia. Em 1915, A. Grohmann apontou as principais semelhanças entre a concepção do alfabeto etíope vocalizado e a do alfabeto do Brahmi ou Karoshti, ressaltando certos detalhes comuns, como os signos usados para *u* e *e* breve. A hipótese da influencia hindu sobre os reformadores do antigo alfabeto consonântico etíope parece, portanto, bastante provável (KOBISHANOV, 2010. p. 421).

Parte de uma contribuição significativa no processo de povoamento e estruturação de línguas africanas, se atribui as populações da indonésia uma forte presença e influência nas ilhas de *Reunião*, *Maurício* e *Madagascar*. Estas interações africano-indonésias fizeram dos povos malgaxes (a população de Madagascar) um amplo campo de investigação acerca das

relações afro-orientais que sempre buscaram compreender a dupla origem étnica dos povos malgaxes, como forma de justificar suas diferenças físicas e linguísticas.

Muito embora não se estabeleça conclusões irrefutáveis sobre as origens e o papel de populações indonésias nestas ilhas, elaboraram-se diversos estudos acerca das semelhanças linguísticas, religiosas e culturais entre populações malgaxes e os povos do sudeste asiático. Pierre Vérin (2010), por exemplo, aponta que as primeiras discussões sobre a questão datam dos primeiros anos do século XVII, quando o holandês *De Houtman* sugere a incorporação do malgaxe ao grupo linguístico *malaio-polinésio*.

Algo que somente veio a sofrer revisões, mais tarde, quando *Van der Tuuk* estabelece cientificamente a aproximação do malgaxe ao grupo linguístico indonésio. Uma semelhança, que segundo o autor, é confirmada hoje a partir de técnicas mais apuradas como a glotocronologia que determinou de fato, que o vocabulário básico malgaxe é predominantemente indonésio, com uma taxa de semelhança de 94%.

Já no âmbito da Antropologia Física, Pierre Vérin (2010) ainda aponta que a população malgaxe apresenta ao mesmo tempo características físicas e culturais de mongoloides e negroides, a partir de subdivisões feitas em razão da natureza das pigmentações. Estas primeiras indicações feitas pela Antropologia Física foram confrontadas por estudos hematológicos da década de 1970 realizadas por *Pigache*, em que se conclui que a presença de negroides malgaxes é de origem africana e não melanésia.

Sendo assim, estas perspectivas acima apontam fundamentalmente para a necessidade de um olhar que compreenda o processo de desenvolvimento dos continentes da África e da Ásia em função de sua cumplicidade e complementaridade, pois é justamente nesse sentido que Claude Lévi-Strauss (2000, p. 39) estabelece a afirmação: “A civilização egípcia, cuja importância para a humanidade conhecemos, só é inteligível como obra comum da Ásia e da África”, e que venho apontando em trabalhos anteriores³⁴.

Apesar de lacônica e restritiva, a afirmação de Claude Lévi-Strauss deve ser revista, uma vez que a civilização egípcia não estabeleceu um canal de diálogo exclusivo com o a Ásia, pelo contrário, o que buscamos aqui foi demonstrar que existem inúmeros indicativos de que a presença asiática no continente africano decorre há séculos em diferentes regiões, auxiliando no desenvolvimento de populações tanto na África quanto na Ásia.

³⁴ Ver: Maxwell Martins (2014a; 2014b; 2016).

2.2.1 Os chineses na costa leste africana

Diante deste quadro de intensas relações protagonizadas há séculos pelos povos da África e da África é que se encontram e se originam as relações estabelecidas entre chineses e africanos, também conhecidas e grafadas pelo termo, relações sinoafricanas. Embora seja comum a tentativa de associar o processo de desenvolvimento histórico dos povos chineses, a partir de uma pré-disposição de isolamento frente aos demais povos da terra, como se pode ver nos trabalhos de POMAR (2003) e SHU (2005), os registros históricos da China antiga sobre o mundo exterior nos sugerem uma postura, proporcionalmente inversa.

As relações estabelecidas entre chineses e os mais variados povos da costa leste africana, assim como todo o bojo de relações estabelecidas por estes continentes são demasiadamente complexas para se estabelecer algum marco de origem. Ao que parece, os primeiros registros de populações africanas na China possuem menções entre registros históricos que foram compilados nos anais da *Dinastia Jin* (晋朝。 *Jìn cháo*). Estamos falando em um período orbita entre as datas de 265 a 420, onde segundo Julie Wilensky (2002), ao se apresentar alguns fatos registrados sobre o cotidiano do imperador da época, que viveu entre os anos de 373 até 397, aparece referências acerca da cor da pele de uma de suas concubinas, que devido a sua cor negra era identificada por todos os funcionários que habitavam o palácio pelo termo *Kunlun* (崑崙):

As origens da palavra *kunlun* não são muito claras, e como muitos termos, seus significados se alteram ao longo do tempo. Já nos princípios da dinastia Han, fontes chinesas utilizam o termo para a descrição das *montanhas de Kunlun*, no noroeste da China, assim como a casa do mítico Xi Wang Mu 西王母 (ou a Rainha-Mãe do Ocidente). Os significados do termo *kunlun* foram se alargando gradualmente ao longo do tempo, e simultaneamente várias fontes o utilizam de maneiras bem diferentes. Esses usos de *kunlun* não possuem relação com o nome das *montanhas de Kunlun*. Em vez disso, elas revelam as percepções chinesas sobre pessoas com pele escura, uma vez que o tempo foi capaz de manter esta conotação (WILENSKY, 2002. p. 4, Tradução Nossa)³⁵.

³⁵ Do original: “The origins of the word *kunlun* are unclear, and like many terms, its meanings have shifted over time. As early as the Han dynasty, Chinese sources describe the *Kunlun* Mountains in northwest China as the home of the mythical Xi Wang Mu 西王母 (Queen Mother of the West). The meanings of the word *kunlun* gradually broadened over time, and various sources simultaneously used the term in different ways. These uses of *kunlun* are unrelated to the name of the Kunlun Mountains. Instead, they reveal Chinese perceptions of those with dark skin, since the term retained this connotation”.

Embora estejamos falando de um momento registrado entre a segunda metade do século III e a primeira metade do século V, este vem a ser apenas um dos mais antigos registros – que até o momento tivemos contato – acerca destas relações. Não se sabe, nem mesmo poderíamos precisar a amplitude e a facilidade de acesso a estes registros históricos da corte chinesa, ao longo dos séculos, mas a utilização do termo *Kunlun*, como referência à cor negra da pele da concubina de um dos imperadores da *Dinastia Jin*, sugere a difusão da palavra em meio ao convívio cotidiano na China.

Ainda segundo Julie Wilensky, entre os registros dos séculos IV e V, o termo *Kunlun* deixa de ser empregado como adjetivo de pele escura, transportando o termo para uma referência de lugar a qual o indivíduo é originário. Essa modificação ocorre em meio aos registros da história da *Dinastia Liu Song* (刘宋朝。 *Liú Sòng cháo*), mais especificamente entre os anos de 420 a 479, quando os anais históricos do período registram a anedota de um imperador que possuía um africano escravizado *Kunlun* que era responsável por aplicar castigos aos altos funcionários da corte chinesa.

Dando continuidade a estas modificações, a generalização do termo *Kunlun* aparecerá em referências oficiais feitas aos demais povos asiáticos e do sudeste asiático, abrangendo principalmente noções de raças, países e línguas de populações que se encontravam em *Zhēn là* (真臘), atual Camboja e ao sul de *Línyì* (林邑), no antigo *Annam*³⁶, durante o período da *Dinastia T'ang*, mais especificamente entre os anos de 618 a 907.

Por isso historiadores como *Sòng Yùn* (宋雲), monge budista chinês que a pedido da imperatriz *Wu* (胡太后。 *Hú tài hòu*) viaja da capital chinesa de *Luòyáng* (洛阳), até a Índia, no ano de 518 para encontrar escrituras do budismo *Mahāyāna*, livros religiosos e relíquias e acaba por elaborar registros de sua viagem descrevendo algumas práticas religiosas budistas específicas que encontrou em suas passagens por arquipélagos que os denominou por ilhas de *Kunlun* utilizaram o termo como referência à lugares (LELAND, 1875; WILENSKY, 2002).

Em função do processo de ampliação do termo *Kunlun* que *Huìlín* (慧琳), lexicógrafo budista da passagem do século VIII para o IX, estabelece menções aos tipos de linguagem e sons emitidos por populações *Kunlun* na sua obra *Yīqiè jīng yīnyì* (一切經音義)³⁷ classificando-as como incorretas ou sem significado, o que segundo Julie Wilensky (2002),

³⁶ Atual região do Vietnam.

³⁷ Algo que se pode ser traduzido por “a cerca de todos os sons e seus significados” (Tradução Nossa), mas que se popularizou com a tradução “o Dicionário fonético e semântico para todos os sutras budistas”.

abrangeu a generalização do termo para classificar quaisquer populações que possuíssem uma tonalidade de pele escura quando comparadas ao grupo étnico *Han*, na China.

Estes e outros autores apontados por Julie Wilensky (2002) como *Dù Húan* (杜环)³⁸, *Duàn Chéng shì* (段成式)³⁹, *Chou Ch'ü-fei* (周去非)⁴⁰, *Zhū Yù* (朱彧)⁴¹ e *Hoei-shin* ou *Huì Shēn* (慧深)⁴², reafirmam a indicação de que, assim como os demais povos da Ásia, os chineses empreendem longos deslocamentos humanos às mais variadas regiões do planeta há séculos, a fim de construírem conhecimentos sobre línguas e culturas distintas.

Embora autores como Ivan Hrbek (2010), Julie Wilensky (2002) e Wang Gungwu (1983) defendam que por mais que se possa atribuir aos chineses o domínio de importantes técnicas de uso imprescindíveis para qualquer navegação empreendida a longas distâncias pelo Oceano Índico (como complexas técnicas de corte e uso do bambu, da madeira e habilidades a base de nós⁴³; sua sistematização e ordenamento de complexos cálculos matemáticos, físicos e astronômicos; e habilidades no manuseio de armamentos bélicos, como uso da pólvora, do arco e fecha e técnicas de fogo nas águas⁴⁴), não o faziam devido a características próprias da cultura chinesa e por regras institucionais criadas na corte imperial.

Alguns autores compreendem que os intercâmbios (seja ele cultural, comercial e simbólico), assim como quaisquer contatos sinoafricanos estiveram impreterivelmente atravessados por uma rede de comércio internacional organizada por comerciantes muçulmanos que dominavam todo o Oceano Índico. Assim, desde a oficialização das relações comerciais entre o califado árabe e os chineses no ano de 651, os muçulmanos exerceriam a ponte entre essas duas grandes populações continentais. Além de influenciarem na utilização

³⁸ Soldado chinês capturado na batalha de *Talas* em 751 pelas forças árabes, até retornar onze anos mais tarde para a China, ou seja, em 762, onde escreve suas recordações de viagens intitulada de *Jīng xíng jì* (經行記) fazendo referências as suas passagens pelo país de *Mòlín* (摩鄰), referindo-se a *Malindi*, atual Quênia (WILENSKY, 2002).

³⁹ Segundo Júlie Wilensky (2002), um funcionário da *Biblioteca Real chinesa* no século IX, e ficou famoso por estabelecer descrições sobre a África, a partir das informações coletadas na biblioteca onde trabalhava, seus escritos visavam descrever o país de *Bōbáli* (撥拔力), na atual costa somali da África oriental.

⁴⁰ Representante do imperador no exterior que escreve o livro *Līng wài dài dá*.

⁴¹ Autor de *Conversas a Mesa* (萍洲可談. *Píng zhōu kě tán*) escrito em 1119 no período da *Dinastia Song* (WILENSKY, 2002).

⁴² Sacerdote budista chinês do século V que escreve o relato de suas viagens à *Fúsāng* (扶桑) terra em que se acredita que seja a América (LELAND, 1875).

⁴³ Técnica muito comum a todos os povos que compõem a China desde a antiguidade. As técnicas dos nós chineses (中国结. *Zhōngguójié*) se tornaram objeto de constante estudo e aperfeiçoamento, desdobrando-se posteriormente para a composição de habilidades artísticas, produzindo assim, um efeito similar aos origamis japoneses (折纸. *Zhézhi*).

⁴⁴ A partir do uso do querosene e/ou fluidos altamente inflamáveis que são menos densos que a água.

de preconceitos e divisões raciais sobre africanos, justificando assim a sua condição enquanto escravizados na China:

Os negros escravizados eram apenas uma das muitas commodities do comércio marítimo de larga escala realizados pelos árabes na China, que atingiu o seu ápice durante as dinastias Tang e Song (960 – 1275) (WILENSKY, 2002. p. 1, Tradução Nossa)⁴⁵.

Diferentemente desta postura, Eduardo Medeiros (2013), Gavin Menzies (2012), Helena Rodrigues (s/d), Ilídio do Amaral (1969), José Luís Cabaço (2009), Lorenzo Macagno (2010), Marisa Caroco (2008) e Marsall Sahlins (2007), elegem o comércio marítimo (sem o uso de intermediários muçulmanos) e ao fim do processo de escravidão no continente africano, como os principais elementos fundadores das relações sinoafricanas.

Aspectos econômicos e o cosmopolitismo milenar gerado pela influência do Oceano Índico, possibilitaram o surgimento e o estreitamento das relações sinoafricanas, que iniciam no século X antes da Era Cristã, com o transporte de objetos até darem início aos grandes fluxos migratórios, provenientes das regiões do sul da China rumo à costa leste africana.

Para ser mais preciso, os imigrantes chineses partiam das atuais regiões de *Fújiàn* (福建), *Guǎngdōng* (广东) e *Hǎinán* (海南), na República Popular da China, rumo à costa oriental da África, local em que se estabeleciam em colônias até conseguirem se integrar nas comunidades africanas por meio de práticas desportivas escolares e agremiações desportivas.

Em traços gerais documentam-se contactos da China com países africanos no século X a.C., altura em que se terão iniciado as primeiras trocas comerciais. A partir do século X d.C. iniciaram-se os primeiros movimentos migratórios chineses, provenientes das províncias de Fujian, Guangdong e Hainan rumo à costa africana (RODRIGUES, s/d. s/p).

Os primeiros contatos conhecidos entre a China e a África datam do século X antes da Era Cristã, quando se dão início as relações entre os comerciantes chineses e egípcios, embora essa relação somente tenha sido oficializada mais tarde, durante o século II, antes da Era Cristã.

Sendo assim, os movimentos migratórios chineses rumo à costa oriental da África começaram a se desenvolver verdadeiramente, a partir do século X, depois da Era Cristã. (CAROÇO, 2008. p. 7. Tradução Nossa)⁴⁶.

⁴⁵ Do original: “Black slaves were Just one of many commodities in the Arabs’ large-scale maritime trade with China, which peaked during the Tang and Song dynasty (960–1275)”.

⁴⁶ Do original: “Los primeros contactos conocidos entre China y África datan del siglo X a.C., cuando se iniciaron las relaciones entre los comerciantes chinos y egipcios, aunque esa relación sólo haya sido oficializada más tarde, durante el siglo II a.C.

Todavía, los movimientos migratorios chinos en dirección a la costa oriental africana empezaron a desarrollarse verdaderamente a partir del siglo X d.C.”.

Na segunda metade do século XIX, como consequência do fim do tráfico de escravos, as grandes companhias – e os proprietários das plantations – começam a incorporar a força de trabalho chinesa proveniente, sobretudo, da província Guangdong, no sul da China. Algumas ilhas do Oceano Índico e do Caribe recebem, naquela época, os primeiros coolies. É, precisamente, no ínterim desse processo que a mão-de-obra chinesa começa a chegar à África Oriental e à África do Sul. Em Moçambique, a maioria dos chineses se instalou na cidade da Beira. Alguns anos mais tarde, a chamada Companhia de Moçambique (1891-1942) recebe a concessão dos territórios de Manica e Sofala, cuja capital era, precisamente, a cidade da Beira.

Os primeiros contingentes de chineses que chegam a Moçambique eram, na sua maioria, compostos por pequenos artesãos e carpinteiros; outros se dedicariam à pesca e à horticultura (MACAGNO, 2010. p. 2).

Fato é que independentemente do contexto histórico e da condição a qual se originou as relações sinoafricanas, ela se tornou uma importante rota por onde sucessivas arremessas de *âmbar cinza*, *âmbar-gris*, cascos de tartaruga, escamas de peixe, especiarias, ferro, incensos, marfim, *mirras*, moedas imperiais, negros escravizados *Zandj*, objetos de vidro, ouro, papel, peles de leopardo, prata, seda, tecidos e vasos de porcelana eram transportadas⁴⁷.

Foi em meio a este intenso fluxo de mercadorias transportadas através do Oceano Índico que se deu início aos primeiros fluxos migratórios de chineses, passando posteriormente a introdução de viagens diplomáticas, protagonizadas por exploradores e grandes navegadores chineses que carregavam em suas embarcações os mais variados tipos de animais, reis, chefes locais, prostitutas, artesãos, populações escravizadas e trabalhadores de toda ordem. Não é à toa, que a busca pela reconstrução da história das relações afroasiáticas deve ser orientada a partir deste conjunto de trocas realizadas a través da história das navegações do Oceano Índico (DOMENITINI-RAMIANARAMANANA, 2010; GOYTISOLO, 1992; MICHEL e BEURET, 2009).

Entre as mais variadas épocas que abrangem o envolvimento de chineses no continente africano, o contexto do século XV é o período de maior desenvolvimento das relações sinoafricanas, tanto que os autores como Gavin Menzies (2012), Helena Rodrigues (s/d), Iraxis Bello (2008), Julie Wilensky (2002), Maria do Rosário Rebelo de Penha Gonçalves Rosinha (2009), Marsall Sahlins (2007) e Serge Michel e Michel Beuret (2009) elegem o período da *Dinastia Ming* (compreendido entre os anos de 1368 até 1644) como o ápice da abertura imperial chinesa ao mundo, principalmente em função do volume de registros, e seus sucessivos contatos, diálogos e trocas exercidas neste período por chineses e africanos.

⁴⁷ Ver obra História Geral da África (como por exemplo, Abdul M. H. Sheriff, Fidel T. Masao e Henry W. Mutoro, Ivan Hrbek, Pierre Vérin, Rashid El-Nadoury, Yusof Talib, entre outros) e D. G. Keswani (1983).

No século XV, os chineses contavam com centenas de anos de experiência em navegação no Oceano Índico e na costa leste da África. Visitavam esta última desde a dinastia Tang (618-907 d. C.). As crônicas de Ma Huan e Fei Xin, que participaram de cinco viagens antes de 1421, detalhavam as instruções de navegação contidas na *Wu Pei Chi*, listando os cursos para alcançar a África Oriental, e os relatos de viajantes medievais mencionando a riqueza da porcelana azul e branca do início da época Ming nos palácios de mercadores ao longo da costa leste da África, chegando ao sul até Sofala, mostravam unanimemente a extensão do comércio e da influência chinesa (MENZIES, 2012. p. 326).

Esta projeção chinesa ao mundo, a partir da *Dinastia Ming* somente pode ser concretizada, a partir de um conjunto de transformações que ocorreram na gestão do império chinês com a proclamação de *Zhū Dì* (朱棣) como imperador celestial da China, pois foi então que surgiu um conjunto de transformações políticas, militares e científicas que projetariam os chineses a elevarem a sua influência a partir das águas oceânicas do Índico.

Logo após *Zhū Dì* tomar para si o Trono do Dragão e se proclamar imperador, sobre o título dinástico de *Yǒnglè* (永樂), seus objetivos se voltaram para a abrangência marítima do império, reorganizando o *Império do Meio*⁴⁸ a fim de facilitar manobras políticas, econômicas e diplomáticas ao longo do Oceano Índico (MENZIES, 2012).

Sendo assim, acabou estabelecendo não somente a duplicação dos estaleiros de *Lóngjiāng* (龙江)⁴⁹, uma região próxima à capital *Nánjīng*⁵⁰, como também realizou a transferência desta capital para o norte, ou seja, para *Běijīng*⁵¹.

Iniciado no ano de 1404, a transferência de capital obrigou o deslocamento de milhares de famílias para o povoamento da nova capital, gerando crises alimentares por todo o império, além disto, as mudanças nas estações do ano, devido à localização geográfica da nova capital, foram um agravante frente ao desmatamento da madeira de lei que se seguiu na região do *Annam*, em função de sua utilização na construção dos navios de tesouros chineses e da *Cidade Proibida* (紫禁城。 *Zǐjìnchéng*), agravando ainda mais as crises no interior do império que se preparava para a inauguração de sua nova capital (MENZIES, 2012).

⁴⁸ Em mandarim (普通话。 *Pǔtōnghuà*) todos os países são escritos a partir da junção caracteres que buscam se assemelhar as pronúncias internacionais, por exemplo: (安哥拉。 *Āngēlā*) para Angola; (巴西。 *Bāxī*) para Brasil, (古巴。 *Gǔbā*) para Cuba. A única exceção fica por conta da grafia do próprio nome que os chineses dão ao seu território (中国。 *Zhōngguó*), cujo significado é literalmente *Império do Meio* ou *Centro Imperial*.

⁴⁹ Segundo Gavin Menzies (2012), foi o maior estaleiro da China no contexto.

⁵⁰ Também conhecido por Nanquim, era a capital chinesa no momento em que *Zhū Dì* ascende ao Trono do Dragão, seu nome é formado, a partir da junção de dois caracteres: *Nán* 南 (Região Sul) + *Jīng* 京 (Capital).

⁵¹ Também conhecido por Pequim, foi a capital escolhida por *Zhū Dì* no século XV, e assim permanece até os dias atuais. Seu nome é formado, a partir da junção de dois caracteres: *Běi* 北 (Região Norte) + *Jīng* 京 (Capital).

Estas realizações de *Zhū Dì* orbitavam em função da criação daquilo que nem mesmo as antigas dinastias mongóis⁵² dos *Sòng cháo* (宋朝) e dos *Yuán cháo* (元朝) conseguiram: a criação de um império marítimo que abrangesse todos os oceanos até então conhecidos.

Para além destas medidas, o incentivo dado às novas descobertas científicas como métodos mais eficazes de dessalinização das águas oceânicas e métodos mais sofisticados de horticultura e conhecimentos técnicos na manipulação de recursos minerais, de cálculos matemáticos e orientações astronômicas foram imprescindíveis para o empreendimento destas viagens, embora os chineses já possuíssem mais de dois mil anos de registros de observação de eventos no céu noturno, descrevendo, por exemplo, a passagem do cometa *Halley*, a pelo menos desde o ano de 240 antes da Era Cristã (MENZIES, 2012).

Além disto, a ampliação da capacidade linguística dos chineses em alto mar como instrumento facilitador do comércio não foi esquecida, *Zhū Dì* não só manteve os antigos esforços que buscavam capacitar e estimular os viajantes chineses a se comunicar em outras línguas no exterior, como também ordenou a criação de um importante instituto linguístico chefiado por um de seus principais almirantes, o eunuco *Zhèng hé*.

Em 1407, Zheng He fundou uma escola de idiomas em Nanquim, a *Ssu-i-Quan* (Si Yi Guan), a fim de preparar intérpretes. Dezesesseis dos melhores alunos formados viajavam com as frotas, o que permitia aos almirantes se comunicarem com os governantes da Índia à África em árabe, persa, suaíli, híndi, tâmil e numerosas outras línguas (MENZIES, 2012. p. 60).

Foi em função desse conjunto de novas medidas, que possuíam enquanto base, séculos de experiência no deslocamento e travessias ao longo do Oceano Índico, que *Zhū Dì* conseguiu dar início há uma incrível expansão da frota chinesa, a título de ilustração, Gavin Menzies (2012) estima que para além dos quase 1700 navios que *Zhū Dì* herdou ao ascender ao trono imperial, foram construídos em seu reinado mais de 3500 novos navios que eram proporcionalmente divididos em quatro categorias: a) Navios de tesouros; b) Navios de guerra; c) Barcos de patrulha; d) Cargueiros para o transporte de alimentos e animais.

Capitaneados pelos almirantes chineses *Hóng bǎo* (洪保), *Yáng qìng* (杨庆), *Zhèng hé* (郑和) e *Zhōu Mǎn* (周滿), as frotas dos navios chineses no século XV, superavam em tamanho, segurança e rapidez as antigas frotas chinesas que se deslocavam para o continente africano. Possuíam a bordo uma tripulação recrutada entre as mais baixas camadas da

⁵² Conhecidas também pelos nomes de *Dinastia Song* e *Dinastia Yuan*, compreendem respectivamente o período entre os anos de 960 até 1368, quando a China foi governada por povos mongóis. Ao longo destes anos, “a China funcionava como o centro manufatureiro do Sistema Mundial Mongol” (WEATHERFORD, 2011. p. 372).

sociedade imperial chinesa, sendo composta, em sua maioria, por homens acusados de crimes que viam nas viagens marítimas uma alternativa à condenação à cadeia que recebiam. Passando por pequenas camadas de artesãos que trabalhavam nos reparos de calefação dos barcos, assim como pequenos grupos de pintores e mulheres (oriundas de regiões específicas que eram capturadas e transformadas em escravizadas sexuais) (MENZIES, 2012).

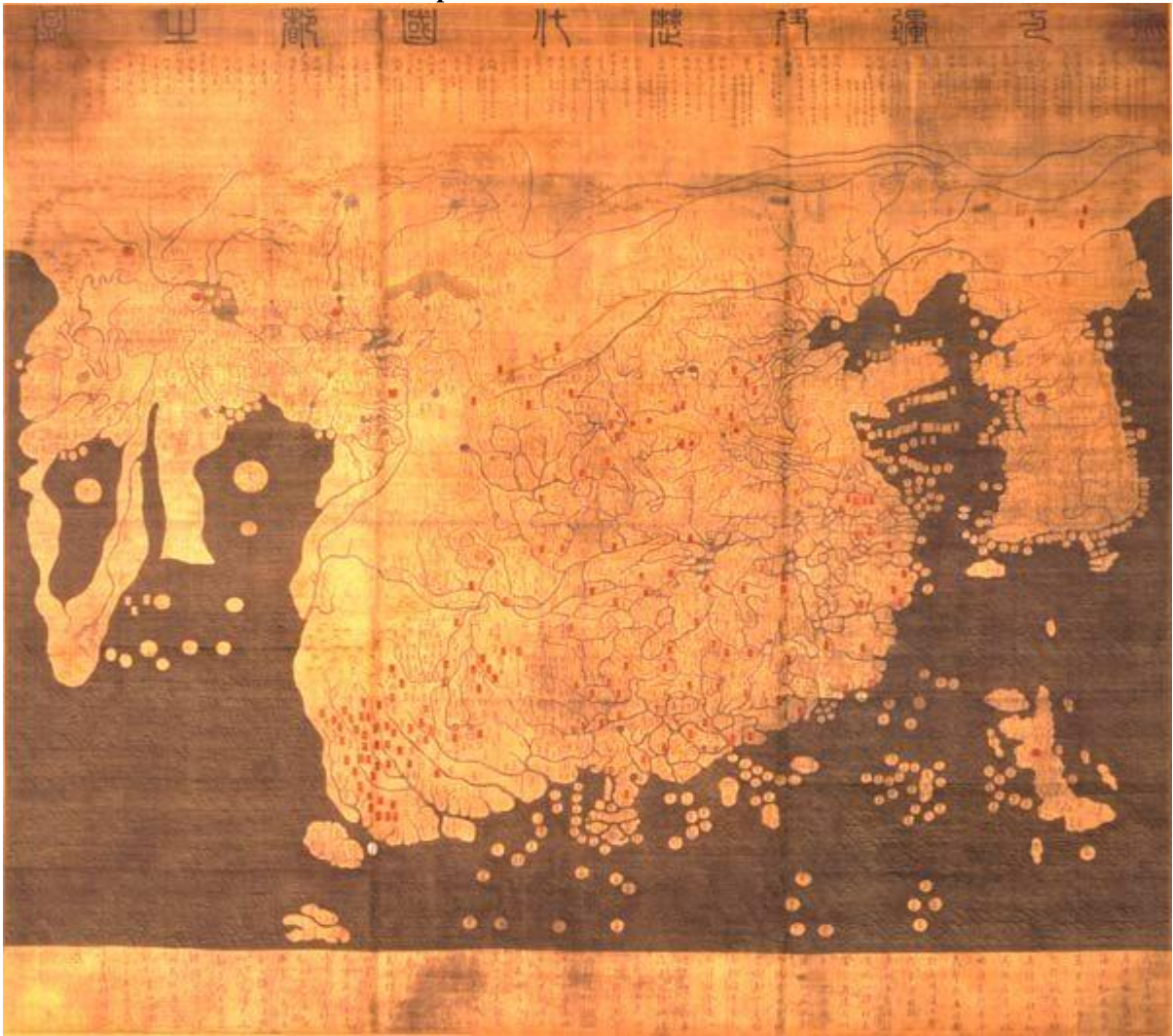
Esta ampla estrutura criada ao longo da *Dinastia Ming*, possibilitou a ampliação significativa que os chineses possuíam dos demais povos e continentes para além da China, propiciando, não somente a reedição dos antigos relatos de viagens, das cartas náuticas, dos cálculos astronômicos e dos mapas utilizados até então, mas também possibilitou a criação de novos instrumentos mais precisos e confiáveis sobre as terras distantes banhadas pelas águas oceânicas do Índico.

Um desses exemplos foi à elaboração do *Mapa Kagnido*. De autoria de *Ch'uan Chin* e de *Li Hui*, o mapa foi elaborado a partir do esforço conjunto de peritos em navegação da China e da Coréia que foi entregue como presente à *Zhū Dì* no ano de 1403, por um Embaixador coreano, em visita ao império chinês.

Elaborado a partir de técnicas complexas de pintura em seda, o *Mapa Kagnido*, encontra-se atualmente preservado, segundo Gavin Menzies (2012) na *Universidade de Ryukoku* (龍谷大学。 *Ryūkoku Daigaku*), em *Kyoto* no Japão, fornecendo no período uma vasta visão panorâmica de ambos os continentes, como se pode observar na figura do Mapa 5, a seguir.

O Kagnido fornecia uma grandiosa visão panorâmica do mundo, conforme visto no século XV, e foi compilado com base em muitas fontes diferentes. Os nomes relativos à Europa eram grafados em árabe pérsico, os referentes à Ásia em mongol e os de acidentes geográficos da China e do sudeste da Ásia tirados de mapas chineses. A Europa era coberta por nomes que chegavam, ao norte da Alemanha (chamada de Alumangia). Era descrita a Espanha, bem como o Estreito de Gibraltar, que leva ao Mediterrâneo e à costa do Norte da África, aparecendo os Montes Atlas. A Europa, a África, a Ásia, a Coréia e a China ocupavam suas posições corretas em relação umas às outras, embora a Coréia, talvez por questões ligadas ao orgulho nacional e a sua rivalidade tradicional com o Japão, fosse mostrada muito maior do que deveria ser, e o Japão, muito menor. Ainda assim, era uma peça notável de cartografia” (MENZIES, 2012. p. 114).

Mapa 05 – MAPA DE KANGNIDO



FONTE: Gavin Menzies (2012).

Embora com amplas distorções quando comparado ao mapa atual, como no exemplo que o autor traz acerca do tamanho em que é representado o território coreano, quando comparado às ilhas do Japão (levantando a hipótese de motivações históricas impostas pelas rivalidades entre japoneses e coreanos), estas distorções em sentido longitudinal, são para o autor fruto da inclinação do ângulo de 5 graus da terra, que faz com que as estrelas, aos quais os chineses se baseavam para a realização dos cálculos matemáticos, produzissem distorções na lonjura entre duas porções de terras mapeadas por este sistema cartográfico, não implicando, portanto, em distorções nas coordenadas geográficas de sentido latitudinal.

O aprofundamento de pesquisas no âmbito das navegações marítimas de chineses no século XV reforça não somente a possibilidade de que o almirante chinês *Zhèng hé* tenha se deslocado inúmeras vezes ao continente africano, como também sugerem que tenha aportado em regiões da costa oeste do continente africano, mais especificamente no atual território de

Cabo-Verde⁵³, como também teria chegado ao continente americano setenta anos antes de Cristóvão Colombo⁵⁴. Além disto, recentes descobertas, como a de 2006 sobre o mapa chinês global apresentado em *Běijīng*, reacendem os debates sobre as navegações chinesas.

Mapa 06 – MAPA CHINÊS DO MUNDO INTEGRADO



FONTE: The Economist (2006).

A digitalização do Mapa 6 acima, é parte integrante de uma carta náutica feita sobre uma cópia realizada por *Mo Yi-Tong* em 1763, de um mapa elaborado no ano de 1418, trazendo em destaque os acréscimos que o copista veio realizar ao mapa original que possuía.

Seis caracteres chineses no canto direito superior do mapa dizem que este é um "quadro geral do mundo integrado". No canto inferior esquerdo existe uma nota dizendo que o gráfico foi desenhado por *Mo Yi Tong*, imitando um gráfico feito em 1418 mostrando os bárbaros em homenagem ao imperador Ming, *Zhu Di*. O copista distingue o que ele tomou a partir do original e o que por ele foi adicionado (THE ECONOMIST, 2006. s/p, Tradução Nossa)⁵⁵.

⁵³ Ver: Gavin Menzies (2012) e Maria do Rosário Rebelo de Penha Gonçalves Rosinha (2009).

⁵⁴ Ver: BBC.com (2002) e El Mundo.es (2006).

⁵⁵ Do original: "Six Chinese characters in the upper right-hand corner of the map say this is a "general chart of the integrated world". In the lower left-hand corner is a note that says the chart was drawn by *Mo Yi Tong*, imitating a world chart made in 1418 which showed the barbarians paying tribute to the Ming emperor, *Zhu Di*. The copyist distinguishes what he took from the original from what he added himself".

Embora seja complexo estabelecer argumentos que sustentem a veracidade de um mapa global chinês do século XV com tantas variáveis como este, hipoteticamente sua existência não estabelece muitos contrastes.

Pois como já dissemos anteriormente, o povo chinês já estabelece a existência de inúmeros relatos históricos e ficcionais de populações africanas desde as compilações históricas da *Dinastia Jin* (que abarca os anos de 265 a 420), passando por inúmeros relatos de viajantes, historiadores e cientistas (como *Sòng Yùn*, *Dù Húan*, *Duàn Chéng shì*, *Chou Ch'ü-fei*, *Fèi Xìn*, *Huìlín*, *Mǎ Huān*, *Zhū Yù* entre outros) que por consequências históricas e impulsos dinásticos elaboraram as bases para os investimentos realizados na *Dinastia Ming* (entre os anos de 1368 a 1644), pelo imperador *Zhū Dì*, cujo objetivo era o de ampliar o conhecimento chinês até então disponível. Além disto, os relatos de *Huì shēn* sobre a distante terra de *Fúsāng*, no extremado leste chinês no século V, poderiam ter servido de base para uma possível navegação até a América.

O documento original no qual os historiadores chineses se basearam foi o relatório de um monge budista ou missionário chamado Hwei-shin (Schin ou Shen), que no ano de 499 depois da Era Cristã, escreve Fusang, após voltar de uma longa viagem ao Oriente. Este relatório foi regularmente inscrito no Livro-Anual ou Anais do Império chinês, onde posteriormente passou, não só para as páginas de historiadores chineses, como também de poetas e escritores de romances (LELAND, 1875. p. 3-4, Tradução Nossa)⁵⁶.

Independente da veracidade da atualização desses mapas, como sugerimos, todos os esforços ordenados por *Zhū Dì* culminaram com a inauguração oficial de *Běijīng*, como na nova capital da *Dinastia Ming* e a *Cidade Proibida*, como sendo o seu mais novo palácio. Sendo assim, como parte constituinte dessas comemorações o imperador estabelece um conjunto de convites oficiais aos mais variados chefes, líderes e imperadores dos territórios com os quais os chineses estabeleciam contatos diplomáticos e comerciais.

Estes contatos culminaram na vinda de 28 chefes, líderes locais e imperadores de diversos pontos da Ásia, da Arábia, do Oceano Índico e da África, que no dia 2 de fevereiro do ano de 1421 comemoraram o *Ano Novo Chinês* (新年。Xīnnián) ao lado do imperador *Zhū Dì*.

⁵⁶ Do original: “The original document on which the Chinese historians based their account of Fusang was the report of a Buddhist monk or missionary named Hwei-shin (Schin ou Shên), who, in the year 499 A.D., returned from a long journey to the East. This report was regularly entered on the Year-Books or Annals of the Chinese Empire, whence it passed, not only to the pages of historians, but also to those of poets and writers of romances”.

Este evento, segundo Serge Michel e Michel Beuret (2009) representa o ápice da tentativa e do esforço empreendido pelos chineses na busca por estreitar os laços com os povos da África, da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania, ou seja, a maior demonstração que a *Dinastia Ming* poderia encontrar para manifestar a abertura de seu império ao mundo. Ao tratar deste mesmo evento, Gavin Menzies (2012) aborda as projeções e ganhos futuros que o fortalecimento do comércio poderia proporcionar, após o sucesso desta ampla e complexa empreitada diplomática.

Habitualmente, potentados dos países árabes viajavam nos juncos das frotas de Zheng He para a Cidade Proibida. Muitos deles regressaram aos seus Estados de origem quando as frotas partiram em 1421 e outros foram recebidos a bordo e levados para a China por duas das frotas que navegavam lentamente para a casa ao fim de suas notáveis viagens: o próprio Yang Qing voltou do Oceano Índico em setembro de 1422, trazendo os enviados de 17 Estados das costas da Índia e da África Oriental. Hong Bao, por sua vez, regressou em outubro de 1423, tendo a bordo o embaixador de Calicute. Mais uma vez, a política externa do imperador tivera um brilhante êxito: o Oceano Índico havia se transformado em um lago chinês (MENZIES, 2012. p. 325).

A crescente internacionalização da *Dinastia Ming* e seu envolvimento com os povos da África, da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania, proporcionaram um aumento significativo nas rotas sinoafricanas. Porém a repentina morte de *Zhū Dì* em 1424, após retornar de sua viagem ao continente africano (MICHEL e BEURET, 2009), estabelece a ascensão imperial de *Xuāndé Dì* (宣德帝), seu sucessor e responsável por enviar as últimas expedições da *Dinastia Ming* ao exterior, já que contrai diversos problemas de saúde ao longo de seu mandato até falecer antes do retorno de suas expedições marítimas ao continente africano.

Em meio a este período político conturbado é que surge a figura de *Zhèngtǒng* (正統), um dos imperadores chineses mais conhecidos no ocidente. Com apenas oito anos de idade, o pequeno imperador, é escolhido ao trono celestial no ano de 1435 e foi amparado por funcionários confucianistas do palácio e burocratas do império chinês que a esta época encontrava-se castigado pela obsessão de *Zhū Dì* em estabelecer novos parceiros comerciais e conhecer territórios inexplorados por chineses.

Um importante instrumento para a efetivação das relações comerciais e diplomáticas no período com o continente africano foi a capacidade de *Zhèng hé* de conduzir as frotas chinesas para outros continentes. Filho de um chinês muçulmano, *Zhèng hé* foi capturado em meio aos desdobramentos dos últimos focos de resistência da *Dinastia Mongol* em *Yuan* “sua inteligência e sua coragem na luta, o distinguiu dos outros eunucos, com o qual o imperador

pretendia fazer uma força política” (MICHEL e BEURET, 2009. p. 75, Tradução Nossa)⁵⁷ se tornando um dos principais navegadores chinês no século XV a mando do imperador *Zhū Dì*.

Autores como Gavin Menzies (2012), Julie Wilensky (2002), Marsall Sahlins (2007), Serge Michel e Michel Beuret (2009) apontam que *Zhèng hé* representou o império chinês pelas regiões da Arábia, da Somália, da Pérsia, das Molucas, da Sumatra, do Golfo de Adén, do Estreito de Ormuz, do Mar Vermelho, do Quênia, do Sri Lanka, de Calcutá, de Java, de Meca, de Moçambique e de *Táiwān*, sendo não só um dos principais navegadores da China imperial, mas também um dos mais populares do período.

As viagens do almirante muçulmano Zheng He e sua frota nos fornece a primeira evidência documentada dos grandes grupos de chineses que viajavam para a África. Relatos em primeira mão dessas viagens foram reimpressos várias vezes ao longo do século XV, sugerindo que foram amplamente lidos (WILENSKY, 2002. p. 3, Tradução Nossa)⁵⁸.

De acordo com Serge Michel e Michel Beuret (2009), suas passagens ao longo dos mais distintos locais eram marcadas, a partir da lapidação de blocos de pedras esculpidas nas línguas tâmil, persa e chinês como forma de ratificar suas passagens ao longo das mais distintas regiões. Sendo assim, foi “graças a ele, o imperador pode ampliar o mundo conhecido, abrindo rotas comerciais e despachando missões” (MICHEL e BEURET, 2009. p. 75, Tradução Nossa)⁵⁹. Porém, foi a partir do contexto em que envolve a morte do almirante *Zhèng hé* que se estabelece o fim das grandes navegações chinesas ao continente africano.

Sendo assim, foi em função de um conjunto de acontecimentos – que se estende desde a morte dos imperadores *Zhū Dì* e *Xuāndé Dì*, passando pela influência do pensamento confucianista no império governado pelo pequeno imperador, e a morte do almirante *Zhèng hé* – que se engendram as principais alterações nas relações sinoafricanas, onde um conjunto de novas forças e dinâmicas impostas pelo explorador europeu será capaz de estabelecer a ruptura de séculos de comércio, trocas culturais e fluxos migratórios, entre aqueles continentes que por muito tempo desempenharam um papel de vanguarda no processo de desenvolvimento humano.

⁵⁷ Do original: “Su inteligencia y su valentía en la lucha se ditingue de los demás eunucos, con los que el emperador pretende hacer una fuerza política”.

⁵⁸ Do original: “The voyages of the Muslim admiral Zheng He and his fleet provide the first documented evidence of large group of Chinese traveling to Africa. Firsthand accounts of these trips were reprinted several times in the fifteenth century, suggesting that they were widely read”.

⁵⁹ Do original: “Gracias a él, el emperador ha ampliado el mundo conocido, abierto rutas comerciales, despachado misiones”.

Sessão 3

第三章

3. Relações coloniais, rupturas e reencontros

3.1 A dominação europeia na África e na Ásia

Por se estruturarem no âmbito comercial, as relações sinoafricanas sempre estiveram sujeitas a inúmeras mudanças políticas, econômicas e ambientais, o que possibilitou a intercalação de períodos de grande florescimento comercial e crises econômicas.

Fato é que o relacionamento existente entre a África e a Ásia foi construído ao longo dos séculos, assim como a relação entre chineses e africanos que remonta a um passado distante de fluxos nem sempre contínuos, ou seja, os interesses chineses em África, ao longo dos séculos, sempre estiveram marcados por momentos de maior ou menor aproximação (MARTINS, 2014b. p. 543-544).

Esta relação sempre instável sofreu grandes modificações com a conquista e as feitorias europeias⁶⁰ nos territórios da África e da Ásia. Este processo, iniciado entre o final do século XIV e início do século XV, com a expansão marítima europeia protagonizada pelos portugueses e espanhóis, acarretou não somente no rompimento das rotas comerciais realizadas há séculos entre africanos e asiáticos, como também instituiu o monopólio europeu sobre os recursos naturais destes continentes e alterou significativamente as fronteiras territoriais pré-existentes (BRUNSCHWIG, 2006; SURET-CANALE, 2005; UZOIGWE, 2010).

Em ambos os continentes o processo colonial se fez em meio à busca dos povos europeus de obterem acessos privilegiados a recursos naturais em abundância, caracterizando assim séculos de monopólio comercial, exploração humana e extermínios populacionais (MARTINS, 2013. p. 16).

E se estendeu por diversos períodos e contextos históricos, políticos e econômicos, mas principalmente entre os anos que se segue após o fim da Segunda Guerra Mundial e no período posterior, chamado de Guerra Fria. Abrangendo assim, quase a totalidade dos 99

⁶⁰ Conjunto de práticas feitas por exploradores europeus que se seguiram às descobertas, pilhagens, anexações, feitorias, protetorados e monopólios dos territórios conquistados na África e Ásia.

países e 10 territórios⁶¹ que compreendem a soma do atual quadro de países dos continentes da África e Ásia (ALMANAQUE ABRIL, 2013), como indicado no Mapa 7, a seguir.

Mapa 07 – DOMÍNIO COLONIAL EUROPEU DA ÁFRICA E DA ÁSIA NO SÉCULO XIX E XX



FONTE: Klickeeducação (2015).

Sustentado pela esteira da força gerada pela expansão capitalista no continente europeu, o sistema colonial é definido por Letícia Bicalho Canêdo (1994), como sendo um conjunto de práticas que visavam exclusivamente à possibilidade de dominação política, aliada a um conjunto de ações voltadas à exploração econômica destas novas terras recém-descobertas, que trouxeram como resultado a sujeição cultural dos mais variados povos.

O colonialismo foi implantado pelas potências industriais, que disputavam mercados, matérias-primas, ocupação territorial, prestígio nacional e solução para os efeitos do crescimento demográfico europeu. Todas as nações industrializadas, incluindo os Estados Unidos e o Japão, participaram da corrida colonial. Num clima de grande tensão cheio de rivalidades e desavenças, todas as potências industriais se consideravam com direito a

⁶¹ Ceuta; Chagos; Guam; Ilhas Christmas; Ilhas Keelins (ou Ilhas Cocos); Ilhas Wake; Mayotte; Melilla; Reunião; Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha. Isto sem considerar os diversos percursos históricos que por intermédio de expansões, colonialismo, guerras e concessões de conferências internacionais (da Europa) cederam alguns destes territórios a países como Austrália, Espanha, Estados Unidos da América, França e Grã-Bretanha.

“um lugar ao sol”, ou melhor, com direito a mais territórios que as demais, a mais riquezas que as demais, a mais poder. Esse direito elas pensavam ter adquirido com suas forças industriais em expansão (CANÊDO, 1994. p. 10).

Corroborando com a perspectiva de Letícia Bicalho Canêdo (1994), em que as motivações do processo colonial sempre estiveram marcadas pela busca desenfreada pela dominação econômica de outros continentes, Albert Memmi (1997), ao apresentar um extenso quadro de interpretações acerca do processo colonial – e suas consequências tanto para o colonizador quanto para o colonizado – reafirma o sentido estritamente econômico que envolveu todo o contexto de dominação e exploração dos povos da África, da Ásia, da América e da Oceania.

Os motivos econômicos do empreendimento colonial estão, atualmente, esclarecidos por todos os historiadores da colonização, ninguém mais acredita na missão cultural e moral, mesmo original, do colonizador [...] a partida para a colônia não é a escolha de uma luta incerta, procurada precisamente por seus perigos, não é a tentação da aventura, mas a da facilidade (MEMMI, 1977. p. 22).

Por isso, a busca desenfreada pelo monopólio europeu nos continentes da África e da Ásia aparecerem para Jean Suret-Canale (2005) como sendo o elemento fundamental para a concorrência entre as nações comerciantes da Europa e assumirá, quase sempre, um caráter violento e sorrateiro dos quais transparecem nos assaltos, nas piratarias, nas guerras de “trajetos” e execuções de todo gênero. Desembocando frequentemente em guerras, como muito se testemunhou ao longo dos séculos XVII e XVIII, sem contar, no crescente acirramento das rivalidades dinásticas que ocorreram no período.

Foi em função disto, que o autor verifica a existência de um elevado índice de revezamento colonial nos mais diversos territórios africanos e asiáticos, onde países como Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália e Portugal, protagonizaram inúmeros eventos de carnificina, invasões sorrateiras, ameaças e concessões territoriais “legítimas”, a partir da organização e conferências europeias internacionais que orientavam o direito de exploração comercial nos continentes da África e da Ásia.

Entre as sucessivas disputas europeias pelo monopólio de exploração dos continentes da África e da Ásia o caso do Ceilão – atual território da República Democrática Socialista do Sri Lanka – se torna um dos casos que bem ilustra as intensas disputas e trocas coloniais: País insular e localizado próximo ao extremo sul da Índia, o território do *Taprobana* – como era chamado antes dos colonizadores – ficou sobre domínio português ao longo de quase todo o século XV, mais especificamente de 1505 até 1602 quando

se iniciam na região sucessivas invasões holandesas, até que em 1658 é concretizada a dominação neerlandesa que permanece até o ano de 1796, quando se dá início a invasão e dominação do país pelos britânicos (MARTINS, 2013. p. 18).

Muito embora a tônica do processo de exploração colonial se sustente pela lógica dos direitos a mais territórios que os demais concorrentes europeus (CANÊDO, 1994) e feito a partir do olhar fixo à metrópole (MEMMI, 1977), se verifica a ocorrência – em determinadas circunstâncias – da criação de alianças exploratórias que configuravam como uma importante e próspera ação.

Nesse sentido, Jacques Jurquet (2005) traz a tona o argumento de que mesmo dividido o mundo entre os grandes impérios coloniais que rivalizavam entre si (dos quais os maiores conflitos se davam entre franceses e britânicos), se pode também verificar o estabelecimento de acordos e alianças temporárias que possibilitavam a contenção de rebeliões e revoltas ou até mesmo como forma de prevenção das sucessivas e constantes perdas de portos e mercadorias que se seguiam ao final dos conflitos contra os piratas asiáticos.

Em função da constante busca por descobrir novos territórios e explorá-los é que se dá início à necessidade de sua justificação perante a opinião pública europeia. Pois esta já inicia as primeiras repercussões negativas do processo pelo qual se estabelece a entrada de novos produtos e matérias-primas vindas das colônias europeias. Sendo assim, Leticia Bicalho Canêdo (1994) aponta que as justificativas da exploração colonial europeia sempre estiveram ancoradas por um conjunto de discursos que visavam colocar diferenciações a partir de características físicas, culturais e de origem de nascimento.

Nesse sentido, critérios étnicos fundamentavam a oposição natural entre dominadores “brancos” e dominados “não-brancos”. Pretextos discursivos invocados de uma superioridade natural da raça branca justificavam a exploração do homem “branco” em função da incapacidade dos “nativos” de estabelecerem a exploração de seus próprios recursos naturais, quando não, o discurso religioso instituíra princípios da missão civilizadora (a grande missão) apontando inúmeras “vantagens” da cultura intelectual, industrial, social, artística e científica presentes em meio à civilização, conhecida como “fardo do homem branco”, do qual, superioridade implicava necessariamente em obrigações junto aos povos não civilizados.

Essa máquina administrativa de domínio e exploração colocou a mão-de-obra colonial a serviço da nação colonizadora, construindo pontes, ferrovias, estradas, canais e portos, a fim de favorecer o escoamento dos minérios e dos produtos das plantações até os locais do embarque, sem nenhum cuidado com as necessidades da população local. Tal mecanismo administrativo, da

mesma forma, facilitou às grandes companhias européias a comercialização dos produtos, com a rede orientada para a metrópole, que impunha às colônias a monocultura (borracha na Indonésia, vinho na Argélia, etc.). Ao longo do período colonial, esse sistema impediu às colônias toda e qualquer possibilidade de acumulação interna. Não é preciso insistir em dizer que esse processo acarretou a subalimentação da população local e a erosão do solo (CANÊDO, 1994. p. 12).

No continente africano, por exemplo, o processo de ocupação territorial e exploração econômica tem suas origens no século XV e se prolongou até meados do século XX. Ao longo destes séculos, o interesse europeu no continente africano esteve diretamente voltado para o processo de exportação de africanos escravizados e monopólio de inúmeros recursos naturais presentes no solo africano.

Para além do interesse econômico gerado pelo comércio de populações escravizadas do continente africano, este período esteve marcado por um conjunto de interesses científicos, como também religiosos, colocados em curso a partir de numerosas viagens de exploradores, cientistas e missionários europeus que se aventuravam por regiões completamente desconhecidas aos povos da Europa.

Estas viagens ao longo do curso de rios (como do Níger, do Congo e do Nilo – conhecidos até então como grandes vias de penetração para o continente africano), assim como o sucesso dos deslocamentos terrestres (protagonizados pelas expedições em sentido leste/oeste feitas por *Henry Morton Stanley*), acentuariam o desejo de continuar dominando, invadindo e desbravando o continente africano a fim de subjugar as populações africanas, dando início assim a uma corrida colonial sem precedentes (CANÊDO, 1994).

Embora autores como Giovana Mendonça Algarve (2016); Godfrey N. Uzoigwe (2010) e Henri Brunschwig (2006) reafirmem em seus trabalhos que o processo de exploração colonial do continente africano se inicia em meio aos primeiros contatos eurafricanos do século XV, pode-se atribuir a Conferência de Berlim, organizada pelo chanceler prussiano *Otto Eduard Leopold von Bismarck-Schönhausen*, como o marco inicial que se instituiu regras e métodos oficiais que regularizaram as ocupações territoriais do continente africano, por parte das nações europeias.

Iniciada na data de 15 de novembro de 1884, a Conferência de Berlim ficou responsável pela regulação capaz de determinar a validade das anexações europeias no continente africano. Para tal, instituiu um conjunto de regras específicas que não levavam em consideração nenhum elemento histórico, geográfico, étnico, linguístico e religioso já existente em meio ao complexo quadro cultural apresentado ao longo de todo o continente

africano. Estas regras e normas visavam assegurar que nenhuma anexação territorial do continente africano fosse reconhecida pelos membros⁶² que compunham a Conferência de Berlim, se esta não viesse traduzida em uma ocupação efetiva dos territórios em questão (ALGARVE, 2016; BRUNSCHWIG, 2006; CANÊDO, 1994; KI-ZERBO, 1972; UZOIGWE, 2010).

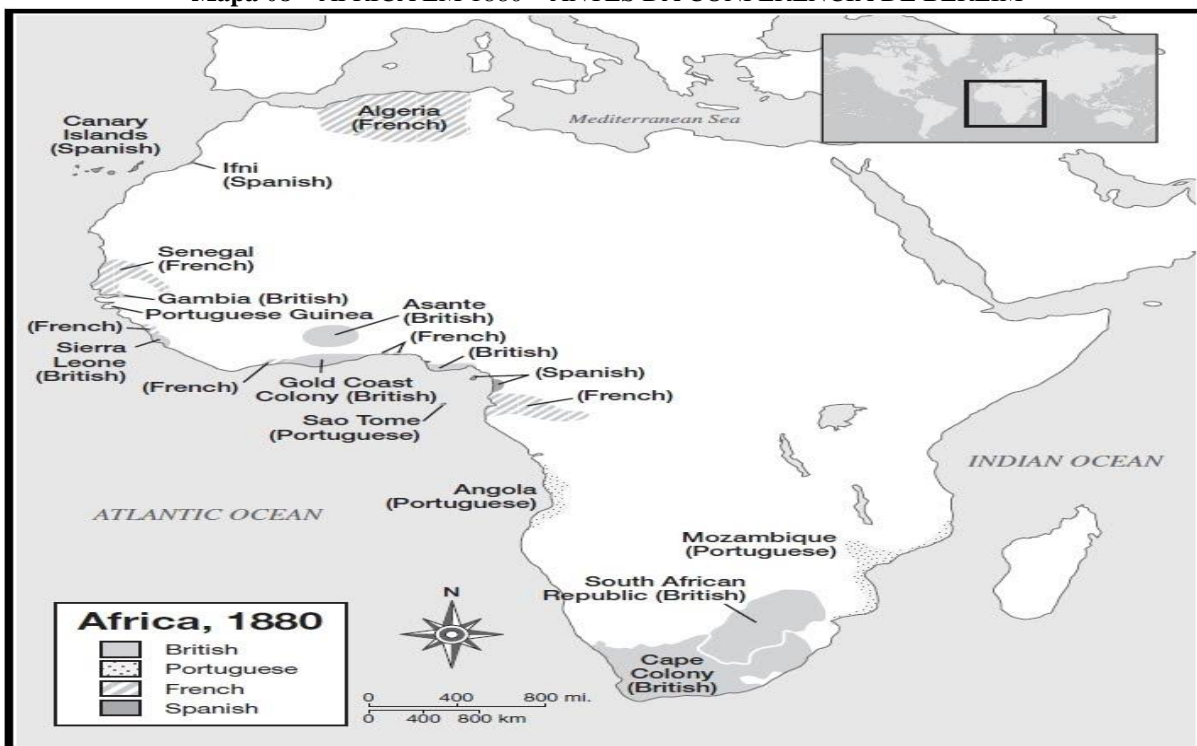
Com a penetração colonial, as formações culturais africanas tiveram novos problemas. As fronteiras em linhas retas traçadas a partir dos mapas da Conferência de Berlim dividiram vários povos, fragmentando suas formações culturais entre mais de um território colonial e unificando diversas culturas dentro de um território colonial. Nessa operação de desfazer e refazer, desestruturar e reestruturar, o colonizador explorou também as diferenças existentes entre os povos reunidos, atizando rivalidades e oposições entre elas no espírito da política de dividir para dominar. Da manifestação das rivalidades e oposições assim atizadas, nasceu o fenômeno batizado “tribalismo”, um conceito pobre, ideologicamente carregado e que vem desqualificar o rico conteúdo das identidades étnicas e culturais (MUNANGA *apud* FONSECA, 2007, p. 169).

Sendo assim, o processo que se seguiu a partir da realização da Conferência de Berlim foi de um intenso esquitejamento territorial do continente africano, capaz de editar forçosamente as fronteiras africanas, colocadas agora sobre o âmbito das áreas de influência colonial, como podem ser observadas no contraste existente entre os mapas 8 e 9, a seguir que abordam as mudanças ocorridas no continente africano em função da presença europeia intensificada após a Conferência de Berlim, mais precisamente na passagem entre os séculos XIX para o XX.

Sendo assim, já no início do século XX, a Inglaterra possuía seus domínios ao longo da África Oriental (nos territórios do Chipre, Egito, Quênia, Somália, Sudão e Uganda), na África Ocidental (nos territórios da África do Sul, da Costa do Ouro e da Nigéria), conquistando posteriormente as regiões do *Transvaal* e *Orange*, entre outros territórios conquistados e colocados em disputas com as demais potências coloniais europeias. Ao passo que a França centrou seus domínios ao longo da região noroeste da África (nos territórios da Argélia, Marrocos e Tunísia, passando posteriormente os territórios do Marrocos e da Tunísia sob a condição de protetorados franceses), além de anexar o território insular de Madagascar, localizado ao longo da costa sudeste da África (CANÊDO, 1994).

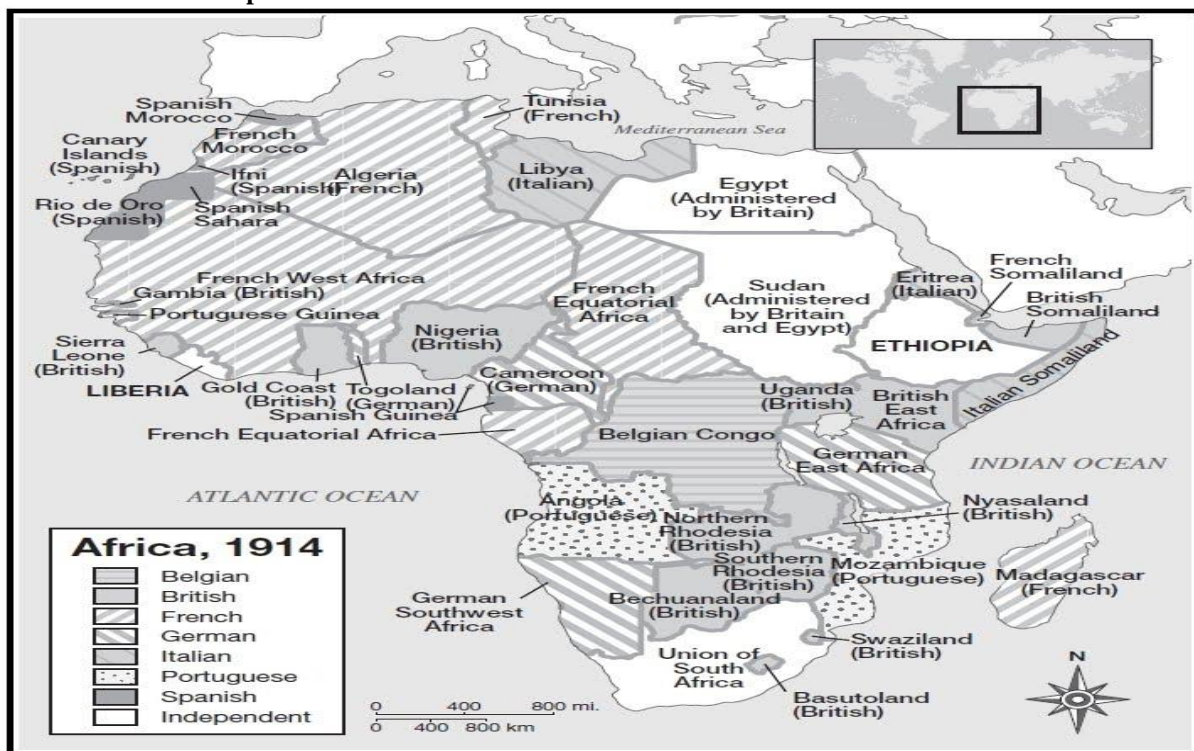
⁶² Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos da América, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Império Otomano, Itália, Portugal e Suécia.

Mapa 08 – ÁFRICA EM 1880 – ANTES DA CONFERÊNCIA DE BERLIM



FONTE: Africa Pre-Scramble Map (2016).⁶³

Mapa 09 – ÁFRICA EM 1914 – APÓS A CONFERÊNCIA DE BERLIM



FONTE: Africa Post-Scramble Map (2016).⁶⁴

⁶³ Disponível em: <<https://sites.google.com/a/smumn.edu/lynch/maps-globalization-non-trade/colonization>>. Acesso em: 01/03/2016.

⁶⁴ Idem.

Já no caso das colônias portuguesas no continente africano, e principalmente no que se refere ao colonialismo em Angola, é comum se atribuir a passagem de *Diogo Cão* no ano de 1483 pela corte do *Manicongo*⁶⁵, como o marco inaugural dos primeiros contatos feitos entre portugueses e as populações costeiras da do atual território de Angola.

Período que significou para os escritores defensores do luso-tropicalismo como sendo a mais alta expressão do envolvimento português em África, justamente pelo fato de que se pode verificar uma relação amistosa e de igualdade entre portugueses e *bakongos*. Eventos como a transição marítima entre o Oceano Atlântico e o Oceano Índico, protagonizada pela primeira vez na Europa por *Bartolomeu Dias* e as rotas oceânicas percorridas pelo comandante *Vasco da Gama* até a Índia, impuseram novas perspectivas, interesses e métodos de atuação que os portugueses se utilizaram em sua relação com o Reino do Congo, dando início a um intenso comércio escravista, do qual nem mesmo os membros da família real *bakongo* estiveram imunes aos traficantes portugueses.

Durante os cinco séculos de presença portuguesa em Angola, a imagem negativa que muitos portugueses tinham da colônia se dava justamente pela presença dos degredados no território. A grande maioria não ia para o exílio da colônia para ficar encarcerado, e sim para se dedicar a atividades como o comércio de bebidas, de escravos e inclusive ocupavam a maior parte dos postos da polícia e do exército (ALGARVE, 2016. p. 41).

Passados alguns séculos deste processo escravista em Angola, principalmente no contexto em que envolve a Conferência de Berlim, os interesses portugueses em Angola se faziam na tentativa de consolidar sua presença como soberana ao longo de toda faixa horizontal que permitisse a interligação do Oceano Atlântico ao Índico, saindo a frente da ilha de Madagascar, ou seja, onde atualmente se encontram os países de Angola, Zâmbia, Zimbábue, Malawi e Moçambique como se pode ver no Mapa 10, a seguir.

Este projeto português de colonização, também conhecido pelo nome de *Mapa Cor de Rosa*, esteve em curso dois anos após a abertura da Conferência de Berlim (ou seja, em 1886), e se fazia de fundamental importância para manter o controle de inúmeros recursos minerais, já que Portugal figurava como uma potência colonial economicamente atrasada em relação à países como França, Holanda e Inglaterra.

⁶⁵ Título dado em referência à *Nzinga Mbemba*, monarca *bakongo* do Reino do Congo, também conhecido pelo nome de *Rei Afonso I*, após sua conversão ao cristianismo (ALGARVE, 2016; KI-ZERBO, 1972).

Mapa 10 – O MAPA COR DE ROSA



FONTE: The Pink Map (2016).⁶⁶

Justamente em função da importância dos recursos naturais da região e da possibilidade da abertura de novos mercados para a Inglaterra, é que se estenderam até o ano de 1890 um longo debate com a Inglaterra que já colocava em curso um processo de interligação vertical do continente africano, ou seja, interligando os atuais territórios do Egito, Sudão, Sudão do Sul, Uganda, Quênia, Zanzibar, Tanzânia, Botswana, Namíbia, Suazilândia, Lesoto e África do Sul.

Sendo assim, todo este esforço britânico em interligar o continente africano em um sistema colonial de sentido vertical incluía necessariamente os atuais territórios do Malawi (na época chamado de Niassalândia) e do Zimbábue, o que acarretou em inúmeros debates luso-britânicos e constantes ameaças de guerra até o ultimato britânico em 1890, do qual Portugal abandona seu esforço de interligar Angola à Moçambique.

Na África Central e do Sul, o acordar tardio de Portugal ia trazer-lhe uma desilusão (...). Em 1890, aquilo que um inglês chamou de ‘estúpida insistência patriótica de Portugal’ conduziu ao ultimato da Grã-Bretanha, que alinhou barcos de guerra na costa de Moçambique. Ameaçado e sem apoio, Portugal cedeu e viu, cheio de mágoa, os vastos territórios do interior, constituídos pelos ricos planaltos correspondentes às Rodésias, não somente escaparam-

⁶⁶ Disponível em: <http://www.africafederation.net/Rose_map.htm>. Acesso em: 01/03/2016.

se-lhe das mãos, mas cortarem em dois os seus domínios africanos. Com esta divisão ficava o Império Lunda retalhado em três fatias, entre o Congo, Angola e a Rodésia (KI-ZERBO, 1972, p. 79).

Já no continente asiático, por exemplo, segundo Letícia Bicalho Canêdo (1994) e Madhava Kavalam Panikkar (1977), até o século XIX, as grandes potências marítimas europeias como Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda e Portugal exerciam pouca influência política ao longo do continente asiático. Isto porque os objetivos destas potências se pautavam pelo fortalecimento e ampliação de suas redes comerciais, que apesar de coexistirem de forma diminuta, quando comparado ao volume comercial pelo Oceano Índico, sempre se desenvolveram de forma muito ativa.

Sendo assim, desde o século XV, o continente asiático encontrava-se dividido por exploradores portugueses que haviam fixado seus estabelecimentos em *Goa*, *Àomén* (Macau) e Timor Leste (além de pequenas feitorias nas ilhas de *Dio* e *Bombaim*, e o domínio da fortaleza de *Cochim*), após serem eliminados do Oceano Índico e do Pacífico. Ao passo que exploradores franceses se organizaram em pequenas feitorias pela Índia (*Carical*, *Maé* e *Chandernagor*), mas, sobretudo mantinham domínios nos portos de *Pondichéry* e os holandeses “possuíam um pequeno número de feitorias na Índia peninsular, das quais as mais importantes eram *Cochim* e *Negapatã*; ocupavam *Malaca* e controlavam o comércio da península malaia” (PANIKKAR, 1997. p. 68), além disto, utilizavam o posicionamento estratégico da Indonésia para triangular o seu comércio com os portos da China e do Japão.

A grande potência mercantilista em destaque no período foi a Grã-Bretanha, considerada a “grande detentora da Índia”, que embora pudesse dominar um dos maiores territórios do continente, sofria com um elevado acúmulo de décadas de prejuízo⁶⁷ em terras asiáticas: “Em 1820, os diretores da Companhia informaram ter tido um prejuízo líquido de 1.685.103 libras esterlinas com os produtos britânicos nos vinte e três anos anteriores” (SAHLINS, 2007. p. 453).

⁶⁷ Este, aliás, tem sido um dos temas mais recorrentes para os europeus, deste os primeiros contatos estabelecidos com populações asiáticas. A grande variedade de alimentação (como a pimenta e o chá) e do vestuário (em função da qualidade, dos preços atrativos e da beleza estética provocada pelas cores dos tecidos vindos da Ásia) tornaram-se rapidamente os produtos mais procurados e cobiçados em toda a Europa. Sobre estes aspectos, Madhava Kavalam Panikkar (1977, p. 70) afirma que “essa queixa já era moda em Roma. Se Plínio exagera, ao estimar em 550 milhões de sestécios o montante das compras que Roma efetuava anualmente à Índia, é fato que o comércio com a Índia já aparecia em Roma como um dreno assustador das reversas de ouro do império e desde aquela época desencadeava paixões. Os produtos que a Índia e todo o Oriente forneciam a Roma era mais ou menos os mesmos: tecidos diáfanos, especiarias, madeira de sândalo, anil, pérolas e, naturalmente, seda chinesa. É igualmente interessante notar que Roma tampouco tinha algo para oferecer em troca, a não ser um pouco de vinho, alguns metais e púrpura”.

Fato é que essa situação comercial euroasiática sofrerá modificações já no início do século XIX, em decorrência da expansão da economia capitalista e da utilização da violência como instrumento para ampliar e consolidar o domínio europeu em terras asiáticas.

O processo foi iniciado pela Inglaterra, que conquistou a Índia entre 1845 e 1848. Mas só após a primeira crise de superprodução do sistema industrial (década de 70) é que tomou corpo o movimento imperialista inglês. Nesse período, a rainha Vitória chegou até a ser coroada imperatriz da Índia.

Após a conquista da Índia, a Inglaterra anexou a Birmânia (1886) e a Malásia, numa tentativa de limitar a influência francesa na região. Isso porque a França havia ocupado a Indochina, hoje Vietnã, Laos e Camboja. Nessa região, a França instaurou o regime de protetorado, que é uma forma mais atenuada de colonização, ou melhor, o Estado, apesar de dependente, era reconhecido juridicamente.

Fortalecidas com as conquistas, essas nações voltam-se, com violência, contra a China (CANÊDO, 1994. p. 16).

Sendo assim, a partir de meados do século XIX, a Revolução Industrial acarretou em uma ampla produção de artigos manufaturados, acarretando na cobiça de abrir novos mercados em terras asiáticas.

Para Osvaldo Coggiola (1985), a população chinesa despertava um interesse em especial, não somente pelo fato de possuir uma unidade política centrada na figura do imperador que antes mesmo da chegada dos exploradores europeus, já estabelecia a coleta sistemática de tributos de diversas monarquias, reinos e forças políticas espalhadas pela região⁶⁸, mas sim pelo fato de que em meados do século XIX o império chinês possuía por volta de 400 milhões de habitantes, sendo então um potencial mercado consumidor, para a Inglaterra, reconhecidamente por ser a primeira potência econômica.

Para Madhava Kavalam Panikkar (1977) e Voltaire Schilling (1984) as possibilidades reais que permitiram à Europa forçar sua entrada na China, visando o acesso ao mercado consumidor chinês somente foram possíveis após a conquista da Índia, ou seja, a partir da promoção da Grã-Bretanha como a grande potência colonial da Ásia.

A partir de então, e utilizando o acesso ao conhecimento geográfico hindu sobre a China, foi possível dominar *Cháng Jiāng* (长江。 Também conhecido por vale do *Yang-tsé*) e enfraquecer o poder exercido pelo Império Manchu (满族。 *Mǎnzú*), fazendo com que sua influência se estendesse por toda a Ásia.

⁶⁸ Como a Birmânia, a Coréia, a Java, a Sumatra, o Annam, o Japão, o Laos, o Sião, e o Nepal (CÂNEDO, 1994; SAHLINS, 2007; PANIKKAR, 1977).

Outro fator crucial para a consolidação inglesa e toda a conquista do território chinês por parte de outros países localizados na Ásia, na América e na Europa, foi a Guerra do Ópio, ocorrida entre os anos de 1840 até 1860. Após inúmeras tentativas sem sucesso de estabelecer o comércio com os chineses, os britânicos viram no comércio ilegal do ópio e no amplo consumo da droga pelos chineses, o pretexto para forçar o direito de comercializá-lo livremente na China.

Frente à recusa de se estabelecer contratos comerciais em posição de desigualdade e em função da péssima reputação que os ingleses possuíam na Ásia, restou aos ingleses o uso da força para invadir e dominar o território chinês exercendo sua superioridade militar de forma cruel, resultando no assassinato de milhares de pessoas e saqueando cidades inteiras com o intuito de provocar a humilhação⁶⁹ do povo chinês (CANÊDO, 1994; COGGIOLA, 1985; PANIKKAR, 1977; SCHILLING, 1984).

Mas o desmembramento da China aconteceu mesmo quando o Império, enfraquecido com os tratados desiguais, teve que enfrentar uma guerra com o Japão (1895). Foi “salvo” do desastre pela intervenção das potências européias. Como reconhecimento do serviço prestado, as nações européias receberam concessões econômicas e territoriais. A partir daí, a China passou a ser um território dividido em áreas de influência das potências ocidentais. Não só a França e a Inglaterra penetraram no território chinês, como também a Rússia, a Alemanha e até os Estados Unidos (CANÊDO, 1994, p. 17).

Segundo Zhou Yihuang (2004) desde o século XIX foram feitas inúmeras tentativas, por parte das potências europeias, para conseguirem firmar tratados comerciais desvantajosos para a China. Ao conquistarem o país asiático, o autor argumenta que não somente saquearam as cidades, mas também obrigaram o povo chinês a arcarem com indenizações pesadas as potências ocidentais, obrigando então ao imperador chinês a abrir seus portos comerciais com a Europa.

⁶⁹ Este ponto, aliás, foi iniciado quando os ingleses saquearam e destruíram o maior símbolo imperial da China, o *Yihéyuán* (Também conhecido como *Palácio de Verão de Pequim*. 颐和园), do qual restaram apenas algumas peças artísticas que figuravam o seu interior e que hoje enfeitam o Museu Britânico (CANÊDO, 1994; COGGIOLA, 1985). O tema da humilhação chinesa frente aos estrangeiros no país também foi um tema colocado em pauta pelos dirigentes do Partido Comunista Chinês, pelo menos, desde a década de 1970, fomentando filmes como o *Fist of Fury* de 1972 (traduzido para o público brasileiro pelo título de *A Fúria do Dragão*), em que a história gira em torno de dois eixos principais: 1) A impunidade aos estrangeiros que assassinavam grupos de chineses, 2) A humilhação cotidiana que os chineses sofriam em seu próprio país. No filme chinês, destaca-se a cena em que *Chen Zhen* (estrelado por *Bruce Lee*) é barrado por um guarda indiano ao passar por um parque, cuja placa dizia “no dogs and chinese allowed” (*não é permitida a entrada de cães e chineses*. Tradução Nossa). Embora retrabalhada na ficção, esta opressão inglesa ao povo chinês diz respeito um conjunto de cartazes colocados em jardins e parques públicos (como o *Huangpu* Parque [黃浦公園 *Huángpǔ Gōngyuán*] entre os anos de 1890 e 1928) de diversas cidades espalhadas por toda a China (COGGIOLA, 1985).

Com a consolidação dos estrangeiros na China, vieram também o esquiteamento de seu território em “zonas de influência”, por parte de países como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Japão, Portugal e Rússia. Esses países se apoderaram de muitos privilégios, como os de estabelecerem bases de seus exércitos na China, estabelecerem concessões e arrendamentos de grandes porções territoriais para o cultivo agrícola, além do controle das rotas fluviais, portos e instalações do aparato administrativo aduaneiro tipicamente europeu (CANÊDO, 1994; COGGIOLA, 1985; ESTEVES, 2008; SCHILLING, 1984; ZHOU, 2004).

Fato é que tanto em África quanto em Ásia, o sistema de exploração colonial europeu acarretou em cifras monetárias astronômicas a partir de um conjunto de prática de pilhagens, escravidão e extorsões. Os sistemas de exploração colonial em ambos os continentes trouxeram formas de exploração comercial, humana e territorial sem precedentes na história destes continentes, dizimando grande parte de populações africanas e asiáticas ao longo dos séculos em que a os povos europeus se estabeleceram como os grandes conquistadores destas regiões.

As consequências após séculos da conquista europeia tanto na África, quanto na Ásia foi o acirramento dos bolsões de pobreza e inúmeros impactos ambientais, ao passo que para as metrópoles, este foi um importante período ao qual se pode obter, por vias da exploração, grandiosas margens de lucro. Esta oposição em que, de um lado se colocam os privilégios do colonizador e a prosperidade da metrópole, e de outro lado, figura a asfixia do colonizado e da colônia, é vista por Albert Memmi (1977) como uma equação que resultará inevitavelmente nos primeiros focos de resistência que visavam exclusivamente estabelecer o fim do processo colonial, projetando assim, se restabelecer as antigas formas convívio, político, econômico e cultural.

Chega sempre o dia em que o colonizado levanta a cabeça e faz oscilar o equilíbrio sempre instável da colonização.

Pois, também para o colonizado, não há outra saída senão o fim definitivo da colonização. E a recusa do colonizado não pode ser senão absoluta, quer dizer não apenas revolta, mas a superação da revolta, quer dizer revolução (MEMMI, 1977. p. 125).

Com isso, Albert Memmi (1977) irá reprovar a perspectiva de que o fim do processo colonial ocorre a partir de demandas e expectativas vindas por parte dos exploradores europeus. Pelo contrário, nessa perspectiva levantada por Memmi (1977) a relação existente entre as chaves opostas do processo colonial (Colonizador/Colonizado, Metrópole/Colônia)

sempre foram estabelecidas a partir de uma balança instável que é colocada em oscilação frequentemente pelo colonizado, que possui a capacidade de destruí-la. Foi justamente em função desta oscilação de forças que surgiram inúmeros movimentos de luta e resistência ao processo colonial que eclodem nos continentes da África e da Ásia ao longo de toda a década de 1960.

3.2 As Conferências afroasiáticas

Em meio a este quadro apontado por Albert Memmi (1977) em que a própria existência do colonizado depende da superação do processo colonial é que podemos entender o surgimento dos processos de nacionalismo das mais variadas populações colonizadas do mundo, desdobrando, conseqüentemente para o contexto das lutas armadas com o objetivo de reconquistar a independência.

Nesse sentido, Albert-Paul Lentin (1977) procura demonstrar que ao longo de todo o processo colonial no continente africano, surgiram inúmeros esforços isolados na tentativa de dialogar com os colonizadores, a fim de resolver isoladamente os problemas enfrentados neste continente. Sendo assim, podem-se verificar importantes conquistas de diálogos nas metrópoles europeias, entre as quais, o autor destaca as ocorridas ao longo das décadas de 1920 até meados da década de 1940, que se caracterizaram pela busca incessantemente de equacionar as demandas relativas à violência presente no processo colonial e o reconhecimento da qualidade de humanidade do colonizado.

Este processo apontado por Albert-Paul Lentin (1977) ocorre em um contexto de intensa movimentação migratória, religiosa, educacional, política e comercial entre populações africanas e estadunidenses (embora se apresentem registros destas ocorrências em outras partes como nas Antilhas e no Brasil) que ocorrem em diversos períodos, mas sobretudo, na passagem entre os séculos XIX e XX⁷⁰, momento em que se desdobraram um amplo conjunto de conferências em cidades e capitais dentro e fora do continente africano.

Entre as mais diversas conferências que deram envergadura ao movimento Pan-africano, Márcio Paim (2014) e Paul-Albert Lentin (1977), irão atribuir à *William Edward*

⁷⁰ Esse conjunto de diálogos em forma de conferências esteve em curso, a partir do ano de 1900, momento em que *Henry Sylvester Williams* (jurista de Trinidad) deu início na cidade de Londres a uma conferência internacional que contou o envio de representantes vindos de diversas regiões das Antilhas, da América do Sul, dos Estados Unidos da América e do continente africano (RALTON, 2010).

Burghardt Du Bois, como o grande responsável pela concretização de pelo menos, os três dos cinco congressos Pan-africanos que irão ocorrer nas capitais europeias até em meados da década de 1920.

Aparece, durante esse período [...] O movimento pan-africano, criado pelo Dr. Du Bois – que, entre as duas guerras, realizou quatro congressos (em Nova Iorque em 1921, em Londres em 1921 e 1923 e novamente em Nova Iorque em 1927), mas que em 1939 parece perder suas forças – encontra um novo vigor com o V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester em 1945. Esse congresso adota uma “Declaração aos povos colonizados” redigida pelo Dr. Nkrumah (LENTIN, 1977. p. 38).

O I Congresso Pan-africano⁷¹ será organizado no ano de 1919 em Paris, a capital da França, momento em que *William Edward Burghardt Du Bois* se encontrava daquele país a fim de apresentar às potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial uma petição que pudesse levar a adoção da Carta dos Direitos dos Homens aos inúmeros africanos que combateram ao lado dos países aliados contra as ofensivas alemãs.

Sendo o principal relator do I Congresso Pan-africano, serão apresentados por parte dos delegados que compunham o congresso debates em torno de questões econômicas, políticas e sociais, além de reivindicar para os povos indígenas africanos a construção de um código de proteção internacional. O objetivo do I Congresso Pan-africano era o de reunir informações capazes de formular uma história que englobasse a contribuição dos africanos e dos negros estadunidenses no curso da Primeira Guerra Mundial; reafirmar a autodeterminação dos povos africanos; e pressionar, no sentido do reconhecimento dos direitos políticos de africanos e negros estadunidenses (LENTIN, 1977; RALTON, 2010).

Já no II Congresso Pan-africano, foram realizadas em três sessões ao longo do ano de 1921, organizadas nas capitais da Bélgica, da França e da Inglaterra, onde contou com a presença de artistas (como *Henry Ossawa Tanner*), escritores (como a *Jessie Redmon Fauset*), cantores (como o *Roland Hayes*), e políticos (com o senegalês *Blaise Diagne*). Foi em meio a estas três sessões que se manifestaram a exigência da autonomia aos povos que buscam se organizar em torno de governos autônomos (LENTIN, 1977; RALTON, 2010).

Já no III Congresso Pan-africano que ocorreu em 1923 nas capitais da Inglaterra e de Portugal, contou com a presença de estadunidenses, antilhanos e africanos:

⁷¹ Conforme salienta Márcio Paim (2014, p. 88) “No seu início, o Pan-africanismo era apenas uma reduzida manifestação de solidariedade, restrita às populações de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos. Logo, é importante ressaltar que, até a primeira reunião Pan-africana a denominação ‘Pan-africanismo’ não havia sido inserida, ficando a reunião identificada como a ‘Conferência dos povos de cor’”.

Participaram dele, além de Du Bois, Rayford Logan e o bispo Vernon, da AME dos Estados Unidos, o chefe Amoah III, da Costa do Ouro, e Komba Simango, da África oriental portuguesa, contribuindo para a elaboração de várias resoluções de fundo e um apelo geral ao “desenvolvimento da África em benefício dos africanos”. O congresso reivindicou também uma representação na Comissão de Mandatos da Sociedade das Nações, a criação de um Instituto de Estudos do Problema Negro, o restabelecimento ou melhor, o reconhecimento dos direitos dos negros, no conjunto do mundo negro, e a libertação da Abissínia, do Haiti e da Libéria “das garras dos monopólios e das práticas usurárias dos financistas que dominam o mundo”. Du Bois foi em pessoa a Genebra comunicar essas resoluções à Sociedade das Nações (RALTON, 2010. p. 904).

No IV Congresso Pan-africano que ocorreu no ano de 1927 na cidade estadunidense de Nova Iorque, contou com a presença de duas centenas delegados que para além dos reajustes e revisões feitas dos congressos anteriores, reivindicaram nesta quarta edição do congresso o direito ao voto governamental. Durante o V Congresso Pan-africano realizado em 1945 em Manchester, *Kwame Nkrumah* veio a ser eleito o relator principal desta conferência, onde foram debatidas questões relacionadas a discriminação racial na Grã-Bretanha; problemas sociais presentes em meio às colônias francesas e inglesas na África Ocidental; e a segregação racial colocada em curso no continente africano (LENTIN, 1977; RALTON, 2010).

Figura 01 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE WILLIAM EDWARD BURGHARDT DU BOIS DE 1918



FONTE: Wikipédia (2016).⁷²

⁷² Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/12/WEB_DuBois_1918.jpg>. Acesso em: 02/03/2016.

Segundo Márcio Paim (2014), com exceção de *Henry Sylvester Williams*, cada um dos intelectuais envolvidos na criação da Unidade Pan-africana adotava uma abordagem específica da qual se pavimentava suas projeções. Sendo assim, *William Edward Burghardt Du Bois* apresentará perspectivas voltada para aspectos educacionais, ao passo que *Booker Taliaferro Washington* apostará em elementos econômicos, já *Edward Wilmot Blyden* e *Alexander Crummel* seguiram pela via religiosa e *Kwame Nkrumah* manterá seu foco, através do socialismo.

Porém, todos eles a partir de suas análises conjunturais forneceram contribuições imensuráveis para evolução e consolidação do pensamento pan-africanista no século XX. É importante mencionar essas estratégias, pois, elas apresentam-se como o primeiro passo para o entendimento da proeminência de Marcus Garvey e da universalização do pensamento pan-africano. Garvey ultrapassou do seu tempo, isolando-se dos outros pensadores pan-africanos que o antecederam, por conseguir reunir em um único projeto todas as estratégias anteriores. Se Dubois via a educação como caminho, se Booker T, privilegiou a economia, se Blyden e Crummel apostaram na religião, Garvey, em sua vez, falará de um projeto universal, de um projeto que pudesse reunir política, educação, economia, religião, cultura, militarismo para a construção dos Estados Unidos da África. Dessa maneira, coube a Marcus Garvey a radicalização do projeto pan-africano (PAIM, 2014. p. 95-96).

Estes congressos travados no período agitaram politicamente não somente o continente africano, mas também um grande conjunto de populações presentes nas Antilhas, no Brasil⁷³, em Cuba e nos Estados Unidos da América, forjando assim o movimento da negritude.

Já no continente asiático, será na segunda década do século XX que se iniciará a primeira, de um amplo conjunto de conferências internacionais. Após a conquista armada da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre as estepes da *Kazáquia*⁷⁴, os soviéticos objetivaram minar a influência colonial da Grã-Bretanha frente aos povos muçulmanos na região, para tal, *Vladimir Ilitch Lenin*, *Grigori Evséievitch Zinoviev* e *Leon Trotsky* viam no Azerbaijão o ponto de partida das revoluções asiáticas, destinando então a capital *Baku* como

⁷³ Neste período, Richard David Ralston (2010, p. 909-910) afirma que se registraram inúmeros esforços de na luta pela emancipação dos negros escravizados no Brasil, como Luís da Gama (1830-1885), André Rebouças (1838-1898) e José do Patrocínio (1853-1905). Quanto aos estudos relativos à contribuição africana no Brasil, cumpre destacar a obra de Manuel Raimundo Querino (1851-1923), que vivia em São Salvador da Bahia e publicou inúmeros trabalhos, como *O africano como colonizador e costumes africanos no Brasil*. Solano Trindade (1908-1973) incorporou as ideias do Pan-africanismo e da negritude na poesia brasileira. Vale ainda salientar a imprensa afro-brasileira, com o lançamento em 1915 do jornal *O Menelick*, em São Paulo, e de vários outros, como o *Getulino* (1923-1926), de Campinas, o *Clarim da Alvorada* (1924-1932), de São Paulo, fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar, e, mais tarde, *A Voz da Raça* (1933-1937), órgão da Frente Negro-Brasileira, movimento de caráter político.

⁷⁴ Território até então ocupado pela administração militar imperial do Turquestão, que transformou os antigos canatos de *Bujara* e *Khiva* em Repúblicas Populares Soviéticas em 2 de setembro de 1920.

a sede para o Congresso dos Povos Orientais que acolheu 1890 delegados que vinham de várias partes da Ásia e representavam trinta e sete países, na data de 1 de setembro de 1920.

Figura 02 – CONGRESSO DOS POVOS DO ORIENTE. BAKU, SETEMBRO DE 1920



FONTE: Marxists (2015).

Com os olhares ao horizonte e registrados sobre um ângulo inclinado pelo fotógrafo, a imagem acima retrata um dos momentos em que se proferiam discursos inflamados contra o papel da Grã-Bretanha na região. Entre os objetivos de Moscou em transformar *Baku* no ponto de partida das revoluções asiáticas, os soviéticos estavam interessados em fomentar a luta contra o imperialismo, disseminar diálogos sobre dependência, soberania e nacionalismo dos países muçulmanos, não explicitando, naquele momento, suas ambições acerca das filiações partidárias com o movimento comunista internacional, muito menos lançando projeções sobre uma futura incorporação destes movimentos nacionalistas a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O Congresso de Baku tinha por propósito formar um ambiente que permitiria à União Soviética colocar-se no papel de dirigente e inspiradora da luta dos povos asiáticos contra o imperialismo britânico e francês. Não obstante, o Congresso não deu os resultados que esperavam os dirigentes soviéticos (BOTZÀRIS, 1959. p. 42).

Porém, como já adianta Alejandro Botzàris (1959), o plano de garantir a hegemonia do processo revolucionário na Ásia não se concretizou, muito devido ao reconhecimento dos povos muçulmanos sobre os interesses soviéticos na região, acarretando na queda da influência do *kremlin* na região. Tanto que, na Turquia⁷⁵, *Mustafa Kemal Atatürk*, foi um dos responsáveis pelo combate aos comunistas de Moscou; na Índia, apesar das divergências políticas, espirituais e filosóficas, que opuseram em alguns momentos, *Pandit Nehrū* e *Mahatma Gandhi*, o país seguiu-se firme com sua postura neutral, ao longo da Guerra Fria.

Segundo Stephen Suleyman Schwartz (2009) as esperanças depositadas na Conferência dos Povos Orientais em *Baku* resultaram em um fracasso total, e a prova para o autor, reside no fato de que após quase três décadas, marcadas por conflitos, sejam eles, no Afeganistão, nos Balcãs ou no Cáucaso, a esmagadora maioria dos povos muçulmanos da região estabelecem total desprezo acerca de qualquer imagem associada ao comunismo.

Porém, não só de derrotas para a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se podem atribuir os resultados da Conferência dos Povos Orientais em *Baku*, pois também houveram avanços, em função da adesão de países e territórios asiáticos que possibilitaram a formação do bloco soviético, como no caso da Mongólia, o primeiro país a aderir ao Bloco Soviético, em 1921.

Fato é que o objetivo fomentar inúmeras revoluções nacionalistas pela Ásia, como sendo a parte inicial do projeto comunista de todo o continente asiático, nunca foi algo completamente descartado por Moscou. Esta, aliás, sempre foi uma postura em que a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se empenhou (independentemente das mudanças em seu alto escalão político) em estabelecer a formação de quadros e de estrutura para acomodar asiáticos em inúmeras instituições.

Em *Moscou*, por exemplo, foram criados o *Instituto Comunista para Trabalhadores Orientais*, o *Instituto Narimov de Idiomas Orientais*, o *Instituto Sun-Yat-Sen*, a *Associação de Estudos Orientais de Moscou*, e a *Krasny Vostok*, revista dedicada ao estudo dos problemas asiáticos; em *Leningrado*, por exemplo, foi criado o *Instituto Enukidze de Idiomas Orientais*; e em *Tachkent*, por exemplo, foi criada a *Escola Militar de Estudos Orientais* (BOTZÀRIS, 1959).

Nas décadas posteriores a Conferência dos Povos Orientais, mas sobretudo a partir de meados da década de 1950, surgem inúmeras conferências tanto no continente africano,

⁷⁵ Um dos cinco países que receberam lugar de destaque na Conferência dos Povos Orientais em *Baku*, ao lado da Pérsia, da Índia, do Turquestão e do Azerbaijão.

quanto no continente asiático que visavam estabelecer parcerias para o enfrentamento de problemas comuns causados em torno da presença ocidental. Além disto, longos sistemas de opressão e exploração colonial, a desvantagem tecnológica frente ao Ocidente na batalha pela reconquista da independência e a violência tecnológica conquistada a partir das bombas nucleares e demais arsenais de destruição em massa, contribuíram para acelerar as discussões em torno do fim do processo colonial.

Não devemos esquecer que foi na Ásia que se deram as primeiras explosões nucleares como arma de guerra e de aniquilamento. Não passemos já para um segundo plano na memória que foi aqui, na Ásia, que se deram as experiências com a mais destrutiva bomba, a de hidrogênio, quer pelos Estados Unidos, quer pelos comunistas. Não nos olvidemos de que o maior ajuntamento de seres humanos vive deste lado do planeta; um ajuntamento que não terá os mais remotos meios de proteção, pois não tem o dinheiro para obtê-los nem construí-los; um agrupamento que ainda não tem a instrução necessária para compreender o perigo, para abrandá-lo, para circundá-lo ou para precaver-se dele. Esse ajuntamento, mais que em qualquer outro ponto do mundo, será perfeitamente igual, no momento de uma detonação de bomba nuclear, ao quadro de um imenso formigueiro sobre o qual seja jogada a enorme mecha de querosene (MENEZES, 2012. p. 239).

Envolto a esses problemas e recém-descolonizados, líderes nacionalistas da Índia, Indonésia, Sri Lanka, Paquistão e Myanmar organizam em abril de 1954, o que ficou conhecido como a Conferência de Colombo, na maior cidade do Sri Lanka, naquele momento.

Com muitos problemas para a sua organização – em função do próprio desconhecimento que os envolvidos possuíam acerca de conferências internacionais – a agenda do encontro possuía inúmeras deficiências, e composta (aos olhos da imprensa internacional) por um grupo de cinco nacionalistas desconhecidos e sem expressão no cenário político e diplomático internacional, resultando, como lembra Adolpho Justo Bezerra de Menezes (2012), em chacota por parte dos observadores internacionais e jornalistas do Ocidente, que apelidaram o encontro pelo termo: *The Colombo Powers*.

A inexistência de até mesmo uma lista com os principais tópicos a serem trabalhados na conferência não foram um impeditivo para a sua realização. Em meio a estas dificuldades, os quatro dias programados da Conferência de Colombo foram divididos entre a seleção dos temas principais a serem discutidos e as decisões a que se deviam tomar, após o termino da Conferência.

Eliminando temas mais complexos como o impasse (que àquela altura já durava quase uma década) entre indianos e paquistaneses sobre o território da *Caxemira*, e os problemas

relativos à presença ocidental no continente asiático – em função do curto tempo para o debate dos temas –, os membros presentes na Conferência de Colombo elegem a Indochina como o foco principal para o debate, justamente por entenderem que seus problemas estavam pouco ligados a presença ocidental na região e que o conflito resultava em instabilidade e segurança para toda a região.

Para além do conflito na Indochina, as bombas de hidrogênio e o tema da violação dos direitos do Homem (como consequência do processo de exploração euro-ocidental na Ásia), também fizeram parte das discussões da Conferência de Colombo naquele momento. Segundo Adolpho Justo Bezerra de Menezes (2012) ao se encaminhar para o término da Conferência de Colombo, o Primeiro-Ministro da Indonésia sugeriu a elaboração num futuro próximo de uma conferência que abarcasse não somente os países asiáticos, mas também um amplo conjunto de países africanos.

E foi o que de fato aconteceu, reunidos na cidade de *Bogor* (pequena cidade localizada no planalto central javanês) entre os dias 28 e 29 de dezembro daquele mesmo ano, representantes dos governos da Birmânia, da Índia, da Indonésia, do Sri Lanka e do Paquistão, dialogaram acerca da possibilidade da criação de uma conferência que interligasse os continentes da África e da Ásia entorno de uma política comum.

A data foi fixada no ano seguinte, mais especificamente no dia 7 de janeiro de 1955, pelo secretário especial: “Foram feitos convites a trinta e seis países da Ásia e da África, dos quais vinte e nove enviaram mais tarde os seus representantes. Os ditos países foram: Índia, Indonésia, Camboja, Birmânia, Paquistão, Ceilão, Afeganistão, República Popular Chinesa, Egípto, Etiópia, Costa do Ouro, Irão, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Sudão, Síria, Turquia, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul e Iêmene” (BOTZÀRIS, 1959. p. 67).

Durante a Conferência de Bogor⁷⁶, os representantes máximos de cada país, *U Nu*, *John Lionel Kotewala*, *Ali Sastroamidjojo*, *Mohammed Ali* e *Javāharlāl Nehrū* elegeram o governo indonésio, através da figura de seu presidente *Ahmed Sukarno*, para a realização de uma consulta diplomática entre os países africanos e asiáticos.

⁷⁶ Fica válido ressaltar, que embora tenha envolvido grandes líderes nacionalistas de cinco países, que juntos representavam uma população de 600 milhões de pessoas, é comum atribuir a um caráter informal – do ponto de vista das relações internacionais – a esta conferência. Reunidos em três ocasiões no Palácio de Verão de antigos governadores-gerais das Índias Orientais Holandesas, a Conferência de Bogor não contou com as formalidades e protocolos diplomáticos típicos das reuniões e conferências internacionais, não havendo nenhuma organização prévia e oficial sobre as delegações envolvidas, para o encontro, o que fez com que os trabalhos e as discussões se encaminhassem de forma secreta (BOTZÀRIS, 1959; MKAA, s/d; MENEZES, 2012).

O Governo da Indonésia, através do seu canal diplomático, enviou para 18 países africanos e asiáticos a fim de descobrir os seus pontos de vista sobre a ideia da realização de uma Conferência Ásia-Africano. E o resultado foi que a maioria dos países destes continentes apoiava fortemente a ideia, e concordavam a candidatura da Indonésia como anfitriã da tal conferência, muito embora alguns países tivessem ideias conflitantes acerca do tempo e dos membros participantes desta conferência (MKAA – Museum Konperensi Asia-Afrika. s/d, s/p, Tradução Nossa).

Devido as intensas agitações políticas que envolviam os continentes da África e da Ásia, a tarefa de sediar uma conferência que envolvesse dois continentes foi demasiadamente complexa, pois muitas vezes as representações e delegações consultadas para a participação na conferência enfrentavam divergências internas e posicionamentos políticos e ideológicos distintos, fazendo com que o critério geográfico, tivesse um lugar de menor destaque, frente aos desdobramentos históricos e motivações de ordem política.

Com o avanço das consultas diplomáticas, do estabelecimento do local (a cidade de *Bandung*) e das datas (inicialmente projetada para 7 de janeiro de 1955, mas posteriormente alterada para os dias 18 a 24 de abril daquele mesmo ano) iniciam-se inúmeros diálogos políticos e jornalísticos sobre o evento.

Antes da reunião, como infelizmente o faz inúmeras vezes, a imprensa americana procurou dizer a palavra errada no momento inoportuno. A Conferência Ásio-africana tinha sido convocada à revelia dos Estados Unidos e por países que, com raras exceções, pareciam não desejar americanizar-se ou assemelhar-se aos Estados Unidos. Parecia, portanto, a toda a imprensa americana, que essa gente, por ser diferente e desejar permanecer diferente, estava contra os Estados Unidos. Um dos temas preferidos das críticas era o Primeiro-ministro da União Indiana, Senhor Nehru, e sua obsessão (segundo os jornais americanos) em fazer crer que ele era o porta-voz da Ásia (MENEZES, 2012. p. 249-250).

Chamada de Conferência de Bandung, este foi o espaço privilegiado de cerca de 30 delegações⁷⁷ vindas da África e da Ásia que estavam à procura de estabelecerem diálogos e consensos em torno de projetos que visavam principalmente à colaboração e cooperação internacional entre estes continentes envolvidos, a fim de estabelecerem juntos, melhores soluções econômicas, culturais e materiais que pudessem assegurar um desenvolvimento demográfico mais seguro e próspero para ambos os continentes.

⁷⁷ As cinco patrocinadoras do evento (Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão) e vinte e quatro delegações vindas de várias partes da África e da Ásia: Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, China, Costa do Ouro (Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul e Iêmen. (ESTEVES, 2008; MENEZES, 2012).

Mapa 11 – O NASCIMENTO DO TERCEIRO MUNDO



FONTE: Le Monde diplomatique (2005).

Representando cerca de 1.400.000.000 habitantes – mais da metade da população humana em meados da década de 1950 –, o Mapa 11 acima, foi apresentado pelo jornal francês *Le Monde diplomatique*, recentemente em sua versão digital, e ilustra com a tonalidade mais escura os países que enviaram suas delegações para a Conferência de Bandung, esta que pode ser entendida como um dos mais importantes acontecimentos da história do mundo subdesenvolvido, pois foi aqui que se deu origem à “primeira tomada de posição política enquanto grupo na cena mundial” (ESTEVES, 2008. p. 54).

No dia da inauguração, as delegações, em grupo e por ordem alfabética, fizeram a pé a distância entre o principal hotel da cidade e o edifício onde se realizava a conferência. A maioria trajava seus costumes nacionais, suas vestimentas típicas. Burmeses estavam de *sarong*, o pano de cozinheira na cabeça; árabes barbudos carregavam suas cimitarras douradas, pendendo de longas túnicas brancas ou amarelas; filipinos vestiam camisas transparentes e semelhantes a *rumberos* cubanos; negros da Libéria usavam impecáveis ternos de boa casimira, chapéu de forma, gravata listrada e, um deles, até fumava, rua afora, cachimbo muito inglês. Tudo muito *colorful* adjetivaria uma correspondente de revista americana de viagem ou turismo (MENEZES, 2012. p. 252).

Inaugurada no dia 18 de abril de 1955, a Conferência de Bandung, contou com o discurso inaugural de *Ahmed Sukarno* que ressaltou o lugar de destaque em que cada membro

possuía dentro da Conferência de Bandung, apelando para que os esforços de todos convergissem para assegurar que aquela conferência pudesse ter um lugar de destaque na história dos povos da África e da Ásia.

A partir de *Ahmed Sukarno*, deram-se início aos discursos do então Rei do Camboja, Príncipe *Norodom Sihanuk*; do Presidente do Ceilão, Sir *John Lionel Kotewala*; do Presidente da República Árabe do Egito, *Gamal Abdel Nasser*; do chefe da delegação iraquiana, *Mohammad Fadhil Jamali*; do Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, *Zhōu'ēnlái*; do Príncipe e diplomata da Tailândia, *Wan Waithayakon*; do empresário e chefe da delegação japonesa, *Tatsunosuke Takasaki*; do Presidente da República Libanesa, *Lami Solil*; do representante da delegação paquistanesa, *Mohammed Ali*; e fechando com o discurso do Presidente-adjunto do Governo da República da Turquia, *Fatin Rüştü Zorlu* (BOTZÀRIS, 1959).

Muito embora apresentassem divergências e princípios de atuações distintas no combate ao processo de exploração colonial nos continentes da África e da Ásia, e de estratégias de atuações internacionais, como já vinha apontando Gilberto Freyre⁷⁸, as delegações presentes na Conferência de Bandung, estabeleceram formalmente a elaboração de dez princípios que norteariam as relações afro-orientais, se estendendo até os dias atuais. Embora, como ressalte Maxwell Martins (2013, 2014a, 2014b; 2016) as relações entre chineses e africanos apresentam grandes alterações desde o fim do processo exploração colonial e a emergência de uma Nova Ordem Mundial.

Sendo assim, ao término da Conferência de Bandung, foi possível estabelecer formalmente os seguintes princípios: 1) Respeito aos direitos fundamentais; 2) Soberania territorial das nações; 3) Igualdade de tratamento nas relações entre nações e entre raças, independentemente do seu tamanho geográfico e populacional; 4) Não-interferência nos assuntos internos; 5) Direito a defesa individual ou coletiva das nações; 6) Direito de recusa

⁷⁸ Sobre estes aspectos Gilberto Freyre (2011) em setembro de 1960, estabelece algumas reflexões sobre o Pan-asiatismo e a Conferência de Bandung, apontando que o Pan-asiatismo, assim como o *Pachineismo*, fazem parte de um processo do qual reage contra um movimento anterior sobre a Ásia, ou seja, o Pan-europeísmo que instituiu os processos coloniais no continente.

No caso do Pan-asiatismo, este apesar da capacidade de articular em um único movimento uma variedade significativa de pluralidade étnica e cultural, vem apresentando uma clara divisão política entorno da chefia suprema deste movimento, opondo assim chineses aos indianos: “Na Ásia, propriamente dita, porém, o Pan-asiatismo parece ter hoje três grandes expressões convergentes nuns pontos, mas divergentes em vários outros: o movimento dirigido por Nehru; o dirigido por Chu En-Lai; o dirigido por Sukarno. Pode-se, talvez, dizer da Conferência, eminentemente antieuropeia, de Bandung que, se foi ‘a primeira tentativa da Índia e da China para retalharem entre si, em zonas de influência, a Ásia e a África, também foi uma manifestação da concorrência política dos dois chefes’. É o que assinala Coissoró, naquele seu ensaio; e é o que vêm assinalando outros analistas idôneos das situações e problemas do Oriente moderno” (FREYRE, 2011. p. 164).

em servir à defesa coletiva de superpotências; 7) Abstenção de ameaça e/ou emprego da força que ameace a integridade e independência política de outra nação; 8) Utilização de recursos pacíficos para a resolução de conflitos internacionais; 9) Incentivo a interesses mútuos de cooperação internacional; 10) Obediência as obrigações internacionais e a defesa da equidade.

Os impactos provenientes da Conferência de Bandung foram grandiosos, pois pela primeira vez os países impulsionadores do evento haviam acabado de reconquistar suas independências, abrindo amplos flancos de esperança em ambos os continentes frente à luta colonial, além do fato de que foi possível, pela primeira vez na História, estabelecer a quebra da estrutura bipolar que opunha os Estados Unidos da América e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ESTEVES, 2008). Além disto, autores como Josué de Castro (1968) e Jaime Zuluaga Nieto (2006), enfatizam o fato de que a Conferência de Bandung foi um dos principais acontecimentos para a criação do “terceiromundismo”.

Em Bandung, assistimos ao nascimento do Terceiro Mundo, assim baptizado um pouco mais tarde pelos sociólogos e antropólogos franceses, à frente dos quais se encontrava Georges Balandier.

Os países ricos, perante essa nova realidade, estabeleceram planos concretos para acelerar o desenvolvimento, perigosamente lento, desses povos revoltados: foi à origem da cooperação internacional e da assistência técnica para o desenvolvimento. A O.N.U., por recomendação do Conselho Económico e Social, promovia, pouco depois, o decênio do desenvolvimento – de 1960 a 1970 – durante o qual se devia empreender uma acção coordenada e contínua para que, durante esse decênio, as nações em vias de desenvolvimento pudessem aumentar o seu produto nacional bruto em, pelo menos, 5% por ano, acrescer o rendimento por cabeça de pelo menos 2,50% por ano, e equipararem-se para continuarem a desenvolver-se nos decênios seguintes (CASTRO, 1968. p. 7-8).

A Conferência foi o ponto de partida do surgimento do “terceiromundismo” e do Movimento dos Países não Alinhados, que se propôs a encontrar um caminho de desenvolvimento que se diferenciaria da via capitalista, assim como da socialista soviética (ZULUAGA NIETO, 2006. p. 399, Tradução Nossa)⁷⁹.

Em ambos os casos, os autores retomam de forma panorâmica o impacto, a força e a insegurança gerada pela Conferência de Bandung no cenário internacional. Esta abrangência se dava, a partir de ações que visavam à coexistência pacífica entre as nações, a defesa formal da não interferência nos assuntos internos de cada país, e da importância no incentivo ao

⁷⁹ Do original: “La Conferencia fue el punto de partida del surgimiento del “tercermundismo” y del Movimiento de los No Alineados, que se propuso encontrar una vía de desarrollo que se diferenciara de la senda capitalista así como de la socialista soviética”.

processo de cooperação internacional, como pilares de uma escalada rumo à eliminação completa do colonialismo no mundo.

Além destes fatos, a Conferência de Bandung foi o grande centro de inspiração para um extenso conjunto de conferências afroasiáticas que se seguiram a partir da década de 1950, como o Congresso de Escritores e Artistas Negros (em setembro de 1956), a Conferência de Acra (em abril de 1958), a Conferência Econômica Afro-Asiática do Cairo (em dezembro de 1958), e tantas outras que mesmo em décadas posteriores remetiam-se ao “*espírito de Bandung*”.

Entre todas estas conferências e reuniões existe um laço, visto que cada uma delas é a continuação ou consequência de outra anterior. A do Cairo é a continuação lógica da de Bandung e foi convocada (sobretudo pela iniciativa da U.R.S.S. e do Egito) em nome do ‘espírito de Bandung’. A convocatória da reunião de Acra foi lançada na Conferência do Cairo, sendo também nela tomada a decisão de reunir os partidos da África Oriental e da África Equatorial Francesas e os representantes dos movimentos nacionalistas da África do Norte.

Por outro lado, o vínculo comum a todas estas reuniões é o desejo de independência e soberania dos diferentes países, territórios e regiões nelas representados (BOTZÀRIS, 1959. p. 88).

Estas conferências internacionais que envolviam os continentes da África e da Ásia foram acontecimentos fundamentais no processo diplomático da República Popular da China, pois possibilitaram o envolvimento das delegações chinesas, chefiadas pelo Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, *Zhōu'ēnlái*, em inúmeros eventos oficiais ao longo dos continentes da África e da Ásia.

Nesse sentido, a Conferência de Bandung permitirá aos membros do Partido Comunista Chinês, se inserir de forma mais contundente no âmbito das relações internacionais, envolvendo-se de forma mais direta frente às dificuldades enfrentadas por parte dos grupos independentistas do continente africano e se colocando como um aliado na luta independentista que travavam contra o colonizador europeu.

3.3 O eco das Conferências afroasiáticas sobre as lutas independentistas da África

Seja para a África, quanto para a Ásia, a Conferência de Bandung exerceu enorme influência na leitura feita pelos povos colonizados destes continentes, ao processo secular de exploração colonial promovido pelos europeus. Nesse sentido, Jaime Zuluaga Nieto (2006) irá

argumentar que a Conferência afroasiática pode ser entendida como a base originária de um conjunto de tensões políticas e agitações sociais e atritos culturais que se desencadearam nas décadas posteriores em ambos os continentes.

A perspectiva de Zuluaga Nieto (2006) aponta ainda para o fato de que os esforços de *Bandung* produziram um enorme conjunto de expectativas positivas sobre as mais variadas propostas de luta e reconquista da independência dos povos da África e da Ásia, independentemente de sua participação no evento.

Mesmo envoltos sobre duas grandiosas perspectivas políticas, econômicas e filosóficas que visavam homogeneizar todo o planeta na então chamada Guerra Fria, a Conferência de Bandung constituiu um marco na história mundial, justamente por conseguir promover a bandeira do desenvolvimento dos povos vítimas do processo colonial no mundo, antes mesmo de discutir ou se preocupar em estabelecer modelos ideológicos, caminhos econômicos e/ou esquemas teóricos.

Esta peculiaridade da Conferência de Bandung é para o autor, o ponto central de todo o processo que posteriormente se desencadeou, ou seja, o das lutas pela reconquista da independência e das grandes ondas anticolonialistas que se alastrariam entorno dos grupos independentistas da África e da Ásia, que viriam em décadas posteriores a encurralar definitivamente os antigos e tradicionais métodos de dominação do homem pelo homem.

Não é à toa que ao apresentar os desdobramentos históricos que ocorreram após a existência da Conferência de Bandung, Juan Felipe Benemelis (1986) o irá categorizar como sendo um dos fenômenos históricos de maior envergadura de nosso século:

Sem receio de cairmos no exagero, podemos afirmar que a descolonização afro-asiática, o dismantelamento colonial, ou seja, a vertiginosa ascensão do “Terceiro Mundo”, é o acontecimento político e social de maior importância no nosso século (BENEMELIS, 1986. p. 11).

E de fato, podemos atribuir mesmo grandes feitos políticos econômicos e culturais gerados após o esforço afroasiático de *Bandung*. No plano dos impactos políticos, por exemplo, os esforços empreendidos na Índia por *Javāharlāl Nehrū*, na Birmânia por *U Nu*, na Indonésia por *Ali Sastroamidjojo*, no Sri Lanka por *John Lionel Kotewala* e no Paquistão por *Mohammed Ali*, impulsionaram os ventos do nacionalismo e da esperança sobre as bandeiras das independências sonhadas em ambos os continentes.

A possibilidade do alcance das independências se apresentava cada vez mais próximas e reais, após as quedas dos domínios holandeses, britânicos e franceses ao redor do Oceano

Índico, e dos enfrentamentos bélicos que se seguiam por toda Indochina francesa, o que fez com que se alastrassem pela África do Norte até incendiar todo o continente africano.

Já para Dalila Cabrita Mateus (1999), o esforço empreendido em *Bandung* em meados da década de 1950, corroborou com os esforços já empreendidos em ambos os continentes, possibilitando unidade, volume, eficácia política e ideológica para os movimentos independentistas afroasiáticos, que se multiplicavam e organizavam em torno da ação em toda a África.

A consequência mais significativa para a autora, foi a ocorrida nos últimos meses do ano de 1960, quando por influência da nova maioria de países vinculados a Organização das Nações Unidas, foi possível aprovar a *Resolução 1514* na Assembleia Geral das Nações Unidas⁸⁰, na qual se estabeleceu formalmente que a concessão das independências dos povos coloniais não deve necessariamente obedecer a quaisquer metas ou parâmetros de desenvolvimento nos domínios econômicos, sociais e culturais.

Tais medidas proporcionaram a quebra de qualquer pretexto para adiar a busca pela reconquista pela liberdade dos povos colonizados, e como se sabe, o reconhecimento pressupõe necessariamente a existência de direitos e formas mais eficazes de suas garantias. Além disso, significou a base para o desenvolvimento de teorias científicas, que buscaram posteriormente compreender o movimento dos conflitos sociais e a autodeterminação dos povos, como se pode verificar em obras como a de *Charles Taylor* e *Axel Honneth*, entre outros.

Já para Dilma Katiuska Pires Esteves (2008) o fato de cinco nacionalistas asiáticos, projetarem a Conferência de Colombo, utilizando como sede e estrutura seus próprios países recém-libertados do colonialismo europeu, produziu flancos de esperança aos mais variados países que ainda se encontravam em luta armada contra seus colonizadores.

Para a autora, o ponto fundamental da Conferência de Bandung que incide diretamente sobre os movimentos nacionalistas da África e da Ásia foi a possibilidade de pela primeira vez na História quebrar toda a estrutura bipolar da Guerra Fria que opunha os Estados Unidos da América a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir da criação de uma

⁸⁰ Ainda segundo Dalila Cabrita Mateus (1999, p. 116): “Em 1955, havia em África 5 Estados independentes. De 1959 a 1961 tornaram-se independentes 24 novos Estados. Apenas em 1960, por muitos considerado o ano de África, 17 novos países acederam à independência. Em finais de 1962 já existiam em África 36 Estados independentes, a que correspondiam 87% da superfície e 93% da população do continente. No final de 1960, tinham assento na Assembleia Geral das Nações Unidas 119 países, sendo a África o continente com maior número de representantes: da África eram 35, da Europa 32, da Ásia 27, da América 23 e da Oceânia 2. Os países afro-asiáticos, num total de 62, detinham a maioria absoluta na Assembleia Geral das Nações Unidas, composição que se reflectia nos organismos executivos”.

hipótese que se colocasse em equidistância das duas grandes potências mundiais, solidificando assim os princípios políticos do Não-Alinhamento.

Embora devêssemos ressaltar que, o Não-Alinhamento fez parte de apenas alguns dos países envolvidos na Conferência de Bandung, este, significou a primeira forma de atuação e posicionamento político enquanto grupo, ou bloco, dentro do cenário das relações internacionais, alastrando-se para além das fronteiras continentais da África e da Ásia, gerando impactos em todo o mundo e acirando as tensões no âmbito político e econômico.

Seus impactos resultaram em novas formas de atuação na política externa; nas estratégias complexas que se seguiram na diplomacia; e na gerência cuidadosa de propaganda ideológica nas décadas seguintes para a África e a Ásia. Uma postura até então não colocada em pauta por parte do alto escalão político dos Estados Unidos da América e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Todos estes sopros de esperança, apontados acima, impactaram de forma desigual os movimentos nacionalistas da África e da Ásia, pois o fenômeno independentista não se estruturou de forma homogênea e pré-determinada por um único momento específico da história da humanidade.

Ou seja, este momento específico pelo qual africanos e asiáticos passavam, resultavam em processos heterogêneos de busca pela liberdade, mas que convêm-se estabelecer a década de 1960 como seu ápice (conforme indicam as obras de MATEUS, 1999 e MENDY, 2012). Embora muitos países tenham alcançado suas independências em momentos anteriores e posteriores a esta década.

É preciso tomar de antemão, que embora seja comum adotar o fenômeno da descolonização como um posicionamento eurocêntrico – onde se encontra implícito o ato ou o efeito de abandonar o sistema colonial e autorizar o processo de retomada da liberdade – este constituiu a convergência de inúmeras forças (internas e externas ao continente africano) que combinadas ao latente sentimento de reconquista pela liberdade, culminou em inúmeras formas de revolta contra os Ocidentais:

Depois de ter colonizado, o ‘europeu descoloniza. Era-lhe indispensável manter a iniciativa’, assim se refere Jacques Arnault (*Du colonialisme au socialisme*, Paris, 1966) ao fato de que na palavra *descolonização* está implícita a ‘vontade’ do país colonizador de abrir mão de *seus direitos* adquiridos num determinado momento. Outros autores também vêem aí, na adoção do termo, uma interpretação eurocêntrica da História. Enquanto a colonização resultou de uma ação européia consciente com o objetivo de conquista, a descolonização, como processo, adveio do seu contrário, ou seja, da revolta contra o Ocidente. Ela se apresenta, historicamente, como

produto dos movimentos nacionais, e não como a resultante de uma iniciativa do colonizador (LINHARES, 1993. p. 23).

É tomando por base neste lado oposto da ação intencional de colonização, ou seja, do latente desejo de rompimento colonial e da revolta cega contra os ocidentais, que para Maria Yedda Linhares (1993) a visão do processo de descolonização deve ser apresentada sobre a ótica dos desdobramentos da concepção afrocêntrica e/ou asiocêntrica da História, refutando assim, as formas mais distorcidas da realidade destes povos que a interpretação eurocêntrica nos fornece deste fenômeno.

De uma forma mais cirúrgica e pontual, Juan Felipe Benemelis (1986) define o contexto das lutas independentistas do continente africano e asiático através das seguintes palavras:

O fenômeno independentista é, em primeiro lugar, determinado por um acto de restauração cultural e civilizacional – existencial, tanto ou mais que política. Mais do que um modelo válido de líder político, o dirigente africano e asiático, como figura tradicional, carrega nos ombros a ambição “iluminista” de construir um estado, de revitalizar uma cultura e de definir uma nacionalidade. O que acontece é uma materialização de uma dimensão autêntica das suas origens na luta anti-colonial (BENEMELIS, 1986. p. 12).

Esta responsabilidade que carrega o líder independentista, no caso africano, requebra a nostalgia de se recolocar, para além das fronteiras artificiais (instituídas pela Conferência de Berlim), através de movimentos autóctones que possam reacender o culto de valorização cultural, culinária, linguística, religiosa, filosófica, moral e econômica de todo o continente.

Suas motivações são de cunho cultural, muito mais do que política, o que resulta o acolhimento de perspectivas ideológicas muitas vezes opostas entre si, conseqüentemente, esta miscelânea de ações resultaria em conseqüências e impactos diretos nos mais variados aldeamentos interiores, urbes costeiras e metrópoles do continente africano.

Para Juan Felipe Benemelis (1986) é nesse ponto que reside o grande mal-entendido das principais correntes ideológicas que atingem o continente africano no período, a saber: o *marxismo*, o *maoísmo*, o *trotskismo* e o *castrismo*. Pois, para o autor, na busca cega de angariarem maior influência política no cenário internacional os porta vozes destas grandes correntes ideológicas do período financiaram movimentos independentistas africanos, sendo incapazes de compreenderem as mais variadas particularidades presentes em uma África que já se encontrava em processo de transição não violenta.

Estas grandes correntes de pensamento adentram no continente africano sobre inúmeros pretextos, dados pela contingência dos fatos tumultuosos que se seguiram em plena Guerra Fria, mas, sobretudo porque o fenômeno independentista retrabalha os aspectos da esperança, do desejo e das projeções sociais, fomentando assim inúmeras expectativas de desenvolvimento sobre os povos africanos.

Logo que surgiram os primeiros alvares independentistas, as camadas populares começam a pressionar por soluções materiais imediatas, mas, à exceção de casos muitos específicos, as elites governantes iam então avançando por tentativas, incapazes de enfrentarem toda a magnitude e complexidade dos problemas econômicos e sociais que se lhes deparavam. Pareceram então soluções fáceis as tentadoras teorias marxistas de estatização e as suas utopias desenvolvimentistas, ou a desastrosa campanha para se “libertarem” da divisão internacional “capitalista” do trabalho. Além disso, surgiu a pressão de grupos ultra-esquerdistas para se envolverem na insurreição armada contra poderes constituídos (BENEMELIS, 1986. p. 12).

Não é à toa, que foi na década de 1960 que livros como os de *Frantz Fanon* e *René Dumont*, em algum momento, se propunham a denunciar a postura das elites africanas e seus dirigentes que recentemente reconquistaram as suas independências políticas, mas que transformavam o sonho da liberdade em pesadelos insuportáveis da miséria, falta de perspectiva e fome.

Assim como surgem no período obras como a de Emmanuel John Hevi (1965), que objetivava desvendar em suas experiências, enquanto estudante universitário na República Popular da China, as desvantagens oriundas das grandes estruturas teóricas do bloco socialista para o continente africano, mas, sobretudo, para os ganenses.

Estas denúncias e reflexões feitas a partir das consequências e os problemas surgidos nos países que acabaram de reconquistar a independência nacional chegavam sobre muitas formas sobre os povos africanos de todo o continente, onde “os mais esclarecidos conheciam perfeitamente a experiência desastrosa de alguns novos Estados” (MATEUS, 1999. p. 104).

No âmbito das colônias de língua portuguesa na África, a autora aponta que os primeiros ecos das vitórias alcançadas pelos povos africanos e suas consequências positivas e negativas, passavam pelos estudantes africanos que ingressavam na FRELIMO em Moçambique, no PAIGC em Guiné-Bissau/Cabo-Verde e no MPLA em Angola.

Embora chegassem “análises lúcidas e mesmo advertências sérias quanto aos problemas surgidos nos países que tinham acedido à independência” (MATEUS, 1999. p. 105), o desejo de libertação nacional mobilizou inúmeros agentes que passavam – aberta ou clandestinamente – para a ação em toda a África.

Sem terem providenciado estratégias de transição democrática para as independências africanas, assistiu-se a partir da década de 1960 um conjunto enorme de fenômenos políticos e administrativos que passavam de forma sucessiva de uma administração colonial centralizadora para regimes totalitários e repressivos. Como aponta BENEMELIS (1986), em meio a estes casos houveram pouquíssimos exemplos de que as novas constituições, parlamentos e pluripartidarismos feitos às pressas pudessem resultar em modelos políticos para todo o continente.

Em meio a este complexo quadro é que se dão início às pressões e influências exercidas pelas forças externas do processo de descolonização do continente africano. Americanos, africanos, asiáticos e europeus se estruturaram em uma complexa e extensa rede de apoios, incentivos, contatos, espionagens, diplomacias e estratégias bélicas em um embate caloroso em meio a Guerra Fria.

Nesse período, Portugal dará início a uma mobilização econômica, política e diplomática sobre os vizinhos europeus a fim de angariar cada vez mais aliados euro-norte-americanos para a sua causa colonialista e se solidificar, cada vez mais, com seus domínios ultramarinos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Com isso, irá constituir uma ampla rede de fornecimento de armas, produtos químicos, especialização guerrilheira e informações, espalhadas através de instituições governamentais, empresas de exportação de produtos e agentes secretos nos continentes da América, da Europa e territórios no Oriente Médio.

Uma das grandes possibilidades de movimentação bélica realizada por Portugal ao longo das lutas coloniais em África se deu em função de sua capacidade de estabelecer aliados à sua causa colonialista.

Nesse ponto, surtiu efeito o fato de ser membro cofundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte, *NATO – North Atlantic Treaty Organization*⁸¹, o que possibilitou a aquisição de recursos e materiais belicosos para serem amplamente utilizados em África.

A complacência dos membros da NATO, aparecem para Dalila Cabrita Mateus (1999) principalmente no firme apoio concedido à política colonial portuguesa apresentada pelas administrações governamentais da França e da Alemanha; e sobre as figuras do estadista

⁸¹ Juntamente com mais 11 Estados (Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda e Reino Unido) no ano de 1949, e incorporando até os dias atuais: a Grécia e a Turquia (em 1952), a República Federal da Alemanha (em 1955), a Espanha (em 1982), a Hungria, Polônia e República Tcheca (em 1999), a Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia (em 2004), e por fim, a Albânia e Croácia (em 2009).

francês *Charles André Joseph Marie de Gaulle*, do chanceler alemão *Konrad Hermann Joseph Adenauer* e do Ministro alemão *Franz Josef Strauss*.

A postura apresentada pelos membros aliados da NATO buscava dar conta de estabelecer pleno apoio a postura colonial portuguesa, porém, quando alguns membros do bloco – sobretudo os Estados Unidos da América – manifestavam perante os organismos internacionais um posicionamento contrário à política colonial portuguesa em África, acabavam por utilizar-se de canais informais (como a utilização dos serviços secretos e das amplas redes de informações e comunicação criadas pelas políticas internacionais) para continuar concedendo seu apoio irrestrito ao regime português.

No Conselho de Segurança e nas instancias internacionais, ora votavam a favor de Portugal, ora se abstinham, chegando até a votar contra. Mas forneciam armas, enviavam para Angola conselheiros militares especializados na contra-guerrilha e eram o terceiro investidor nas colónias. Simultaneamente iam apoiando algumas das forças nacionalistas em presença (MATEUS, 1999. p. 142).

Para a autora, os aliados de Portugal concederam armas, aviões, bombas de Napalm, desfolhantes químicos, helicópteros, mísseis, munições e transportes de tropas. Sendo os franceses, responsáveis desde o mês de setembro de 1964 (data da assinatura do acordo franco-português) pelo fornecimento de navios de guerra à armada portuguesa, passando na década seguinte a fornecedor de mísseis *Crotale* e os individuais *Red Eyes*, que eram intermediados por empresas europeias de exportação que buscavam, desde Israel, material de combate terrestre e aviões estadunidenses *F5*.

Enquanto os embaixadores britânicos vendiam armas ao embaixador português *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira*, e os governantes alemães negociavam limites para o fornecimento de armas a Portugal (em 1965), devido ao pavor de serem descobertas em África. Em meio a estes agentes, os Estados Unidos da América, se constituiu, segundo a autora como um dos maiores fornecedores de armas e estrutura bélica à Portugal.

Aviões nos modelos *Fiat G 91* e *Jet Aircraft* seriam enviados a Portugal através da empresa *Mondial Import/Export*, juntamente com grande quantidade de munições e armas *Beretta*. Já os aviões *Boeing 707* e o *Boeing 747* haviam sido enviados para uso exclusivo de deslocamento de tropas, ao passo que caças a jato diurnos como o *Thunderjet*; os bombardeiros especializados em conflitos terrestres como o *Douglas B 26 Invader*; e helicópteros *Beel* (todos de fabricação estadunidense) haviam sido direcionados para uso exclusivo das tropas portuguesas em Moçambique.

Além disto, a autora estima que entre os meses de janeiro a novembro do ano de 1970, os Estados Unidos da América foram responsáveis pelo fornecimento de cerca de 230 000 toneladas de desfolhantes químicos à força aérea portuguesa com o objetivo de destruir as plantações africanas. E instituiu a formação bélica de 2 000 militares da armada portuguesa em técnicas de contrainsurreição em bases de quartéis estadunidenses no Canal do Panamá.

Somam-se a isso, um extenso mapeamento realizado sobre os líderes independentistas de Angola, Guiné-Bissau/Cabo-Verde e Moçambique, que eram sistematicamente cambiadas com as autoridades portuguesas através da PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado.

Esta colaboração era, aliás, antiga: já em 1954, a PIDE enviava para os Serviços Secretos norte-americanos informações de Vasco Cabral e fotocópias da documentação que lhe fora apreendida sobre o Congresso dos Povos para a Paz, em Viena (MATEUS, 1999. p. 142).

Com isso, a PIDE, já obteve conhecimento, através da CIA – *Central Intelligence Agency*, que *Amílcar Lopes Cabral* em sua visita a Moscou em abril de 1970, contactou agentes russos para a obtenção de duas dúzias de foguetões de longo alcance e armas antiaéreas, podendo evidentemente se adiantar militarmente frente às intenções do nacionalista guineense.

Caso semelhante, ocorreu com *Eduardo Chivambo Mondlane*, presidente da FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, que ao embarcar no Aeroporto de *Paris-Orly*, em 26 de abril de 1964, rumo a Moscou, foi flagrado pelo serviço de segurança secreta da França que rapidamente, intercambiou estas informações com o serviço secreto português (MATEUS, 1999).

Entre os países europeus envolvidos no conflito, que apoiavam Portugal em sua empreitada colonial, a exceção ficou por conta dos países nórdicos⁸² – encabeçados pela Suécia e seguido em menor escala pela Dinamarca – que estabeleceram uma postura crítica dentro dos organismos internacionais, denunciando formalmente o processo colonial do regime português e financiando com assistência humanitária inúmeras regiões espalhadas por toda a África Austral.

A oposição sueca – e posteriormente a adesão dos demais países nórdicos – à Portugal e seu envolvimento ativo nos desdobramentos das lutas independentistas do continente africano, possuem origem na década de 1960, altura em que Portugal participava da formação

⁸² Grupo composto por cinco países (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) e seus territórios associados localizados na região da Europa setentrional.

embrionária da Associação Europeia de Comércio Livre, *EFTA – European Free Trade Association*⁸³.

A essa altura, segundo Tor Sellström (2008) a adesão de Portugal enquanto cofundador da EFTA, foi um dos pontos mais debatidos entre os deputados que compunham o Partido Liberal sueco, resultando logo no ano seguinte em um manifesto público arquitetado por influentes grupos de jovens liberais no país, que publicam uma carta aberta ao governo sueco apontando contradições da adesão de Portugal como membro efetivo da EFTA, e consequentemente exigindo a sua expulsão desta recém-criada associação.

Além do mais, a década de 1960, foi para a Suécia o período em que se dará início a formação da opinião pública e da política adotada pelo parlamento sueco frente aos movimentos de libertação nacional no continente africano.

Ao passo que a década seguinte pode ser considerada como o período intervencionista sueco, oferecendo um conjunto de apoios diretos aos movimentos de libertação que culminaram até o período independentista de alguns países da África Austral.

Sendo assim, revistas como a sueca *Svensk Tidskrift*; jornais matutinos como *Dagens Nyheter*, e seu homólogo vespertino *Expressen*; trazem posicionamentos editoriais como os ocorridos no *Stockholms-Tidningen*, *Göran Therborn*, entre outros, foram responsáveis por tematizar as lutas independentistas da África para a Suécia, desmistificando o rótulo de “terroristas” e/ou “comunistas” que os movimentos nacionalistas africanos possuíam na Europa, no período da Guerra Fria (SELLSTRÖM, 2008).

Na Figura 3 a seguir, *Pressens Bild* registra no início da década de 1960, *Anders Ehnmark* e *Bertil Stilling* na fronteira territorial entre o Congo Leopoldville e Angola, estes dois últimos, juntamente com *Sven Hamrell*, *Per Wästberg* e *Sven Öste* publicariam, nos anos seguintes, por volta de cinco obras que apresentariam aos leitores suecos os desdobramentos do conflito angolano.

⁸³ Juntamente com mais 6 países (Austria, Dinamarca, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça) no ano de 1960, e incorporando nas décadas posteriores Liechtenstein e a Islândia. Atualmente a EFTA é composta por quatro países Islândia, Liechtenstein, Suíça e Noruega.

Figura 03 – ANDERS EHNMARK DO “EXPRESSEN” (À DIREITA) E BERTIL STILLING, NA FRONTEIRA ENTRE O CONGO (LEOPOLDVILLE) E ANGOLA, JULHO DE 1961



FONTE: Tor Sellström (2008).

Entre as obras publicadas, três delas buscavam compreender o perfil e atuações dos líderes dos movimentos de libertação em Angola. Este esforço empreendido por intelectuais suecos e da opinião pública são para Tor Sellström (2008) os motivos que fundamentaram a crítica sueca nos organismos internacionais⁸⁴, e a opção do país em participar ativamente oferecendo ajuda humanitária ao MPLA em Angola, a FRELIMO em Moçambique e ao PAIGC em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, na década seguinte.

As ajudas oficiais deram início durante o ano fiscal de 1971-1972 chegando a um volume de quase oito milhões de coroas suecas. Foi neste mesmo período que a comunidade de *Emmaus-Björkå* localizada no sul da Suécia conseguiu mobilizar o envio de 60 toneladas de roupas para o MPLA (o grupo independentista, que segundo o autor, possuía maior clareza dos problemas enfrentados e, conseqüentemente foi o que conseguiu angariar maior volume de fundos suecos para a sua causa libertária). O apoio sueco se estenderia para além do

⁸⁴ Segundo Tor Sellström (2008) o posicionamento de oposição sueco a Portugal nos organismos internacionais se tornou mais acentuado, em meados da década de 1960, momento em que já se haviam difundido as obras de *Anders Ehnmark*, *Per Wästberg*, *Sven Öste*, entre outros. O que resultou em posicionamentos mais firmes dos governantes suecos, dos quais se destacaram as críticas feitas por *Brita Skottsberg Åhman* na Organização das Nações Unidas, onde denunciou o aumento vertiginoso de 220% do orçamento militar português entre os anos de 1961 a 1967 e questionando o porquê, Portugal insistia no projeto de transformar os habitantes de Angola e de Moçambique em portugueses, através de sua política de assimilação.

conflito armado, se tornando um dos grandes aliados dos líderes independentistas da África Austral.

Em meio a este processo de internacionalização do conflito, o Bloco Comunista compôs o terceiro grande pilar da luta independentista do continente africano, que ficou também conhecido pelo termo *apoio externo da luta independentista da África*. Sendo composto por uma aglutinação de forças políticas, econômicas, bélicas e diplomáticas entre a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Cuba e China, o bloco soviético foi por muito tempo, um agente ativo e decisivo ao longo de todo o processo de descolonização e, na sua fase posterior, quando se darão início as tentativas de formação dos Estados nacionais em África.

Com objetivos firmes contra o colonialismo, firmados já no mês de julho de 1920 – altura em que são debatidas as teses de *Vladimir Ilitch Lenin* acerca dos problemas coloniais – com a abertura do II Congresso Mundial da Internacional Comunista (*Komintern*), foi possível estabelecer posições mais claras de atuação que o comunismo soviético tomaria frente ao processo de exploração colonial em África (BOTZÀRIS, 1959).

Mesmo não surtindo grandes resultados com o Congresso dos Povos Orientais de *Baku*, a estratégia soviética buscou utilizar-se da propaganda política como incentivo direto da criação de partidos nacionalistas em África. Além disto, o envio de agentes (muitas vezes disfarçados de conselheiros), dirigentes sindicais, toneladas de armamentos bélicos, treinamentos guerrilheiros e arremessas em dinheiro foi uma constante entre o Bloco Comunista e o continente africano.

A expectativa era a de que estas ações resultassem em inúmeras reivindicações operárias, revoltas populares, e atentados terroristas, ou seja, os soviéticos acreditavam que por meio destas ações estariam preparando, a seleção cuidadosa dos quadros africanos que ao serem incorporados aos partidos comunistas das metrópoles, estariam inevitavelmente lutando a favor da futura revolução comunista.

À URSS interessava angariar aliados para enfraquecer os impérios capitalistas o que proporcionou uma colaboração com as forças nacionalistas das colônias. No período do pós-guerra a URSS inspirou e criou clientes nas áreas coloniais mantendo-os e fornecendo material e treino de guerra (ESTEVES, 2008. p. 62).

Em meados da década de 1950, o Bloco Soviético já dispunha de programas econômicos específicos para angariar influência entre os países subdesenvolvidos, mesmo em regiões muito diversas como as que apresentavam a África e a Ásia. Para Alejandro

Botzàris (1959), ao aceitarem estas ofertas e planos econômicos do Bloco Soviético, os países subdesenvolvidos ratificavam a força e a soberania do Bloco Soviético sobre suas economias, e se beneficiavam de investimentos de inúmeros países ligados ao bloco.

Foi assim que o Afeganistão e a Indonésia puderam se beneficiar com a criação das fábricas de farinhas e as refinarias de açúcar produzidas pela Alemanha Oriental; ou que a Índia conseguia produzir 1 milhão de toneladas de lingotes para a construção, após investimentos soviéticos que giravam em torno de 115 milhões de dólares.

Os chineses somente participarão efetivamente ao lado de Moscou nessa empreitada contra o colonialismo, após a sua independência em 1949. Em quase uma década de atuações em conjunto no mundo subdesenvolvido, chegaram a disponibilizar cerca de 2 000 técnicos do bloco sino-soviético que foram espalhados pelo Egito, Síria e mais dezessete países subdesenvolvidos, que acabaram de reconquistar suas independências (BOTZÀRIS, 1959).

Encarregados de inúmeras funções, como a montagem de maquinários; a gestão dos materiais adquiridos do Bloco Soviético; os treinamentos de tropas nacionais; os deslocamentos de armas portáteis; o uso e a manutenção de aviões; e as estratégias de guerrilha, o Bloco Soviético chegou-se até mesmo a ser responsável pelo envio de especialistas em energia nuclear para países como a Iugoslávia e o Egito (BOTZÀRIS, 1959; ESTEVES, 2008).

Valendo-se de inúmeras estratégias de atuações em África, que duraram até meados da década de 1960⁸⁵, a ruptura sino-soviética começou a se tornar inevitável a partir de um conjunto de orientações políticas e discursivas distintas que tiveram início já na década de 1950, e trouxe como consequência um grande impacto dentro do Terceiro Mundo e da política do Bloco Soviético em África.

Se por um lado a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas mantinha sua estratégia de financiar e coordenar políticas econômicas pela África e pela Ásia, os chineses valiam-se do *maoísmo*⁸⁶, que se utilizava de uma política internacional centrada em bases

⁸⁵ Período em que se concretiza a ruptura das relações sino-soviéticas. Sobre este ponto, fica válido ressaltar que a consequência do conflito com os soviéticos, resultou em isolamento no cenário internacional para a República Popular da China, gerando a necessidade, segundo Zhang Hong-Ming (2004) de fortalecer seus antigos laços sinoafricanos, através de uma política africana da China (pautada no discurso de revitalização dos vínculos afroasiáticos rompidos pelo colonialismo europeu). Não é à toa que Helena Rodrigues (s/d) irá defender a existência do discurso colonial chinês, ao qual *Aomé*n (Macau) desempenharia uma ponte estratégica entre a República Popular da China (em sua porção continental) e os territórios ultramarinos de Portugal em África.

⁸⁶ Pensamento político elaborado por *Mão Zédong*. “O maoísmo preconiza a descolonização em África, a independência nacional, a construção do socialismo como um só processo indivisível. Esta tese, é por sua vez compartilhada pelo castrismo. Não obstante, o núcleo básico do socialismo africano (Nasser, Senghor, Bourguiba, Touré, Nyerere, etc.), especifica a gradual passagem destes estados; e não vai mais além do cunho racionalista agro-comunal, e da sua adaptação à máquina revolucionária (BENEMELIS, 1986. p. 85)”.

raciais terceiro-mundistas. A prioridade de atuação chinesa concentrou esforços inicialmente ao longo da África Ocidental, ao passo que os soviéticos se voltaram para a região norte e leste (BENEMELIS, 1986; ESTEVES, 2008; SILVA, 2007).

Estas diferenças que opunham *Běijīng* à Moscou em África ocasionaram a ruína estratégica da política africana para ambos os agentes.

O interesse da China em apoiar os movimentos de libertação teria estimulado Moscou a demonstrar seu compromisso com a internacionalização da revolução comunista, por meio de um papel mais ativo de apoio aos regimes anti-ocidentais e aos movimentos nacionais de libertação (SILVA, 2007. p. 152).

Foi em meio a esta disputa entre *Nikita Serguêievitch Khrushchov* e *Zhōu'ēnlái/Máo Zédōng*, pela influência política nos movimentos independentistas da África, que o *castrismo* começou a ganhar projeções consideráveis no continente africano. *Fidel Alejandro Castro Ruz*, se lança em África em meio à crise das relações sino-soviéticas que abala todo o Terceiro Mundo. Sua opção pelo alinhamento econômico e militar da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, resulta e determina seus contatos, aliados e ameaças que o *castrismo* enfrentaria diante dos movimentos independentistas e anticoloniais da África.

Enquanto a URSS apoia a industrialização dos países que empreendem a via “não capitalista”, como etapa prévia ao caminho socialista, o *castrismo* introduz um elemento adicional de violência armada, que o possibilita estar a par com a convulsão afro-asiática e desligar-se do socialismo-democrático, de cariz pacifista. Castro propunha para África a tendência estalinista de “forçar” as condições subjectivas e objectivas, e transitar sem rodeios de uma formação pré-capitalista ao socialismo, debaixo duma vanguarda ultra-centralizada.

A posição cubana em África, os seus conceitos a favor da insurreição armada e a sua pretensão neutralista na disputa sino-soviética, parece favorecer os chineses (BENEMELIS, 1986. p. 79).

Um dos principais centros de atuação do *castrismo* será na África francófona, buscando apoios e envolvimento armado nos conflitos que irão se desenvolver na década de 1960 na Costa do Marfim, no Camarões, no Níger, no Senegal. Ao passo que na década seguinte irá englobar atuações de maior envergadura na Argélia, na Etiópia, na Guiné-Conakry, na Líbia, no Egito e no Mali, além de participar de incursões mais incisivas dentro dos domínios coloniais lusitanos como em Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

Somente em Angola, Archie Brown (2011) argumenta que os cubanos foram responsáveis pela contenção ofensiva militar sul-africana em 1987. Em 15 anos deste

envolvimento militar cubano no país, chegou-se a somar cerca de 300 mil combatentes, que ao lado de quase 50 mil civis (divididos entre guerrilheiros e médicos voluntários) dinamizaram a luta pela reconquista da independência em Angola, e seu envolvimento resultou em consequências diretas no processo de reconhecimento da independência em países como o Brasil⁸⁷ (FONSECA, 2009; SILVA, 2007).

A dinâmica colocada por estes três grandes agentes do chamado apoio externo na luta independentista da África, foi capaz de impactar diretamente os caminhos e desfechos do processo de descolonização, em uma das tramas políticas e diplomáticas mais conturbadas da história da humanidade, ao mesmo tempo em que reproduziu os capítulos mais sangrentos da história da liberdade coletiva.

⁸⁷ Com relação ao reconhecimento do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), por parte do governo brasileiro, fica válido ressaltar que as diretrizes da política externa brasileira já apresentavam um conjunto de alterações sob a presidência do general *Ernesto Beckmann Geisel*, como nos casos do voto contrário a decisão da Organização dos Estados Americanos de autorizar a suspensão das sanções econômicas impostas à Cuba em 1964 e a normalização das relações diplomáticas sino-brasileiras dez anos mais tarde. Para Leticia Pinheiro (2007), a política externa brasileira de aproximação com o continente africano, se fez a partir de um conjunto de motivações estratégicas no âmbito econômico e político que embasaram a política brasileira com relação à questão colonial africana, fazendo assim com que reconhecesse politicamente a independência de um governo assumidamente marxista que mantinha estreitas relações com *Fidel Alejandro Castro Ruz*. Segundo Marcia Maro da Silva (2007) esta postura da política externa brasileira com relação ao reconhecimento da independência de Angola resultou um conjunto de descontentamentos entre os membros do governo do general *Ernesto Beckmann Geisel*, sobretudo entre o alto escalão da direita militar mais conservadora, que exigiam internamente esclarecimentos acerca da postura tomada.

Sessão 4

第四章

4. O dragão e os demônios do ocidente

4.1 O apoio chinês nas lutas independentistas da África

O envolvimento da República Popular da China nos conflitos independentistas da África surge como consequência do impacto gerado pela Conferência de Bandung. Esta reaproximação dos chineses em África se fazia estratégica e necessária, uma vez que o Partido Comunista Chinês enfrentava divergências constantes no âmbito internacional, como as insurreições no Tibete, os conflitos fronteiriços com a Índia (acerca das disputas territoriais que envolviam a *Caxemira* e o Paquistão) e as ameaças nucleares com o rompimento das relações sino-soviéticas, que implicavam em um crescente isolamento internacional.

Estes conflitos que os chineses enfrentavam no âmbito das relações internacionais possuem uma origem central, o processo de reconquista de sua independência, que exigiu uma postura firme dos principais membros do partido independentista chinês que acarretou em consequências diretas na política defendida por *Máo Zédōng*, nas décadas posteriores.

Após séculos de domínio colonial, os chineses proclamaram sua independência em primeiro de outubro de 1949, em meio a um entrincheirado processo de guerrilhas e alianças políticas, que resultavam em um sistemático avanço contra as forças invasoras tanto do ocidente, quanto dos vizinhos asiáticos.

Com a possibilidade criada de decisões políticas que visavam única e exclusivamente, a defesa da soberania nacional, o Presidente da República Popular da China, *Máo Zédōng* dá início a um extenso e minucioso projeto de revisão dos tratados e convênios firmados entre o Governo *Guomindang'ista* e os governos de países estrangeiros. Com isso os membros do Partido Comunista Chinês – PCC visavam revogar, reconhecer ou modificar todo e qualquer acordo político, econômico e diplomático feito pela gestão de *Sun Yat-sen* (孙逸仙。 *Sūn Yixiān*) no comando do Partido Nacionalista Chinês – PNC (中國國民黨).

Na prática, esta postura de *Máo Zédōng* visava descartar as relações diplomáticas firmadas com base na tradição e nos costumes da *Velha China*, ignorando assim as relações diplomáticas firmadas pelo Governo *Guomindang'ista* com os países do ocidente; revogar o caráter de oficialidade aos embaixadores chineses nos países estrangeiros, passando a considera-los como cidadãos ordinários no exterior; e restabelecer novas relações

diplomáticas sobre as bases dos Cinco Princípios chineses de Coexistência Pacífica⁸⁸ (ESTEVEVES, 2008; ZHOU, 2004).

Sendo assim, a crise política e ideológica travada entre o Partido Comunista Chinês e o Partido Nacionalista Chinês, após o processo de expulsão dos estrangeiros no país⁸⁹ e a proclamação da República Popular da China, desencadeou impasses políticos, fronteiriços e ideológicos com a República da China⁹⁰, obrigando o governo comunista a adotar uma postura agressiva no âmbito das relações internacionais para não se ver isolada internacionalmente.

Diante deste quadro, a primeira questão crítica a ser enfrentada pelos diplomatas chineses foi o restabelecimento das relações diplomáticas com os mais variados países do mundo, avançando frente à comunidade internacional, sem esquecer as tentativas de enfraquecer, perante a comunidade internacional, a legitimidade do governo de *Táiwān*.

O primeiro país a reconhecer o governo do Partido Comunista Chinês e estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China foi a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Este processo ocorreu já no dia seguinte a proclamação da independência chinesa, mais precisamente, no dia 2 de outubro do ano de 1949.

Poucas semanas depois do ocorrido, *Nikolai Vasilievich Roscin* foi nomeado como sendo o primeiro embaixador soviético na República Popular da China, onde veio a apresentar suas credenciais ao governo chinês e ser recebido por *Máo Zédōng* no dia 16 de outubro daquele mesmo ano, conforme o registro fotográfico feito abaixo.

⁸⁸ Princípio político que orientou as relações internacionais da recém-criada República Popular da China, em que os membros do Partido Comunista Chinês buscavam colocar-se em uma relação de igualdade de negociação no âmbito internacional do comércio e das relações internacionais. Ao entenderem uma desigualdade histórica criada pelo processo de exploração de seu território, os membros do alto escalão do Partido Comunista Chinês só aceitavam restabelecer relações políticas, econômicas e diplomáticas com os demais países, se respeitadas os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a saber: 1) – Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada país; 2) – Não agressão entre os envolvidos na relação bilateral; 3) – Não intervenção nos assuntos internos de cada um dos envolvidos no acordo bilateral; 4) – Igualdade e benefícios mútuos entre os envolvidos; 5) – Coexistência pacífica entre os envolvidos no acordo. A semelhança destes princípios com os que se apresentam com a Conferência de Bandung, se dá por intermédio da influência chinesa nesta conferência como uma das delegações de destaque (ESTEVEVES, 2008).

⁸⁹ Dos alemães em *Shāndōng*, dos japoneses em *Táiwān* e *Liáodōng*, dos portugueses em *Àomén* (também conhecido por Macau), dos ingleses em *Chángjiāng lúyù* (também conhecido por Vale de *Yangzi*), dos Franceses no Sudeste e dos russos nas regiões do Norte do país.

⁹⁰ Também conhecida como *Táiwān*, a República da China possuía, desde o processo de disputa pela independência do país, um apoio direto dos Estados Unidos da América, que não reconheciam internacionalmente a independência proclamada pelo Partido Comunista Chinês e instituiu internacionalmente um amplo cinturão anti-chinês, militarizando diversas regiões da República da China; promovendo golpes de Estado e ditaduras em vários países da África e da Ásia; e instituindo embargos econômicos à República Popular da China (BENEMELIS, 1986; ESTEVEVES, 2008; POMAR, 2003; ZHOU, 2004).

Figura 04 – PRIMEIRO EMBAIXADOR SOVIÉTICO NA CHINA (O SEXTO DA DIREITA, NA PRIMEIRA FILEIRA)



FONTE: Zhou Yihuang (2004).

A partir deste momento, demais membros da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas começam a estabelecer seu reconhecimento diplomático ao governo de *Máo Zédōng* na República Popular da China. Sendo assim, um a um, países como Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Checoslováquia, Coreia do Norte, Hungria, Iugoslávia, Mongólia, Polônia, Romênia e Vietnã do Norte começam a intercambiar embaixadores e compunham a grande maioria da diplomacia chinesa em meados da década de 1950 (ZHOU, 2004).

Como afirma Wladimir Pomar (2003), muito embora a República Popular da China possuísse uma postura clara de orientação de suas relações internacionais, a partir do princípio de Coexistência Pacífica, seus esforços não chegariam a somar o montante de trinta países (a maioria asiáticos e africanos) até meados da década de 1950.

A este respeito, Hong-Ming Zhang (2004) procura argumentar que a crise das relações sino-soviéticas que se estenderam pelas décadas de 1950 e 1960, gerou não somente um quadro de isolamento político, comercial e diplomático da República Popular da China com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas acarretou também em uma possível e real ameaça bélica contra as duas superpotências do contexto bipolar da Guerra Fria.

Diante deste quadro a Conferência de Bandung se torna o grande palco de atuação dos chineses que projetavam nas independências africanas uma estratégia eficaz de atuação no cenário político internacional, ao mesmo tempo em que garantiria o não reconhecimento da República da China por parte das jovens nações africanas (I.I.M., 2009; ZHANG, 2004).

Incumbido desta missão, o Primeiro-Ministro da República Popular da China *Zhōu'ēnlái* se dirigiu até a Indonésia a fim de estabelecer o maior número de contatos e acordos diplomáticos possíveis com as delegações africanas e asiáticas.

O objetivo estratégico da China, não muito diferente dos outros países, consistia em tentar romper com a ordem internacional vigente, desenvolvendo uma nova ordem internacional com base na igualdade entre países grandes e pequenos de acordo com os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Dado este enquadramento, o Professor Adriano Moreira defende que: “*a necessidade e uma nova ordem econômica internacional foi em primeiro lugar exigida pelo Terceiro Mundo, a partir, historicamente, da Conferência de Bandung em 1955*” (ESTEVEVES, 2008. p. 57).

A Conferência de Bandung também significou para os chineses, um espaço privilegiado para angariar novos parceiros e aliados em sua empreitada política e internacional. Foi de fato a primeira vez, após séculos de exploração colonial europeia, que chineses e africanos retomaram projetos em comum, nesse sentido, a delegação diplomática chinesa se colocou frente a líderes políticos dos atuais territórios do Egito, Gana, Líbia, Libéria e Sudão a fim de estabelecer estratégias de atuação e parcerias que fortalecessem os antigos laços sinoafricanos, para além da conferência afroasiática.

A grande variedade e mobilidade de atores com os quais a delegação chinesa pode entrar em contato na Conferência de Bandung se deu em função de uma postura muito comum atualmente no âmbito da diplomacia ocidental, ou seja, o uso das conversas paralelas com os mais distintos países.

No âmbito da diplomacia esta é uma prática comum e considerada como a mais eficaz para atingir um determinado fim, como ficou demonstrado quando o Primeiro-ministro do Ceilão cometeu uma *gaffe* diplomática ao defender publicamente os EUA, Zhou En-Lai foi visto no intervalo a conversar com ele numa tentativa de amenizar as vozes críticas que se insurgiam contra a posição daquele país (ESTEVEVES, 2008. p. 58).

Estas conversas e interesses incomuns acabaram resultando na primeira relação diplomática sinoafricana da Era Moderna, com a assinatura do *Comunicado de Amizade Sino-Egípcio* no dia 30 de maio do ano de 1956, e a partir de então se desenvolveram novos

mercados, acordos e rotas de importação e exportação de produtos até culminarem com a abertura da primeira Embaixada chinesa em África (ZHANG, 2004).

O restabelecimento das relações sinoafricanas, a partir das duas civilizações mais antigas da África e da Ásia, surge como um marco histórico dentro das relações afroasiáticas. Após séculos de rompimento das rotas afroasiáticas, a Conferência de Bandung pode mais uma vez servir de referência na união dos povos afroasiáticos.

Figura 05 – PRIMEIRO-MINISTRO CHINÊS ZHŌU'ĒNLÁI EM VISITA À ESFINGE (1) – 1963



FONTE: Embaixada da República Popular da China na República Árabe do Egito (2014).

A imagem acima é emblemática. Tanto *Gamal Abdel Nasser*, quanto *Zhōu'ēnlái* sabiam que o registro que ratificaria o *Tratado Sinoegípcio* deveria ser realizado aos pés das pirâmides do Egito, justamente por simbolizar a construção mais comum em ambos os continentes, fruto de intenso esforço milenar entre os povos da África e da Ásia.

O abraço das duas civilizações mais antigas de ambos os continentes, resultaram em uma convergência de agendas políticas, que visavam à retomada histórica dos vínculos milenares, fomentados, sobretudo, a partir da Conferência de Bandung.

Entre as negociações sinoegípcias estavam a abertura da primeira Embaixada chinesa no continente africano, evento que ocorre somente no dia 17 de dezembro de 1963, como demonstra a Figura 6 a seguir. Momento em que o Primeiro-Ministro chinês *Zhōu'ēnlái*

aparece ao lado de 67 funcionários chineses (divididos entre 7 mulheres e 60 homens) em uma escadaria que dá acesso a recém-inaugurada Embaixada chinesa.

Figura 06 – PRIMEIRO-MINISTRO CHINÊS ZHŌU'ĒNLÁI EM VISITA À ESFINGE (2) – 1963



FONTE: Embaixada da República Popular da China na República Árabe do Egito (2014).

As Embaixadas da República Popular da China, assim como o quadro de funcionários e diplomatas enviados para o continente africano no período, exerceram um papel estratégico de movimentação política e no intercâmbio de informações sobre a situação política do continente africano. Segundo Juan Felipe Benemelis (1986), diplomatas como *Chen Che Fang* e *Li Tchou Yen*, por exemplo, desempenharam atuações diretas na criação de campos de treinamentos guerrilheiros para africanos e bases de operações ilegais em Uganda; assim como participaram de alianças políticas como a que ocorreu com *Joseph Kiwanuka*, naquele país; financiaram jornais; concederam bolsas de estudos e estabeleceram transmissões de rádio em língua Tutsi, na República Popular da China.

Ao passo que o “Embaixador chinês em Ghana, Huang Hua, ‘mexia os cordelinhos’ em Dahomey, através de Gabriel Lozes, Sourou Mighan Apithy e Justin Ahomadegbe, para desencadear a insurreição em Niger” (BENEMELIS, 1986. p. 98).

Fato é que a estratégia utilizada pelo alto escalão do Partido Comunista Chinês em reconstruir os antigos vínculos sinoafricanos, a partir de um contexto bipolar da Guerra Fria, obteve resultados animadores. Utilizando a Conferência de Bandung como palco privilegiado

destas ações, a República Popular da China já possuía relações diplomáticas com 5 países africanos (Argélia, Egito, Guiné, Marrocos e Sudão) de um total de 9 países que alcançaram suas independências após a conferência afroasiática, mais especificamente entre os anos de 1956 a 1959.

Já entre as décadas de 1960 e 1970, o Partido Comunista Chinês iniciará uma estratégia mais ousada, a de treinar e financiar líderes independentistas por todo o continente africano, além de fornecer equipamentos militares mais robustos e sofisticados para o conflito. A este respeito David Shinn (2008) estipula que os membros do Partido Comunista Chinês foram responsáveis pelo envio de quase 200 milhões de armamentos bélicos, cerca de uma centena tanques de guerra e duas dezenas de veículos blindados, para além de quantidades incalculáveis de caminhões de transporte, peças de artilharia leves, remédios, médicos e drogas para os campos de batalha em toda a África.

Esta proximidade chinesa das lutas pela descolonização nos países africanos e sua identificação com o conflito colonial após a Conferência de Bandung, mas, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970 aparecem de forma pontual em relatórios, artigos e notícias de jornais sobre o contexto e são fundamentais por auxiliarem na abrangência do envolvimento chinês e compreender em que sentido este apoio se baseava.

Sendo assim, nos relatórios realizados na República Popular da China sobre as relações econômicas e históricas dos chineses em África, feitos pelo Instituto Internacional de Macau – IIM (2009), apontam que no período colonial moçambicano, a migração chinesa atingiu a marca de 20 mil imigrantes. Ao passo que trabalhos como os de Eduardo Medeiros (2013) e Lorenzo Macagno (2010), apresentam os centros de recreação desportiva de Moçambique como um dos principais instrumentos de interação social no período.

Já no trabalho Narana Coissoró (2007), o envolvimento chinês nas lutas independentistas da África foi o elemento que possibilitou o enfrentamento da estrutura militar dos países ocidentais em África, se convertendo em uma forma alternativa e eficaz para não se reconhecer *Táiwān* como parte independente da República Popular da China.

Sobre este último ponto, também se pode verificar uma abordagem e defesa semelhante à Narana Coissoró (2007) por parte dos artigos de Helena Rodrigues (s/d), Iraxis Bello (2008) e Maria Gabriela Araújo Diniz (s/d), assim como na obra de Dilma Katiuska Pires Esteves (2008), Wladimir Pomar (2003) e no relatório econômico e histórico das relações sinoafricanas realizado pelo Instituto Internacional de Macau (2009).

Já na reportagem realizada pelo Jornal Tribuna de Macau – JTM (2007) esta relação sinoafricana resultou em uma multiplicidade de vantagens para a República Popular da China; para o Partido Comunista Chinês; assim como para um conjunto de países, partidos políticos e grupos que lutavam contra o colonialismo europeu naquele momento.

Todo esse processo esteve atravessado por uma estratégia agressiva de produção de propaganda militar chinesa que abordava e projetava – nos mais diferentes âmbitos da sociedade chinesa – a vinculação da imagem de *Máo Zédōng* e *Zhōu'ēnlái* aos processos de luta contra hegemonia protagonizada pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América.

Nesse sentido, a obra de Michel Wolf (2011) aponta para o processo de popularização da propaganda política feita pelo Partido Comunista Chinês, através do uso sistemático de cartazes, demonstrando assim sua abrangência em meio à população chinesa.

Os cartazes influenciaram bastante a minha vida, ensinaram-me a abdicar da minha individualidade e a ser fiel a Mao e ao comunismo. Para me sentir mais próxima de Mao, enchi a casa de cartazes. Olhava para ele antes de adormecer, à noite, e logo de manhã, ao acordar. Mal conseguia poupar alguns tostões, ia imediatamente às livrarias comprar novos cartazes de Mao (WOLF, 2011. p.10).

Segundo Michel Wolf (2011), a propaganda política realizada pelo Partido Comunista Chinês esteve dividida dentro de 21 temas⁹¹. Entre as mais expressivas, estiveram as pinturas feitas entre meados dos anos de 1950 até o final dos anos de 1970, apresentando uma crescente evolução de suas tiragens ao longo destas décadas. A título de ilustração, registram-se na obra de Michel Wolf (2011) que no ano de 1957, o Partido Comunista Chinês obteve cerca de 10.000 cópias da propaganda partidária feita pelo artista *Zhāng Yùqīng* (章育青), que retratou a introdução das lâmpadas elétricas no país.

Já no início da década seguinte, mais especificamente no ano de 1962, o mesmo partido produziu cerca de 170.000 cópias de uma única propaganda feita pelo artista *Zhāng Yuèjiàn* (张岳健), que retratou as fartas colheitas das regiões rurais da China. Estes números subiram significativamente na década seguinte, quando em 1974, o Partido Comunista Chinês

⁹¹ The Communist Party; Classes and Class Struggle; Socialism and Communism; War and Peace; Dare to Struggle, Dare to Win; People's War; Leadership of Party Committees; Relations Between the Army and the People; Education and the Training of Troops; Serving the People; Patriotism and Internationalism; Revolutionary Heroism; Building our Country Through; Diligence and Frugality; Methods of Thinking and Methods of Work; Investigation and Study; Youth; Women; Culture and Art; Study; New Year.

produziu cerca de 2.300.000 cópias da propaganda feita pelo artista *Sun Xikun*, que retratou autoridades portuárias de *Xangai* (上海。 *Shànghǎi*) recebendo a visita de *Máo Zédōng*.

Com valores que variavam de 2 a 1.800 *yuan*, a propaganda chinesa sobre o contexto das décadas de 1950 até 1970 foram fundamentais para angariar aliados civis e legitimar internamente os esforços financeiros feitos no exterior pela República Popular da China.

Entre os cartazes apresentados por Michel Wolf (2011), o cartaz a seguir da Figura 7, ilustra os interesses e a tentativa do Partido Comunista Chinês em vincular a imagem de *Máo Zédōng* e os interesses chineses na luta que se desencadeava no continente africano.

Figura 07 – PESSOAS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS



FONTE: Michel Wolf (2011).

Publicado no ano de 1968, e vendido ao preço de 2 *yuan*, a imagem acima vem acompanhada do texto elaborado por *Máo Zédōng*, em língua oficial chinesa, na qual o Grande Timoneiro constrói seu argumento, a partir da junção de elementos característicos do discurso de união e luta dos proletariados ao redor do mundo, proposta por Karl Marx e Friedrich Engels (1987), que são readequados para ganharem abrangência dentro de um país formado por uma população camponesa.

Sendo assim, a propaganda partidária chinesa realçará o argumento de que será somente a partir do processo de internacionalização dos povos, que será possível a eliminação das ameaças externas que impedem a tomada do poder da China pelo povo:

Povos de todo o mundo, uni-vos defendei-vos e derrotai os agressores americanos de todo os seus lacaios! Mostrai coragem, ousai combater sem temer dificuldades e avançai onda após onda. Então o mundo pertencerá aos povos. Todos os poderes ocultos serão totalmente aniquilados. Mao Tsé-Tung (WOLF, 2011. p. 158).

Além disto, o crescente envolvimento chinês em África no contexto das lutas independentistas veio acompanhada de minuciosos registros fotográficos que buscavam veicular a imagem de grandes líderes do Partido Comunista Chinês à membros dos mais altos escalões de países que haviam recentemente conquistado a independência política dos exploradores coloniais europeus, assim como de diversos líderes independentistas do período.

Foi nesse sentido, que *Máo Zédōng* aparece na Figura 8, associado a uma figura de um líder carismático (no mais puro sentido weberiano), de forma a ressaltar todo o esforço chinês de se aproximar dos demais povos da América Latina, da África e da Ásia, no contexto pós-*Bandung*. Ou então quando o mesmo aparece em registros fotográficos da Figura 9 em *Hángzhōu* (杭州) no ano de 1961 ao lado *Kwame Nkrumah*, então Presidente da República de Gana, e uma importante voz dentro da perspectiva ideológica do Pan-africanismo.

O mesmo vale para o Primeiro-Ministro chinês *Zhōu'ēnlái* que aparece na Figura 10 em registros fotográficos no Sudão em janeiro de 1964, ao lado de *Ibrahim Aboud*, então presidente do *Conselho Supremo das Forças Armadas* da República do Sudão. Assim como quando aparece na Figura 11, ao lado de *Ernesto Guevara de la Serna*, membro do Secretariado do Partido Unido da Revolução Socialista⁹², em fevereiro do ano seguinte.

⁹² “As relações da China com Cuba foram inicialmente determinadas pelas aspirações de Pequim em contar com Fidel Castro na sua cruzada anti-soviética, agora que os soviéticos, em desvantagem estratégica a respeito dos ‘Polaris’ e ‘Poseidon’ norte-americanos, contrariam a sua política. Sem dúvida, os chineses viam uma tendência similar de Fidel Castro quanto aos EUA e diferente da soviética” (BENEMELIS, 1986. p. 63).

Figura 08 – O PRESIDENTE MÁO ZÉDŌNG ENTRE AMIGOS DA ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA LATINA EM 1959



FONTE: Fórum de Cooperação Sinoafricano (2015).

Figura 09 – O PRESIDENTE MÁO ZÉDŌNG SE REÚNE COM KWAME NKRUH, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE GANA EM HANGZHOU EM AGOSTO DE 1961



FONTE: Fórum de Cooperação Sinoafricano (2015).

Figura 10 – EM JANEIRO DE 1964, IBRAHIM ABOUD, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA DO SUDÃO EM BANQUETE À VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO CHINÊS ZHŌU'ENLÁI



FONTE: Fórum de Cooperação Sinoafricano (2015).

Figura 11 – ZHŌU'ĒNLÁI DE MÃOS DADAS COM ERNESTO GUEVARA SERNA, MEMBRO VISITANTE DA LIDERANÇA NACIONAL E MEMBRO DO PARTIDO UNIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA EM 08 DE FEVEREIRO DE 1965



FONTE: Notícias do Partido Comunista da República Popular da China (2015).

Estes encontros diplomáticos acima resultaram em um conjunto de ações que visava a criação de infraestruturas, como estradas, pontes, bolsas de estudos, asilos políticos, apoios logísticos, financiamentos bélicos, estruturas hospitalares e treinamentos táticos de guerrilhas que foram realizados em diversos territórios clandestinos espalhados por toda a África e alguns territórios da República Popular da China, como a *Academia Militar de Nanking*.

Para David Shinn (2008), o volume de armamento chinês em locais como a Tanzânia, chegou a representar a marca de 65% de todas as armas envolvidas no conflito ao longo da década de 1960. Além de auxiliarem na formação de exércitos e na estruturação da marinha e da aeronáutica por todo o continente africano. Estas intervenções chinesas eram realizadas a partir de instrutores bélicos (divididos em grupos que variavam de 5 a 112 chineses capacitados em treinamentos de guerra em territórios africanos) que atingiram a marca de 3 mil treinamentos militares de chefia para os líderes dos movimentos de libertação em toda a África. Já na República Popular da China, os treinamentos eram oferecidos a partir de diretrizes impostas pelo governo *maoísta* que orientavam os locais em que eram possíveis a realização de treinamentos e formação aos estrangeiros no país. Entre os locais mais utilizados estavam a *Academia Militar de Nanking*, responsável pela formação e treinamentos de chineses e estrangeiros no país, como se pode ver na Figura 12 a seguir.

Figura 12 – REMAKE DE FOTOS ANTIGAS, MEU PAI AO LADO DO AUDITÓRIO DA ACADEMIA MILITAR DE NANKING EM 1960



FONTE: 春在拂晓的博客 (2016).⁹³

Como bem salienta Juan Felipe Benemelis (1986) os interesses da República Popular da China em África era a de causar um efeito sequencial de acordos diplomáticos com regimes considerados progressistas em África: Argélia, Congo Brazaville, Dahomey, Egito, Gana, Mali, Tanzânia, Zâmbia, etc. As consequências desta política africana da República Popular da China seriam a inquietação de Moscou, que reagem com uma postura agressiva de apoio as independências africanas sem necessariamente estabelecer afinidades e filiações políticas. “Poderia dizer-se que nesta etapa, a União Soviética só tem como objectivo essencial neutralizar em África a política chinesa” (BENEMELIS, 1986. p. 90).

A ampliação de influências diplomáticas, acordos políticos e financiamentos econômicos no continente africano foram uma constante ao longo das lutas pela reconquista da independência de vários países do continente africano. A ruptura das relações sino-soviéticas fez com que a República Popular da China e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas colocassem em curso uma estratégia de apoio político independente de quaisquer orientações políticas e ideológicas dos movimentos independentistas.

⁹³ Disponível em: <http://blog.sina.com.cn/s/blog_81d99a660102vo80.html>. Acesso em: 03/03/2016.

4.2 Entre dragões e palancas negras

De todos os territórios ultramarinos de Portugal em África, Angola era aquele que possuía as melhores infraestruturas portuárias e ferroviárias do continente, com vastas jazidas de diamantes, ferro, manganês, ouro, petróleo e urânio. Além de ter se tornado – ao longo do processo de exploração colonial –, em um dos principais produtores de café do continente africano e possuir uma localização estratégica entre as rotas oceânicas do atlântico sul (BENEMELIS, 1986). Nesse sentido, o processo de descolonização de Angola ocorreu em meio a um emaranhado conjunto de interesses econômicos, políticos e ideológicos, composto por atores dentro e fora do continente africano.

Apesar de serem atribuídos momentos distintos sobre as origens do processo de descolonização de Angola, pode-se atribuir a origem da luta independentista do jugo colonial português, já nos primeiros anos da década de 1960, embora efetivamente se progredisse para a concretização deste processo a partir da queda do regime salazarista, com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. Momento em que militares portugueses de esquerda, estabelecem a negociação da independência de todos os territórios ultramarinos de Portugal.

Será no início da década de 1960 que irá trazer, portanto, os primeiros embates bélicos da guerra civil angolana, quando ocorrem os primeiros choques entre o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola e a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, em *Leopoldville*, a capital da colônia Belga na atual República Democrática do Congo.

O enfrentamento político, ideológico e militar entre estes dois grupos, e posteriormente o envolvimento no conflito por parte da UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, em meados desta mesma década, acabou por provocar um processo de internacionalização do conflito, transformando o território angolano em um palco bélico em pleno conflito da Guerra Fria.

Apesar dos longos anos de confronto militar, em 1974, quando os portugueses concordaram com a independência de Angola, os movimentos de liberação que emergiram do exílio não passavam, do ponto de vista militar, de pequenas unidades de guerrilha, que mal se conheciam e que jamais haviam lutado lado a lado. Um ano mais tarde, quando o MPLA enfrentou as forças combinadas da FNLA e da UNITA, carros blindados, tanques, foguetes e aviões militares estavam em ação na luta pelo poder em Angola, revelando a corrida armamentista que teve em curso antes da declaração da independência (SILVA, 2007. p. 141).

Seja em busca de legitimidade internacional, ou pela busca de estabelecer novos parceiros para se fortalecerem internamente, os três principais e rivais grupos independentistas de Angola protagonizaram a criação de uma complexa rede de auxílios internacionais: o MPLA, de orientação pró soviética, veio a ser amplamente apoiado pelos cubanos, soviéticos e congoleses; ao passo que a FNLA, angariava fundos de locais distintos, mas sobretudo, dos estadunidenses, dos chineses e dos congoleses do Zaire; já a UNITA, obtinha grande parte das ajudas vindas por parte dos chineses e dos zambianos.

Essa miscelânea de agentes externos no conflito angolano se fazia em função de dois aspectos, o primeiro deles, ocorrem a partir de características idiossincráticas dos líderes nacionalistas, e o segundo, o local em que atuavam esses grupos.

Em primeira instância Juan Felipe Benemelis (1986) irá argumentar que a figura do dirigente nacionalista africano, salvo algumas exceções, não estará orientada a adoção imutável de uma concepção ideológica sobre os fenômenos do processo de exploração colonial, das lutas independentistas e a construção dos Estados Nacionais em África. A postura africana nesse contexto seguiu-se a partir de uma inusitada combinação de princípios teóricos, conceitos políticos e religiosos que buscavam a sua maneira, aglutinar elementos religiosos do islamismo às resistências coloniais propostas por *Mahatma Gandhi* em sistemas econômicos muitas vezes de inspiração marxista.

Já no segundo aspecto, Dalila Cabrita Mateus (1999) apresenta que os principais movimentos de libertação das colônias portuguesas tiveram suas origens no ambiente urbano. Para a autora este dado é de fundamental importância para compreender suas orientações e movimentações futuras, pois será em meio ao ambiente urbano das colônias portuguesas que surgirão as pequenas burguesias africanas que receberão os mais duros golpes da segregação colonial ao tentarem emergir socialmente, a partir dos processos de assimilação.

Já pelo lado periférico do ambiente urbano das colônias portuguesas será composto por bolsões de pobreza e miséria de uma camada semiproletária que ocasionava constantes destabilizações do sistema colonial “terá sido, pois, destas camadas sociais, que saíram os primeiros quadros e activistas dos movimentos de libertação nacional” (MATEUS, p. 44).

Olhando também para este processo embrionário, Dilma Katuska Pires Esteves (2008) atribuiu que as orientações políticas, econômicas e ideológicas que seguiriam aos principais grupos independentistas de Angola, estiveram diretamente ligadas a uma relação de localidade e evento histórico, do qual, o terreno histórico ao qual se encontrava o processo de

descolonização de Angola, encontrou ampla simbiose com os movimentos políticos, econômicos e sociais surgidos em outros países.

Sendo assim, o modelo revolucionário soviético, que surge em 1917 e as influências da Revolução Francesa de 1789 serviram de base para a atuação política que *António Agostinho Neto* desempenhou a frente do MPLA. Isto ocorreu para a autora, pois tanto *Josef Vissarionovitch Stalin*, quanto *Vladimir Ilitch Lenin* apostaram que o processo revolucionário surgiria de uma base proletarizada e, portanto, de um ambiente amplamente urbano, o que levou este movimento político angolano se espalhar e conquistar espaços pela capital *Luanda*.

Por outro lado, o modelo revolucionário proposto por *Máo Zédōng* na República Popular da China, em que após séculos de domínio de exploração colonial os agentes principais do desencadeamento do processo Revolucionário surgiriam necessariamente do meio rural, foram amplamente aceitos entre os membros do grupo da UNITA, liderada por *Jonas Malheiro Savimbi* que recebia, durante os anos de 1960, apoio majoritariamente chinês em sua luta anticolonial, ganhando assim, espaços pelo interior de Angola. Na terceira ponta deste conflito, vinha a FNLA sobre o comando *Holden Roberto* que buscava se afirmar no conflito a partir do apoio conquistado tanto dos Estados Unidos da América, quanto da República Popular da China e focalizava suas atuações, sobretudo no norte de Angola.

Os três movimentos de libertação, MPLA, FNLA e UNITA tinham características próprias mas lutavam, nesta fase, por um objectivo comum em diferentes frentes. O apoio que obtiveram da URSS e da China teve diferentes nuances: a estratégia revolucionária marxista-leninista centrava-se nas cidades e tanto Lenine como Estaline apostavam no proletariado urbano para a revolução, daí que o MPLA operasse mais nas zonas urbanas. O modelo soviético, exemplo da Revolução Francesa de 1789 ou os acontecimentos de S. Petersburgo em 1917 repercutia-se na ideologia do MPLA. A estratégia de Mao era mais apropriada aos insurgentes, baseando-se na conquista do campo (o Terceiro Mundo é maioritariamente não urbanizado) que precedia à queda da cidade, onde operava o centralismo colonial (ESTEVEES, 2008. p. 64).

Esses conjuntos de elementos que variam da localidade aos eventos históricos mundiais, passando por uma curiosa justaposição de teorias, conceitos políticos e princípios religiosos farão parte da formação dos três principais e rivais partidos independentistas de Angola, determinando a dinâmica que se seguiu dos apoios externos da luta pela reconquista da independência, mesmo quando os grupos e países financiadores rivalizavam entre si.

No âmbito internacional, essa aglutinação de apoios que rivalizavam entre si, só foi possível, pois como já apontamos anteriormente, com a cisão das relações sino-soviéticas e a

política realizada pelos membros do Partido Comunista Chinês de estabelecer uma crescente e sistemática internacionalização diplomática para esquivar-se de um possível isolamento internacional, desencadeou crescentes incômodos frente ao conjunto de países já envolvidos no conflito angolano; como os cubano, os estadunidenses, os soviéticos e os sul-africanos⁹⁴.

Sendo assim, os primeiros contatos sinoangolanos com vistas a derrubada colonial lusitana no país terão início na década de 1960, momento em que o país africano começa a se estruturar em torno de grupos e partidos políticos que buscavam nos financiamentos e apoios externos, como sendo uma ferramenta fundamental para a concretização de independência angolana (MATEUS, 1999). Nesse sentido, orientações identitárias, linguísticas, políticas, ideológicas e econômicas possibilitaram a estruturação de três grandes partidos políticos que, a partir de realidades e demandas muito específicas projetavam-se como alternativa política e legítima após a reconquista da independência (MATEUS, 1999; SILVA, 2007).

O primeiro dos grupos independentistas que surgiu em Angola foi a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Suas origens datam da década de 1950, quando possuía o nome de UPA – União dos Povos de Angola, sua liderança política era feita por um membro da etnia *Bakongo*, chamado *Holden Roberto*. A UPA buscava, desde suas origens, representar politicamente os povos de língua *Kikongo* que habitavam partes do Congo belga e o norte de Angola, reivindicando sua autonomia política, embora, esta postura tenha sido readequada posteriormente, a fim de defender uma única identidade nacional para Angola.

Apesar do esforço em dar representação nacional à UPA, e posteriormente à FNLA, o matiz tribal sempre acompanhou o movimento de Holden Roberto. Por um lado, a acusação de representar a um grupo tribal, e não a todos os povos de Angola, dificultava a expansão do apoio ao movimento no interior de Angola para além da região norte (SILVA, 2007. p. 144).

Se por um lado, *Holden Roberto* enfrentava dificuldades de movimentação política e ideológica em direção ao sul de Angola, sua projeção internacional a fim de canalizar recursos e apoios financeiros a sua causa nacionalista era facilitada pelo apoio que recebia através da fronteira norte de Angola, ou seja, por parte das autoridades congoleesas.

⁹⁴ O envolvimento político e as intervenções militares destes agentes no processo de reconquista da independência de Angola, resultaram em um conjunto de enfrentamentos militares como a que ocorreu em meados do mês de outubro de 1975 – chamada de *Operação Cartola* –, em que as tropas cubanas interrompem a ofensiva militar sul-africana à capital *Luanda*. Esta e outros embates militares se estenderam para além do processo de reconquista da independência de Angola, resultando em uma guerra civil que se ocorrerá até o ano de 2002, envolvendo outros agentes externos como os britânicos, os alemães orientais e diversos grupos políticos e líderes independentistas de diversas regiões que compõe a África Austral que ofereciam seus apoios ao MPLA, UNITA e FNLA.

Pode-se dizer que por ser o primeiro dos movimentos a se formar a fim de reivindicar a independência de Angola, conseguiu mobilizar-se por mais tempo a fim de canalizar recursos internacionais. Esta movimentação internacional tomada a frente dos demais grupos independentistas de Angola, projetou o movimento político liderado por *Holden Roberto*, foi em função de suas tentativas de diálogos nos mais diversos centros da Europa, América e Ásia, assim como das Conferências Internacionais afroasiáticas que se seguiram ao longo das décadas de 1950 e 1960, que possibilitaram dar início ao processo de internacionalização do conflito angolano.

A consequência dos diálogos internacionais de *Holden Roberto* foi que embora tivesse mais tempo para apresentar seus projetos e seus pontos de vista sobre o processo de descolonização de Angola, estes não se convergiam necessariamente em apoios políticos para a sua causa nacionalista, facilitando muitas vezes, o diálogo entre a comunidade internacional e aqueles a quem combatia. A relação da UPA com os suecos do Partido Social Democrata fez parte deste processo, onde segundo Tor Sellström (2008) foi somente pelas mãos de *Holden Roberto* na Conferência dos Povos Africanos no Gana no ano de 1958, que colocou o governo sueco frente aos movimentos de libertação nacional em Angola.

Na verdade, a revista teórica *Svensk Tidskrift* já tinha apresentado Holden Roberto da UPA como comunista [...] As opiniões do *Svensk Tidskrift* foram-se tornando mais extremas depois dos ataques de Luanda e da revolta no norte do país (SELLSTRÖM, 2008. p. 32).

E o desfecho do contato feito entre os membros da UPA e do Partido Social Democrata sueco resultaram apenas frutos para o MPLA, único grupo independentista de Angola que viria posteriormente se beneficiar de fato de seu apoio sueco.

Já no ano seguinte, em 1959, durante sua viagem aos Estados Unidos da América, a fim de participar da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas, *Holden Roberto*, dará início a um conjunto de contatos que irão, a partir de então, articular importantes fundos de financiamentos entre o governo dos Estados Unidos da América e a FNLA em seus conflitos constantes com o MPLA (SILVA, 2007).

O apoio estadunidense oferecido a *Holden Roberto*, em finais da década de 1950, resultaram em desconfiança por parte das primeiras conversas de apoio vindos da República Popular da China, principalmente no início da década de 1960, quando a UPA inspira um conjunto de ataques, revoltas e assaltos ao longo da região norte de Angola, que provocavam dúvidas a *Máo Zédōng* e *Zhōu'ēnlái*, se de fato apoiariam o FNLA (que já mantinha seus

contatos com os Estados Unidos da América) ou o MPLA (de orientação pró-soviético, com quem também mantinham diálogos amistosos) (BENEMELIS, 1986; SELLSTRÖM, 2008).

O estilo autocrático de Roberto, entretanto, teria sido um entrave a que conseguisse aglutinar um número maior de forças em torno de seu movimento. As dissidências eram constantes e Roberto só aceitava adesões se as antigas estruturas fossem desfeitas e se integrassem à FNLA, sob sua chefia. Roberto não aceitava compartilhar o poder, fato que teria impedido a formação de um único movimento nacionalista angolano (SILVA, 2007. p. 144).

Como forma de ter uma maior atuação para além da fronteira norte de Angola, e romper com as perspectivas de que representava um movimento político de etnia *Bakongo*, e não de uma nacionalidade angolana, *Holden Roberto* dará início em 1961 a uma tentativa de provocar uma maior representação territorial à UPA. Reformulou algumas lideranças da UPA, entre as quais incorpora a figura de um jovem da região sul do país de etnia *Ovimbundu*.

Chamado *Jonas Malheiro Savimbi*, este veio a desempenhar por poucos anos o cargo de Secretário Geral da Organização da FNLA, mais precisamente até o ano de 1963, seu contato com este movimento de independência deu em função de sua passagem em Lisboa como estudante, conhecendo assim os principais líderes da resistência colonial.

Foi somente em meados da década de 1960 que o Partido Comunista Chinês começa a dar início a sua participação no movimento independentista do FNLA, com carregamentos de armas, munições e treinamentos militares que vinham da República Popular da China e de uma base militar chinesa na Argélia, com esta ajuda foi possível intensificar a relação sinoangolana, mesmo pela desconfiança latente que os chineses possuíam do apoio estadunidense ao movimento independentista liderado por *Holden Roberto*.

Tanto *Holden Roberto*, quanto *Jonas Malheiro Savimbi* tiveram contatos mais diretos com os membros do Partido Comunista Chinês já no início da década de 1960, altura em que se buscavam angariar armamentos vindos da República Popular da China.

Em Dezembro de 1963, *Holden Roberto* entrevistava-se com o Marechal sino Chen Yi, em Nairobi, onde consegue a promessa chinesa de armamentos, enquanto Chou en Lai discutia com Ben Bella, nesse mesmo mês, a possibilidade de estabelecer bases de treinos na Argélia, para o MPLA, o UPA de *Holden Roberto* e o PAIGC de Amílcar Cabral. O PAIGC recebeu da China a ajuda necessária para lançar as suas primeiras acções militares, nos princípios de 1963. Desde o início de 1960, membros do PAIGC eram enviados por Amílcar Cabral para receberem treino militar na China, Checoslováquia e Ghana (BENEMELIS, 1986. p. 92).

Em 1963, Holden Roberto da FNLA se encontrou com o Ministro das Relações Exteriores Chen Yi em Nairobi, e a China foi relatada em ter concordado em prover a maior parte de seus armamentos. Do mesmo modo, em 1964, Jonas Savimbi da UNITA se encontrou com Mao Zedong e o Premier Zhou En-lai na China, onde ele recebeu treinamento militar e se tornou um discípulo do maoísmo (CAMPOS e VINES, 2007. p. 2, Tradução Nossa)⁹⁵.

Embora se registre alguns contatos entre o Partido Comunista Chinês e o FNLA já em princípios da década de 1960, Juan Felipe Benemelis (1986) aponta que os períodos em que se podem verificar os maiores auxílios financeiros vindos da República Popular da China ao movimento liderado por *Holden Roberto* aparecem em meados da década seguinte, ou seja, de 1970. Mais precisamente no ano de 1973, momento em que o FNLA obtém um reconhecimento tácito dos principais países ocidentais, dos quais se destacaram a França e os Estados Unidos da América.

Figura 13 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE CHÉN YÌ



FONTE: Downhot (2016).⁹⁶

No mês de dezembro deste mesmo ano, *Holden Roberto* desloca-se até *Běijīng*, onde consegue assegurar o envio de 125 conselheiros militares e quase 500 toneladas de

⁹⁵ In 1963, Holden Roberto of FNLA met with Foreign Minister Chen Yi in Nairobi, and China is reported to have agreed to provide most of their armaments. Likewise, in 1964, Jonas Savimbi of UNITA met with Chairman Mao Zedong and Premier Zhou En-lai in China, where he received military training and became a disciple of Maoism.

⁹⁶ Disponível em: <<http://down1.downhot.com/soft/老人19.jpg>>. Acesso em: 03/03/2016.

equipamento bélico que deslocavam do vizinho Zaire rumo às mãos dos membros do FNLA angolano. Já por volta dos meses de junho e agosto do ano seguinte, o autor aponta que os oficiais militares chineses, sob a orientação da *Academia Militar de Nanking*, formaram em treinamentos táticos de guerrilha 5.000 membros que compunham a frente militar do grupo independentista angolano que *Holden Roberto* liderava (BENEMELIS, 1986).

Segundo Zhou Yihuang (2004) a década de 1960 para os chineses foi marcada, no cenário internacional, por um amplo e sistemático deslocamento diplomático de principalmente três membros do Partido Comunista Chinês, o Presidente da República Popular da China *Máo Zédōng*; do Primeiro-Ministro das Relações Exteriores da China, *Zhōu'ēnlái*; e do Vice Primeiro-Ministro e Chanceler chinês *Chén Yì*.

Figura 14 – PRIMEIRO-MINISTRO CHINÊS ZHŌU'ĒNLÁI É RECEPCIONADO POR MODIBO KAITA, PRESIDENTE DO MALI EM FEVEREIRO DE 1964



FONTE: Zhou Yihuang (2004).

Como os chineses já haviam se consolidado em locais como Argélia, Congo Brazaville, Mali, República da Guiné, Rodésia, Somália e Tanzânia, a partir de uma série de encontros diplomáticos encabeçados pela década de 1960, suas atenções se voltam para as colônias ultramarinas portuguesas em África, para tal empreitada compôs estabelecer inicialmente parcerias com as duas maiores colônias lusitanas do continente, sendo assim, o início dos contatos entre chineses e angolanos da FNLA ocorreram entre 1962 e 1963. Mesmo

período em que os chineses começam a oferecer seu apoio à FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique e a UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique.

Com passagens pelo MPLA nos anos finais de 1950 e pela UPA, até os primeiros anos da década de 1960 (momento em que renuncia ao cargo de Secretário Geral da FNLA), *Jonas Malheiro Savimbi* regressa às matas angolanas no ano de 1966 – após passar cerca de sete anos fora de seu país – com a intenção de criar um movimento independentista anticolonial.

Na verdade, Emídio Fernando (2012) argumenta que *Jonas Malheiro Savimbi* já retorna à Angola com perspectivas muito claras sobre o nome da organização independentista que irá criar, assim como suas principais normas de funcionamento e logística militar.

Inspirado no pensamento *maoísta*, *Jonas Malheiro Savimbi* se formou na República Popular da China em táticas e estratégias militares pela *Academia Militar de Nanking* questão que influenciará na formação do movimento que liderava. Chamada de União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), terá seu foco de atuação baseado nos princípios *maoístas* de luta contra todo o processo de exploração colonial e a defesa da luta revolucionária protagonizada pelo camponês contra o ambiente urbano das colônias produzida pelo explorador europeu.

Além disto, a UNITA irá se estruturar militarmente dentro dos princípios das Regiões Militares, no qual serão criadas diversas unidades guerrilheiras coordenadas e chefiadas por um oficial político-militar.

Militarmente, a UNITA retalha o mapa do Leste de Angola, especialmente em toda a linha de fronteira com a Zâmbia, atingindo parte da fronteira com o Zaire, em seis regiões, simplesmente denominadas ‘Regiões Militares’, cada uma delas chefiada por um coordenador político-militar. Consolida-se assim a criação da UNITA que, no terreno de oposição a Portugal, viria a juntar-se à FNLA, antiga UPA, e ao MPLA. No entanto, logo nos seus primeiros passos, revela-se um terrível e temível adversário para aqueles dois movimentos (FERNANDO, 2012. p. 15).

Essa estruturação ao estilo chinês da UNITA contou com um grupo de 18 dirigentes que darão os primeiros passos para a fundação do movimento independentista entre os dias 11 e 13 de março de 1964⁹⁷, oito deles, também haviam passado por treinamentos táticos de guerrilha na República Popular da China, além disto, após a efetiva criação do movimento, o Partido Comunista Chinês, como era de se esperar, continuou exercendo seu apoio com envio de armamentos, militares e financiamentos.

⁹⁷ Em *Muangai*, província de *Moxico*, região localizada ao leste de Angola.

Figura 15 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE JONAS MALHEIRO SAVIMBI



FONTE: Rubelluspetrinus (2016).⁹⁸

Para Dilma Katiuska Pires Esteves (2008), a influência do pensamento chinês na UNITA estará centrada, principalmente na trajetória de *Jonas Malheiro Savimbi*, em função dos treinamentos que recebeu de guerrilha na *Academia Militar de Nanking* e no período posterior quando foi deslocado para outra região da República Popular da China a fim de conhecer sobre as estratégias e manobras militares.

Para a autora, o diálogo entre *Jonas Malheiro Savimbi* e os militares do Partido Comunista Chinês sempre ocorreram em tom amistoso sobre os temas da política internacional, estratégias militares, gestão partidária, insurreição e o pensamento *maoísta*, não partindo por parte dos chineses a cobrança de colocar em prática os ensinamentos obtidos na República Popular da China, pois caberia a *Jonas Malheiro Savimbi* decidir sobre sua aplicação e viabilidade para a realidade independentista de Angola.

Representando o grupo étnico *Ovimbundu*, localizado no centro-sul de Angola, *Jonas Malheiro Savimbi* buscava desde a fundação da UNITA em 1964, estabelecer contatos e apoios entre o chamado Bloco Comunista, do qual já estabeleceu seus primeiros vínculos com

⁹⁸ Disponível em: <<http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/svimbi2.jpg>>. Acesso em: 03/03/2016.

os partidos comunistas que lideravam governos dos países socialistas, especialmente os do Leste europeu (FERNANDO, 2012).

Sendo assim, viajou ainda em 1964 pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Hungria, República Democrática Alemã e outros países do Leste europeu, a fim de angariar parcerias e financiamentos para o seu movimento independentista, o resultado de suas incursões foi que tanto em Berlim, como em Budapeste, Praga e Moscou, *Jonas Malheiro Savimbi* era constantemente aconselhado a se fundir com o MPLA dirigido por *António Agostinho Neto* ou com a já criada estrutura do FNLA de *Holden Roberto*.

Como ele próprio iria revelar mais tarde, todos os dirigentes, com quem contactara, tentam incorporá-lo no MPLA, prometendo-lhe que iria assumir altos cargos dirigentes. Nos argumentos, alegavam que dois movimentos, a combater os portugueses, seriam suficientes. Mas Savimbi tem outro entendimento e outras pretensões (FERNANDO, 2012. p. 17).

No ano de 1967, *Jonas Malheiro Savimbi* se volta para obter apoio dos países nórdicos, local a que já possuía contatos desde os tempos em que foi estudante universitário na Suíça⁹⁹. Foi em meio a este período que irá ser convidado pelos membros do Partido Social Democrata a se dirigir à Suécia e apresentar seus pontos de vista ao Parlamento daquele país. Embora a UNITA estivesse atrás da FNLA e do MPLA no processo de projeções nacionais e internacionais de sua causa nacionalista, *Jonas Malheiro Savimbi* se tornou, ao menos na Suécia, o primeiro dos líderes independentistas angolanos a apresentar pessoalmente aos membros do Partido Social Democrata da Suécia seus pontos de vista sobre a UNITA, a colonização lusitana na África e seus projetos de reconquista da independência de Angola (SELLSTRÖM, 2008).

Porém, este fato não foi suficiente para converter o apoio dos países nórdicos, encabeçado pela Suécia, em apoio efetivo para a UNITA, pois como já afirmamos anteriormente, será no fim do ano de 1968 que o Parlamento sueco decide oferecer sua ajuda oficial de apoio humanitário e educacional ao MPLA, o único dos três grupos independentistas de Angola que estabeleceu um detalhamento formal sobre suas necessidades.

A decisão de acabar por dar apoio apenas ao MPLA foi, em larga medida, influenciada pela forma como os três movimentos angolanos se apresentaram e às suas necessidades humanitárias. Enquanto a FNLA apresentou pedidos que foram ao mesmo tempo considerados "feitos em

⁹⁹ Segundo Tor Sellström (2008) *Jonas Malheiro Savimbi* veio a Portugal no ano de 1958 como estudante universitário, mas acabou indo para a Suíça em dezembro do ano de 1961, local onde estudou licenciatura no Departamento de Direito e Política Internacional da Universidade de Lausanne.

cima do joelho e com pouca ligação com a realidade” pelo Comité Consultivo sobre Ajuda Humanitária, a UNITA nunca apresentou nenhum pedido formal. Em contraste, o MPLA elaborou listas pormenorizadas das suas necessidades, as quais, por sua vez e para além disso, foram apresentadas e explicadas directamente ao governo sueco pelos líderes do movimento. O primeiro pedido tinha a ver com apoio aos programas educativos e médicos, sobretudo na parte leste de Angola. O pedido foi apresentado por Daniel Chipenda, na altura membro do Comité Orientador do MPLA e responsável pela logística (SELLSTRÖM, 2008. p. 71).

Depois várias incursões sem sucesso, *Jonas Malheiro Savimbi* irá estabelecer contatos efetivos à sua causa independentista com a República Popular da China, que através do Partido Comunista Chinês irá fornecer a grande parte dos armamentos militares e treinamentos militares ao grupo que liderava.

Em termos práticos, ao contrário dos demais movimentos independentistas de Angola que visavam se estruturar pelas regiões urbanas do país, o apoio chinês impulsionou os ideais de angariar populações das áreas rurais a fim de mobilizá-las contra o processo de exploração colonial lusitana em Angola, e os resultados destes esforços aparecerão já em 1968, quando a UNITA vem a se tornar uma das maiores forças armadas dentro do processo de luta anticolonial em Angola.

Dois anos depois, em 1968, a UNITA era a terceira maior força na luta anticolonial em Angola. O fato mais relevante da criação da UNITA foi o impacto que teve sobre os demais movimentos nacionalistas, mudando suas prioridades e a estratégia de luta. Dois meses depois da fundação da UNITA, o MPLA estabeleceu bases guerrilheiras no leste de Angola e a estratégia de exercer pressão política a partir do exterior, a chamada “política do exílio”, cedeu lugar à luta armada, travada em território angolano (SILVA, 2007. p. 150).

Na terceira ponta deste conflito, encontra-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que surgiu apenas no início da década de 1960, com a junção de outros grupos políticos de menor expressão¹⁰⁰. Em meio à década de 1950, começam a surgir um conjunto de novos partidos políticos como o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) e o Movimento para a Independência de Angola (MINA), entre outros, que se fundiram em um único partido político de maior estrutura e possibilidade de ação chamado MPLA. Segundo Marcelo Bittencourt (1997, p. 3) tal aglutinação consistia, portanto, “numa tentativa de alargamento da luta, que facilitaria até mesmo a aproximação de alguns padres”.

¹⁰⁰ Como o PCA – Partido Comunista Angolano; PLUA – Partido da Luta Unida de Angola; MIA – Movimento para Independência de Angola; e o MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola.

Com efeito, foi um período de grande agitação no país sendo marcado pela a criação de diversos partidos políticos e movimentos apaixonados pela possibilidade de colocar fim ao processo colonial instalado há séculos pelos portugueses e a viabilidade de se construir um Estado autônomo. Com isso, diversas formas de associação partidárias foram criadas, mas também grandes dissidências e polarizações foram inevitáveis (MARTINS, 2016. p. 45).

Por se estruturar em meio a grandes aglutinações partidárias, o MPLA encontrava-se sobre a direção de um grupo fundador composto pelos intelectuais *Mario de Andrade*, *Viriato Francisco Clemente da Cruz*, *Lúcio Lara* e *Eduardo dos Santos*. Este grupo fundador se manterá sem alterações até o ano seguinte de sua fundação, ou seja, em 1962, momento em que *António Agostinho Neto*, de etnia *Kimbundu*, se juntou aos membros do MPLA, após ter conseguido fugir da prisão.

Diferentemente dos contatos privilegiados que o FNLA possuía com as autoridades congolezas de *Leopoldville*, conseguindo armamentos e aliados internacionais para reconquistar a independência angolana por meio do conflito armado, o MPLA até os primeiros anos da década de 1960 não dispunha de células guerrilheiras no país, sendo formado principalmente fora de Angola.

De orientação marxista, em função do elevado número de intelectuais de esquerda que aderiram ao movimento independentista e pelos vínculos partidários que os líderes do MPLA possuíam com o Partido Comunista Francês, sua vinculação ao pensamento marxista foi favorecida pelo fato de este movimento independentista ser composto em sua base majoritária por mulatos, o que contribuiu para que os líderes do MPLA adotassem mais favoravelmente a ótica marxista, uma vez que nesta ideologia se privilegiava o conflito de classes, e não os conflitos raciais (SILVA, 2007).

Já nos últimos meses do ano de 1960, os soviéticos estabelecem formas de atuação mais incisivas para o apoio às lutas independentistas, como forma de reter o avanço e os diálogos de *Washington* e *Běijīng* com o MPLA, mesmo período em que

O MPLA enfrentaria profunda divergência entre os grupos de Agostinho Neto e Lúcio Lara, apoiados na altura pelo Congo Brazaville e o grupo de Viriato da Cruz, o qual se uniria ao GRAE de Holden Roberto e receberia a ajuda da China e da Argélia. Embora o MPLA continuasse a manter estreitos laços com Moscovo, ao mudar a sua sede de Brazaville para a Zâmbia começou a ser cortejado pelo Embaixador chinês na Tanzânia, Ho Hing (BENEMELIS, 1986. p. 92).

O favorecimento de *António Agostinho Neto* a frente do MPLA, impulsionou a saída do líder militar do *Daniel Chipenda* e do membro-fundador *Viriato Francisco Clemente da Cruz*. Este último, aliás, recebeu um lugar de destaque em meio aos movimentos independentistas que posteriormente se aglutinaram no MPLA, ministrando aulas sobre o marxismo-leninismo aos demais membros do Partido, e servindo de ponto de “distribuição” de livros didáticos para os membros do PCA.

Além disto, enquanto esteve ligado ao MPLA, *Viriato Francisco Clemente da Cruz* estabeleceu o envio de cartas que denunciavam o processo de exploração colonial em Angola para a imprensa clandestina em países como Angola, Brasil, França e Portugal. Entre as suas publicações teóricas, destacou-se suas cartas enviadas três anos antes da criação do Partido Comunista Angolano, quando destina à *Noémia de Sousa* uma análise sobre os rumos da evolução socioeconômica que projetava para Angola, após a independência (MATEUS, 1999).

Figura 16 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE VIRIATO FRANCISCO CLEMENTE DA CRUZ



FONTE: Pitigrilli (2016).¹⁰¹

¹⁰¹ Disponível em: <<http://angola-luanda-pitigrili.com/wp-content/uploads/2010/09/viratiro.jpg>>. Acesso em: 03/03/2016.

Seu envolvimento junto à grupos independentistas de Angola resultaram em uma rigorosa vigilância por parte da PIDE – Política Internacional e de Defesa do Estado, por ser considerado um agente comunista declarado, o que obriga a se refugiar em países europeus e asiáticos, tendo assim passagens em Lisboa, onde passou alguns dias na casa de Amílcar Cabral em 1957.

Em Lisboa, Viriato da Cruz vê frustrada a sua intenção de encontrar dirigentes cimeiros do PCP, a fim de conseguir reconhecimento do seu projecto político, a formação do Partido Comunista Angolano. Parte então para Paris, provavelmente em outubro de 1957, onde é acolhido durante algum tempo em casa de Mário de Andrade (ROCHA, 2009).

A partir de então, passou por curtos períodos por países europeus até se fixar na República Popular da China, onde faleceu alguns anos antes da independência de Angola, mais precisamente no dia de 13 de junho do ano de 1973. Embora tenha apresentado pouca movimentação e atuações políticas nos processos de reconquista da independência angolana, desde que se exilou na República Popular da China, *Viriato Francisco Clemente da Cruz* havia chamado a atenção dos chineses que prontamente lhe ofereceram exílio político.

Sua passagem pela República Popular da China ocorreu em um período de grande agitação política causada pela Revolução Cultural de *Máo Zédōng*, fazendo assim com que o Partido Comunista Chinês buscasse em *Viriato Francisco Clemente da Cruz* mais uma ponte que fosse capaz de aproximar os chineses das causas anticoloniais na África portuguesa, para tal, um exilado político de orientação de esquerda e com bagagem crítica aos aliados de Portugal, estaria muito mais apto a se aproximar das concepções ideológicas do *maoísmo*, podendo então fortalecer o elo ao qual os chineses se apoiavam para se legitimarem por todo o continente africano.

No plano externo, o discurso proferido pelo MPLA a fim de angariar fundos que possibilitassem fazer frente aos investimentos já adquiridos pela FNLA, estiveram divididos entre o discurso anticomunista proferidos até meados da década de 1960 e os discursos tipicamente de esquerda proferidos a partir de 1964.

Seguindo os caminhos já iniciados por *Holden Roberto*, os líderes do MPLA buscavam, com base em um discurso anticomunista, angariar armamentos, treinamentos técnicos e estruturas vindas dos Estados Unidos da América, porém a busca por obter maior apoio a sua causa independentista, não surtiu muitos frutos, pelo fato de que os estadunidenses já viam no discurso de *Holden Roberto* uma possibilidade real de neutralizar a influência soviética no país.

Foi então que a partir do ano de 1964 que o discurso proferido pelos líderes do MPLA irá assumir um caráter de esquerda, e se vinculando com as orientações e estruturas militares da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, permitindo assim gozar de um maior investimento e estrutura que já existiam em outros países africanos independentes que se mantinham apoiados por Moscou, a partir de então, mas sobretudo a partir da década de 1970, o MPLA dará início a uma ofensiva bélica apoiado e mantido por operações militares cujo apoio chegava via Argélia, Tanzânia, Zâmbia e da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (BENEMELIS, 1986).

Ao longo deste período, o MPLA se tornará o segundo maior aliado soviético, o mais importante da região, superado apenas pelo Congresso Nacional Africano (CNA) da África do Sul (BROWN, 2011). Além disto, outro grande aliado do MPLA que se encontrava sobre a liderança de *António Agostinho Neto* era o envolvimento cubano em Angola, os envios de armamentos, tropas e treinamentos ora enviados por Cuba, ora em parceria com os soviéticos, proporcionaram o controle da capital *Luanda* por parte do MPLA, evitando assim que tanto o FNLA, quanto a UNITA se apoderassem do controle da capital angolana.

Segundo Archie Brown (2011), o volume das ajudas econômicas, assim como a qualidade dos equipamentos militares que os soviéticos disponibilizavam em Angola já impressionavam *António Agostinho Neto*, quando obtém de *Fidel Alejandro Castro Ruz*, tropas guerrilheiras em quantidades superiores aos fornecidos até então seja pelos chineses, e pelos soviéticos.

A década de 1970 em Angola irá representar um intenso estímulo de recursos financeiros e bélicos para o país, seja por parte dos Estados Unidos da América (aumentando seus financiamentos aos principais opositores do MPLA), pelos aliados cubano-soviéticos e pelos chineses.

Quando os soldados cubanos, na maioria de ascendência africana, ajudaram o MPLA a derrotar as forças sul-africanas mais bem armadas, isso representou um importante impulso ao ânimo do CNA na África do Sul. O MPLA se tornou o grupo dominante e, no fim de 1975, as tropas cubanas impediram o avanço de vários milhares de soldados sul-africanos. A Organização da Unidade Africana reconheceu oficialmente o governo de Neto em 1976, e um ano depois, o MPLA declarou ser um partido marxista-leninista (BROWN, 2011. p. 430 - 431).

O apoio cubano para o MPLA foi de fundamental importância não só para conter as invasões vindas da África do Sul, mas também para conferir ao MPLA sua aparente autonomia de poder em um período de grandes agitações e tumultos. O envolvimento cubano

em Angola irá se estender até o final da década de 1980, quando é assinado na Organização das Nações Unidas o acordo de paz no sudoeste da África, momento em que Angola já atingiria a marca de 55 mil soldados cubanos em atividades no país (BROWN, 2011).

Sendo assim, por vias de um amplo apoio encabeçado por soviéticos e cubanos e em menor escala por chineses, permitiu a *António Agostinho Neto*, sob a liderança do MPLA, proclamar, diante da presença de militares angolanos e representantes de alguns países, o surgimento, daquele que seria o 47º Estado independente de África, a República de Angola no dia 11 de novembro de 1975.

Embora a República Popular da China tenha feito parte destes acontecimentos que culminaram na reconquista da independência de Angola, chegando a estabelecer algumas ajudas e cortejos aos membros do MPLA, com o desfecho do controle de *Luanda* pelas mãos de *António Agostinho Neto*, as relações com o Partido Comunista Chinês foram rompidas, no momento em que as forças aliadas do MPLA descobrem a ajuda indiscriminada dos chineses aos três principais e rivais grupos independentistas de Angola.

A retomada dos contatos diplomáticos entre os membros do MPLA e do Partido Comunista Chinês somente ocorrerá em 1980, cinco anos após a proclamação da independência de Angola, em meio aos desdobramentos que se seguiram a guerra civil angolana, como podem ser observadas nos trabalhos realizados por Maxwell Martins (2013, 2014a, 2016). A partir de então suas relações políticas e diplomáticas seguirão em meio a acordos comerciais, laços diplomáticos e cooperações culturais entre os dois países, dos quais seguirão visitas de chefes de Estado (como a ocorrida nos últimos meses de 1988, quando o Presidente *José Eduardo dos Santos* visita à China), e a adesão de Angola a um amplo sistema de apoio econômico para as reconstruções dos países africanos chamado de *Forum on China-Africa Cooperation* – FOCAC, no ano de 2002 (ANGOLA–CHINA, 2010; MARTINS, 2016).

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho de Dissertação de Mestrado realizamos uma pesquisa inédita, fazendo um levantamento amplo e pioneiro, sendo um desafiador e instigante tema dentro das Ciências Sociais no Brasil, a proposta ao qual perseguimos aqui foi a de nos deparar com este complexo emaranhado de encontros, desencontros, rupturas e reencontros protagonizados pelos povos afroasiáticos ao longo dos séculos.

A empreitada de realizar este mapeamento das relações afroasiáticas ao longo dos séculos chega ao fim como um registro inédito dentro das Ciências Sociais brasileira. Semelhante a coragem, a seriedade, o foco e a persistência com que os *Bodhisattvas da Terra* enfrentam *Os Últimos Dias da Lei* no budismo *Mahāyāna*, realizei um dos maiores desafios pessoais desta minha presente existência, no sentido de tecer elementos e estruturar uma base sólida de informações acerca dos vínculos afroasiáticos, mas sobretudo os sinoafricanos.

Assim como pude afirmar anteriormente em meu Trabalho de Conclusão de Curso¹⁰², a elaboração de tanto esforço pessoal somente encontrará sentido, a partir do momento em que o tema das relações afroasiáticas deixará de ser um monólogo, dentro das Ciências Sociais de meu país, a fim de se convergir em um amplo conjunto de perspectivas acerca desta dinâmica afroasiática, seja ela dotada de movimentos opostos (como a presença de africanos na Ásia, ou na República Popular da China no período ao qual nos dedicamos aqui), ou até mesmo com propostas que visam aprofundar e enriquecer este trabalho de Dissertação de Mestrado.

Seja como for, esta Dissertação de Mestrado se propõem a auxiliar na elaboração de futuras obras sobre o tema das relações afro-orientais, seja pela elaboração do tema proposto, seja pelos posicionamentos algumas vezes tomados nesta obra, ou até mesmo pelo amplo conjunto da bibliografia disponíveis aqui, que direta ou indiretamente auxiliarão novas investigações dentro e fora das Ciências Sociais no Brasil sobre as relações estabelecidas entre os povos da África e da Ásia ao longo dos séculos.

Além disto, chegamos ao final da elaboração desta Dissertação de Mestrado com a convicção de que esta base de informações que realizei, auxiliará uma melhor compreensão do processo de emergência, no âmbito internacional, da República Popular da China, principalmente no que diz respeito ao seu envolvimento contínuo e sistemático com a República de Angola e por extensão diversos países que compõem o continente africano.

¹⁰² Ver Maxwell Martins (2016) – A China em África: entre a Cooperação e o Neocolonialismo em Angola.

Se por um lado, a presente Dissertação de Mestrado não abarcou as relações mais contemporâneas deste fenômeno sinoafricano, por outro, possibilita compreender que este processo é parte integrante de uma relação muito mais complexa e milenar do que se possa imaginar a primeira vista, contrariando assim algumas obras, como as de BENEMELIS, 1986; CAMPOS e VINES, 2007; DINIZ, s/d; ESTEVES, 2008; FERNANDO, 2012; FREYRE, 2011; MACÁRIOS, 2011; MEDEIROS, 2013; MENEZES, 2012; SHINN, 2008; SHU, 2005; ZHOU, 2004, entre outros, que não levam em consideração em suas análises o extenso processo histórico de relacionamento civilizacional existente entre os povos da África e da Ásia.

Em outras palavras, embora acredito que seja indiscutível algumas de suas contribuições, estas obras recorrem ao erro ordinário de se proporem a compreender fenômenos contemporâneos – sejam da África ou da Ásia – sem que se façam partes de suas análises o milenar processo de relacionamento afroasiático, pois como já salientava Jean Chesneaux (1977), a África e a Ásia são continentes milenares, dos quais, objetivar sua compreensão olhando apenas para os desdobramentos que se seguiram com o processo de exploração colonial europeu, é estar inevitavelmente fadado ao erro analítico.

Um exemplo disto fez parte das análises que compõem o meu Trabalho de Conclusão de Curso, quando afirmei que o “ofuscamento deste papel desempenhado pela República Popular da China em África decorre por diversas razões, mas acreditamos que entre as mais distintas, pode-se sintetizá-las a partir de três pontos” (MARTINS, 2016. p. 36).

A primeira delas decorre de uma *vocação autista* e desconectada do processo histórico de outros locais da terra, até o envolvimento das potências de exploração colonial europeia na Ásia; a segunda em função da insistência de se comparar o incomparável: a pluralidade humana e suas formas de organização social; e em terceiro lugar, a união destas duas perspectivas que juntas, são capazes de ofuscar o papel de destaque que a Conferência de Bandung exerceu para a reaproximação dos chineses no curso do desenvolvimento histórico do continente africano.

Ciente dos desafios expostos acima, a nossa proposta nesta Dissertação de Mestrado foi a de investigar, registrar e compreender este complexo e multifacetado encontro civilizatório de dois dos continentes mais antigos de nosso planeta: as relações afroasiáticas, buscando compreender como as suas atuações e articulações em conjunto, puderam efetivamente se colocar, como oposição ao processo de exploração colonial realizada pelos

povos euro-ocidentais, para posteriormente, compreender em que medida estiveram presentes nos processos de reconquista da independência.

Por se tratar de um tema muito amplo e complexo como o processo de exploração colonial dos continentes da África e da Ásia, e principalmente pelo fato de que em ambos os continentes se podem encontrar um amplo emaranhado de povos, línguas, culturas, religiões, filosofias e etnias, a busca por estabelecer um recorte que pudesse ser significativo para todo esse processo, era uma questão inevitável.

Sendo assim, optamos pela compreensão deste fenômeno a partir da análise da participação e o envolvimento da República Popular da China nos processos de descolonização e reconquista da independência de Angola. Buscou-se, portanto, compreender quais os caminhos encontrados, não sendo necessariamente os de cunho formal, que pudessem efetivamente contribuir com o processo de reconquista da independência dos povos de Angola. Além disto, a construção deste trabalho de Dissertação de Mestrado buscou agregar os fatores acima dentro de uma perspectiva ainda pouco explorada sobre os processos de descolonização africana, ou seja, a partir da perspectiva de transformação histórica e evolução política dos povos colonizados, focando assim, a participação efetiva do chamado apoio externo na luta independentista de Angola.

Por se tratarem de dois continentes milenares, a tarefa de apresentar um contexto extenso, que abarcasse a uma dimensão para além do conflito de reconquista da independência dos povos de Angola (CHESNEAUX, 1977), se torna um complicador a mais para o trabalho, do qual tivemos que estruturar a divisão desta Dissertação de Mestrado em três sessões, acreditando com esta medida abarcar, agrupar e distinguir grandes momentos distintos e contextos tumultuosos, que compõem parte desta dinâmica histórica, política e cultural afroasiática e sinoafricana.

Nesse sentido ao longo de toda a nossa primeira sessão, buscamos apontar, o que se pode compreender até o momento como sendo as origens que permeiam as relações afroasiáticas, demonstrando assim que há milênios, as mais variadas populações dos continentes da África e da Ásia – mas principalmente os povos que se encontravam localizados sobre a costa leste africana e os povos localizados na costa oeste da Ásia – estão em continuo fluxo de encontros, desencontros e reencontros.

Toda esta dinâmica, como afirmamos anteriormente, da qual se podem verificar até no presente momento, encontra-se estruturada a partir do estabelecimento de um amplo domínio das condições climáticas destas regiões, o que possibilitou o surgimento de rotas marítimas e

terrestres, protagonizando assim intensos e contínuos deslocamentos humanos, fluxos migratórios e trocas comerciais ao longo dos séculos.

Esse intenso deslocamento afroasiático, que foi chamado por Claude Lévi-Strauss (2000) de “obra comum da África e da Ásia”, foi à mola propulsora capaz de intercambiar entre os povos da África e da Ásia um extenso conjunto de técnicas agrícolas, símbolos culturais, esquemas religiosos, estruturas linguísticas e organizações sociais.

Em função destes acontecimentos, sugerimos que foi em função do deslocamento de populações africanas para o continente asiático (nas mais diversas épocas) que grandes civilizações (como a do Vale do Indo) e grandes impérios (como os da China e o de *Angkor*), puderam efetivamente desenvolver.

Isto pelo fato de que a influência cultural africana na Ásia, já vem aparecendo em elementos religiosos (tanto na Índia, com o hinduísmo, quanto no Japão com o Buda Negro da cidade de *Nara*) e arquitetônicos como no caso das pirâmides asiáticas. Isso justifica então, a existência de populações negras na Ásia (como dos *Dalits* na Índia; os *Orang Asli*, os *Semang* e os *Sng'oi* na Malásia; os *Ainu* no Japão; os *Aetas* nas Filipinas; e os *Negritos* do extremo sul da China à Cochinchina), que desde o seu povoamento até os dias atuais, compõem parte constituinte do continente asiático.

Já na China, as primeiras populações africanas somente chegavam sobre a condição de escravizados, vindos principalmente das regiões da Etiópia, *Nubia* e Sudão, após extensos deslocamentos terrestres e marítimos sobre a rede de comércio internacional criada por populações muçulmanas na região. Ao chegarem à China, recebiam inúmeros cargos sociais, dentro e fora da corte imperial chinesa, sendo identificados pelo termo chinês *Kunlun*.

Em função destes contatos, surgiram inúmeros esforços chineses de compreensão e diálogos, dentro da China imperial, seja por parte do deslocamento de artistas, monges, linguistas ou historiadores, que a serviço da corte imperial chinesa, deram início a representação do negro escravizado na China.

Estes primeiros contatos foram dinamizados com o acelerado processo de transformação dos meios de navegação chineses, que agora, ancorados em um domínio mais preciso sobre a astronomia e os cálculos matemáticos, conseguiam se deslocar através do domínio das monções no Oceano Índico, a fim de estabelecerem o comércio de objetos, pessoas, signos e símbolos. Estas trocas sinoafricanas farão parte constituinte de todo o processo de relacionamento sinoafricano a partir de então (MARTINS, 2016).

Entre as navegações chinesas na costa leste do continente africano, destacaram-se nesta Dissertação de Mestrado, as viagens protagonizadas ao longo do século XV, período em que o imperador chinês *Zhū Dì* deu início a um conjunto de investimentos no império chinês, recrutando almirantes e marujos que o representariam em sua empreitada comercial pelo continente africano e outras regiões da Ásia, da Oceania e do Oriente Médio.

Além disto, foi neste período em que se deram a abertura das escolas de ensino de idiomas estrangeiros (a fim de auxiliarem as viagens realizadas) e as elaborações dos mapas geográficos sobre o mundo até então conhecido.

Já ao longo de toda a nossa segunda sessão, buscamos apontar, que toda a dinâmica construída, ao longo dos séculos, entre os povos da África e da Ásia, principalmente aqueles localizados na porção leste da costa africana e aqueles localizados na porção oeste da costa asiática, foram rompidos com a emergência do século XV, e o desdobramento do processo de exploração colonial protagonizado pelos povos euro-ocidentais.

Em ambos os continentes, esse período foi marcado por um conjunto de feitorias, invasões, usurpações e domínio sobre os recursos naturais e a transformação destas populações em mercadorias. O foco do projeto de exploração colonial europeia na África e na Ásia esteve embasado na busca pela exploração de matérias primas e o monopólio de redes e rotas comerciais de produtos que populações africanas e asiáticas detinham naquele momento.

Muito mais do que o rompimento de rotas milenares, o processo de exploração euro-ocidental nos continentes da África e da Ásia, produziu uma forte relação bilateral entre a metrópole europeia e a colônia, seja ela na africana ou na asiática.

Sendo assim, após o rompimento das relações afroasiáticas, surge então nos continentes da África e da Ásia, alguns esforços a partir de movimentos distintos que buscavam, cada um a seu modo, estabelecer o fim do processo colonial. No continente africano estes avanços culminaram com a abertura do Movimento Pan-africano que visava estabelecer diálogos acerca do processo colonial nas metrópoles coloniais. Já no continente asiático a experiência de guerras na descolonização, acarretou em um conjunto apoios aos grupos e nações independentes do período.

Este processo tomará outros rumos a partir das primeiras décadas do século XX, momento em que se iniciará a abertura de um conjunto de Conferências Internacionais sobre o processo de exploração colonial europeia. Nesse ponto, sugerimos que apesar de todo o esforço dos grupos e partidos políticos na luta pelo fim do processo de exploração colonial, foi somente a partir do entrelaçamento dessas experiências e da luta em comum entre os

povos da Ásia e da África, protagonizada pela abertura da Conferência afroasiática de Bandung, é que se pode finalmente estabelecer o fim do processo colonial.

Já ao longo de toda a nossa terceira sessão, buscamos apontar, que parte dos desdobramentos ocorridos após a Conferência afroasiática de Bandung, foi que pela primeira vez, desde o rompimento das relações sinoafricanas que a República Popular da China pode estabelecer os primeiros contatos um conjunto de países africanos que objetivavam lutar contra o processo de exploração colonial europeu.

Para o Partido Comunista Chinês, a reaproximação com as lutas independentistas do continente africano, era estratégica e indispensável para evitar um possível isolamento internacional na Guerra Fria. Isto pelo fato de que os chineses enfrentavam, no âmbito internacional, uma lista de grandes e complexos conflitos internacionais como insurreições no Tibete, conflitos fronteiriços com a Índia, ameaças nucleares, embargos comerciais e divergências políticas com a República da China e o Partido Nacionalista Chinês.

Todas estas questões trouxeram para a recém-criada República Popular da China um potencial isolamento internacional, principalmente após os eventos ocorridos em meados da década de 1960, momento em que se acirram as rivalidades com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, após a crise das relações sino-soviéticas. Nesse período, os chineses passavam a ter como ameaças internacionais os Estados Unidos da América, a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República da China, buscando nas independências africanas uma possibilidade de reconstruir seu envolvimento diplomático após a fundação da República Popular da China.

Foi em função dessa inserção internacional que os três homens fortes do Partido Comunista Chinês, *Máo Zédōng*, *Zhōu'ēnlái* e *Chén Yì*, irão recorrer a financiamentos, apoios políticos internacionais, treinamentos táticos de guerrilhas e grandes arremessas de armamentos, tanques de guerra, munições, barcos, remédios e drogas para os mais diversos conflitos africanos em torno do processo de descolonização e reconquista da independência.

Este momento representará o primeiro esforço afroasiático a fim de recolocar africanos e asiáticos em torno de uma luta conjunta contra o processo de exploração colonial europeu. O esforço sinoafricano se estenderá inicialmente aos atuais territórios do Egito, Gana, Líbia, Libéria e Sudão, se ampliando a partir de então em uma extensa rede de colaborações e estratégias conjuntas por todos os lados do continente africano.

Através das Embaixadas da República Popular da China, em diversos territórios do continente africano, e da atuação de seu quadro de funcionário e diplomatas, foi possível

estabelecer aliados africanos e alas partidárias pró-*maoístas* que obtinham do Partido Comunista Chinês, centros de treinamentos de guerrilheiros, bases de operações, financiamentos econômicos, base logística, armamentos bélicos e estrutura jornalista para regiões como Egito, Níger, Rodésia, Uganda, entre outros.

Estes apoios chegarão a Angola, assim como em Moçambique quase que simultaneamente (em função de serem as duas maiores colônias lusitanas em África), e se estenderão até os dias atuais, sobre condições distintas, principalmente após a emergência de uma Nova Ordem Mundial.

No caso angolano, o apoio chinês fará parte de todo o período de formação dos principais grupos independentistas do país, sendo, portanto, um dos países principais no processo de militarização dos grupos independentistas de Angola e na internacionalização dos conflitos no período da Guerra Fria.

Este envolvimento chinês em Angola encontrou um elemento facilitador quando no início da década de 1960, os angolanos buscam estabelecer novos parceiros para se fortalecerem internamente dando origem a uma procura por legitimar internacionalmente sua causa independentista. Sendo assim, tanto o FNLA, quanto o MPLA e a UNITA irão se voltar para um conjunto de países localizados dentro e fora do continente africano, afim de buscarem apoios, financiamentos e estratégias do qual encontrarão na República Popular da China um conjunto de estruturas que possibilitará dinamizar o processo de descolonização de Angola.

Nesse sentido, os chineses estiveram participando, em graus de influência muito distinto, dos três principais e rivais grupos independentistas de Angola, o que indica um grau de influência polivalente, capaz de se adequar a diversos contextos e causas distintas dentro dos grupos independentistas de Angola.

No MPLA, por exemplo, por mais que já apresentassem laços estreitos com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e com o pensamento *castristas*, chegando a receber grande parte de todo o armamento e militares envolvidos nestes grupos, a República Popular da China, através de seu embaixador na Tanzânia, chamado de *Ho Hing*, foi responsável por estreitar um crescente processo de simpatia com o pensamento *maoísta*, presente dentro das fileiras do MPLA.

Esta relação ganhará força, a partir de um duplo acontecimento colocado em curso em meados da década de 1960: a ruptura das relações sino-soviéticas e a mudança do discurso político no cenário internacional dos membros do MPLA, momento em que este grupo independentista assumirá um caráter de esquerdista.

Pode-se dizer que o envolvimento chinês no MPLA, embora de menor envergadura (quando comparado ao nível de investimentos que os chineses realizaram no FNLA e a UNITA, assim como do apoio oferecido pela então União das Repúblicas Socialistas Soviética e Cuba no MPLA), se fez presente até a proclamação da independência da República de Angola em 1975, quando será sinalizado, por parte dos angolanos, a ruptura desta relação em função da descoberta do apoio chinês aos outros grupos independentistas de Angola.

Além disto, fez parte das atuações chinesas no MPLA, o exílio político de um dos cofundadores deste partido, quando *Viriato Francisco Clemente da Cruz*, se desloca para a República Popular da China, após um conjunto de divergências internas no partido com a ascensão política de *António Agostinho Neto* ao comando do MPLA.

Já na FNLA, grupo independentista que possuía desde os anos finais da década de 1950 um apoio vindo dos Estados Unidos da América, a participação dos chineses neste momento se dará após um conjunto de diálogos que somente se concretizarão em apoio bélico no início da década seguinte.

Sendo assim, os homens fortes do Partido Comunista Chinês em África, *Máo Zédōng*, *Zhōu'ēnlái* e *Chén Yì*, somente sinalizaram um efetivo apoio militar com munições e treinamentos militares nos primeiros anos que se seguiram da década de 1960, intensificando assim, os primeiros contatos e diálogos amistosos e rompendo a desconfiança latente dos chineses frente aos acordos que *Holden Roberto* esteve firmando com os estadunidenses.

Entre o volume da presença chinesa em Angola, registrou-se o transito de *Holden Roberto* por *Běijīng*, local em que foi possível firmar o envio de mais de uma centena de conselheiros militares, e quase 500 toneladas de equipamento militar, vindos a partir de territórios, aos quais os chineses já transitavam em larga escala, mais precisamente do Zaire, até chegarem às mãos dos membros do FNLA.

Já no grupo independentista angolano da UNITA, a influência chinesa tomará corpo, a partir do processo de estruturação presente neste grupo, pois se formará nas escolas de treinamentos táticos e de guerrilha na República Popular da China, a liderança central deste movimento. Nesse sentido, *Jonas Malheiro Savimbi* irá estruturar o grupo que liderava a partir de um estreito laço de apoios e contatos com os membros do Partido Comunista Chinês.

Assim como proposto no pensamento *maoísta*, *Jonas Malheiro Savimbi* irá conseguir articular o movimento que liderava, a partir de um foco primordial no processo de exploração

colonial e a defesa da luta revolucionária protagonizada pelo camponês que se volta contra o ambiente urbano colonial.

Será também, por via da presença chinesa, que a UNITA irá acolher grandes volumes de armamentos militares e treinamentos militares o que fará deste movimento a terceira grande força independentista de Angola em 1968, ou seja, poucos anos após a sua criação.

Além disto, a estruturação da UNITA seguirá um modelo, em certa medida, inspirado dentro do quadro militar e ideológico chinês em função do amplo quadro de cofundadores e dirigentes formados nas academias militares e estratégicas existentes na República Popular da China. A UNITA comportará um pouco menos da metade de seus cofundadores formados na *Academia Militar de Nanking*, o que possibilitará uma maior absorção das perspectivas anticoloniais propostas por *Máo Zédōng*.

Estas academias chinesas, entre as quais demos destaque a *Academia Militar de Nanking*, ficaram responsáveis pela formação de grande parte dos quadros simpatizantes as causas chinesas contra a exploração colonial europeia, e se a UNITA, representou a formação de quase a metade do quadro de oficiais que fundaram o grupo independentista, significou para o rival FNLA, a formação de um efetivo de 5.000 membros que compunham a frente militar do grupo independentista angolano que *Holden Roberto* liderava.

Foi então a partir de um conjunto de atuações formais e informais, diretas e indiretas que os chineses se fizeram presentes dentro do processo de reconquista da independência de Angola e de outras regiões e territórios do continente africano.

Embora não se possa generalizar a afirmação de que o modelo revolucionário proposto por *Máo Zédōng* na República Popular da China tenha se tornado modelo e caminho percorrido pelos grupos independentistas de Angola, a sua busca por tentar se consolidar no poder da República Popular da China, ancorado na percepção de um possível isolamento internacional encontrou um momento favorável de acolhimento dos investimentos exteriores em função da internacionalização do conflito angolano.

Esta dupla perspectiva (de angariar fundos a sua causa nacionalista; e a busca de ampliação de relações diplomáticas) foram elementos fundamentais que possibilitaram reconectar, séculos de contatos, trocas e diálogos entre os povos da África e da Ásia, fazendo assim, com que *Máo Zédōng*, *Zhōu'ēnlái* e *Chén Yì*, através do Partido Comunista Chinês na República Popular da China, pudessem contribuir, de forma significativa, no processo de eliminação do colonialismo em Angola, assim como também em outras partes do continente africano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALGARVE, Giovana Mendonça. **A língua portuguesa e seu papel na estrutura social angolana**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – FCLAr, Araraquara-SP, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138924>>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

ALMANAQUE ABRIL 2013: **Geografia Mundo – Atlas, Continentes e Países**: São Paulo: Abriu, 2013.

AMARAL, Ilídio do. **Beira, Cidade e Porto do Índico**. FINISTERA, Revista Portuguesa de Geografia do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa. Lisboa, 1969, Vol. IV. 17 páginas. Disponível em: <<http://www.macua.org/beira100anos/beiraindico.pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

ANGOLA – CHINA: **Parceiros em África**. Consulado Geral da República de Angola em Macau. 47 f. 2010.

Avaliação de compromissos FOCAC da China em relação à África. *Centro de Estudos Chineses – C.E.C.*, Fundação Rockefeller. 320 páginas. Janeiro de 2010.

AUGUSTO, José César (*Kiluanji*). **Trajectória da vida de um guerrilheiro**. Lisboa: Editorial Vanguarda, 1990.

BARROWS, David P. (1910) **The Negrito and Allied Types in the Philippines**, American Anthropologist, Blackwell Publishing on behalf of the American Anthropological Association. Disponível em: <<https://archive.org/details/ahz9229.0001.001.umich.edu>>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

BBC BRASIL. **“Colombo” chinês teria chegado primeiro à América**. 22 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/021023_cholomboamt.shtml>. Acesso em: 22 de junho de 2015.

BEAN, Robert Bennett. (1910) **Types of Negritos in the Philippine Islands**. American Anthropologist, Vol. 12, Nº 2, abril – junho de 1910. P. 220 – 236. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/659951>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

BELLO, Iraxis. **China en África: entre la cooperación y el neocolonialismo**. PUEBLOS, julho de 2008, Nº 33, Pag. 9-11. Disponível em: <<http://www.revistapueblos.org>>. Acesso em: 16 de maio de 2014.

BENEMELIS, Juan. **Castro – Subversão e terrorismo em África**. Lisboa: Europress, 1986.

BHABHA, Homi k. O compromisso com a teoria. In: **BAHBAH, Homi K. O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. (p. 43-69).

BITTENCOURT, Marcelo. **A criação do MPLA**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro. Dezembro de 1997, N° 32, Pag. 185-208. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br>>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

BOTZÀRIS, Alejandro. **África e o comunismo**. Vol. 1. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959.

BROWN, Archie. O Comunismo na Ásia e na África. In: _____. **Ascensão e queda do Comunismo**. Cap. 18, p. 393-432. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRUNSON, James E.; RASHIDI, Runoko; MAGSBY, Wallace. Black Shogun: The African presence in Japanese antiquity. In: RASHIDI, R; VAN SERTIMA, I. (org.). **African Presence in Early Asia**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007, p. 316-324.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: UNESP, 2009.

CAROÇO, Marisa. **Los desafíos de la creciente presencia de China en el continente africano**. Madrid: CEU Ediciones, 2008.

CASTRO, Josué de. **De Bandung a Nova Delhi: a grande crise do Terceiro Mundo**. Seara Nova. 1968.

CAMPOS, Indira e VINES, Alex. **Angola and China: A pragmatic partnership**. 2007. Disponível em: <<http://csis.org>>. Acesso em: 9 de março de 2014.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994. 14ª Edição.

CHANDLER, Wayne B. The Jewel in the Lotus: The Ethiopian Presence in the Indus Valley Civilization. In: RASHIDI, R; VAN SERTIMA, I. (org.). **African Presence in Early Asia**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007, p. 81-106.

CHESNEAUX, Jean. **A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e da África**. In: SANTIAGO, T. (Ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. cap. 4, p. 75-83.

_____. **Devemos fazer tábula rasa do passado?: Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática S.A. 1995.

CHITTICK, Neville. **África del este y Oriente: los puertos y el comercio antes de la llegada de los portugueses**. In: UNESCO (org). Relaciones Históricas a través del Océano Índico: Informe y documentos de trabajo de la reunión de expertos sobre “Los contactos históricos entre África oriental por una parte y el sureste asiático por otra, a través del océano Índico”, Mauricio, 15-19 de julio de 1974: Serbal/UNESCO: Barcelona, 1983, p. 15-26.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução chinesa**. São Paulo: Moderna, 1985.

COISSORÓ, Narana. **A ajuda da China a Angola: os possíveis riscos**. DAXIYANGGUO, Nº12. 2007, Pag. 3-10. Disponível em: <<http://ioriente.iscsp.utl.pt>>. Acesso em: 3 de outubro de 2013.

COSTA, Sérgio. **Desprovincializando a Sociologia: A contribuição Pós-Colonial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 21 Nº 60. 2005.

DIAS FILHO, Carlos Henrique Cardim Rubens Gama. **A herança africana no Brasil e no Caribe**. Brasília: FUNAG, 2011.

DINIZ, Maria Gabriela Araújo. **A parceria entre China e África e os impactos sobre direitos humanos e intervenção humanitária**. S/d. Disponível em: <<http://gedi.objectis.net>>. Acesso em: 31 de março de 2014.

DOMENICHINI-RAMIARAMANANA, Bakoly. **Madagascar**. In: EL FASI, M. História geral da África, III: África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 25, p. 799-824.

EL MUNDO. **Un mapa refuerza la teoria de que un almirante chino se adelantó a Colón al descubrir América**. 13 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2006/01/13/ciencia/1137180628.html>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

EL-NADOURY, Rashid & VERCOUTTER, Jean. **O legado do Egito faraônico**. In: MOKHTAR, G. História Geral da África, II: África antiga. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 5, p. 119-159.

Embassy of the People's Republic of China in the Arab Republic of Egypt. Disponível em: <<http://eg.china-embassy.org/eng/zaigx/zzgx/lstpz/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Indian Ocean**. Disponível em: <<http://www.britannica.com/place/Indian-Ocean>>. Acesso em: 23 de junho de 2015.

ESTEVES, Dilma Kátiuska Pires. **Relações de Cooperação China-África: o caso de Angola**. Coimbra: Almedina, 2008.

Fist of Fury. Direção: Lo Wei. Xiānggǎng (Hong-Kong): 1972. 106 min.

FERNANDO, Emídio. **Jonas Savimbi: no lado errado da história**. Alfragide: Dom Quixote, 2012.

FONSECA, Dagoberto José. **África: desconstruindo mitos**. São Paulo: Secretaria de Educação Municipal de São Paulo/CEERT, 2008a, p. 38.

_____. **Angola, Moçambique e Brasil: línguas, identidades e relações étnicas – desafios e interpretações**. In: Convivência na diversidade: cultura, educação e mídia. Clodoaldo M. Cardoso (Org.) Bauru: Cultura Acadêmica, UNESP/FAAC, 2008b, p. 41-60.

_____. As fronteiras móveis do continente africano: construções étnicas e estranhas à África. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2007. p. 165-173.

_____. **As relações Brasil-África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo**. In: Brasil/África: como se o mar fosse mentira. CHAVES, Rita et all (Orgs.). Maputo: Imprensa Universitária, 2003.

_____. **De migração em migração se constroem impérios, reinos e cidades: o africano no contexto da globalização**. In: Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho. Orgs. MALOMALO, Bas'Ilele; FONSECA, Dagoberto J. & BADI, Mbuyi Kabunda. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 17-34.

_____. **Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal**. Campinas: Relatório Científico (pós-doutoramento), Faculdade de Educação, UNICAMP, 2009. (Mimeo).

Forum on China-Africa Cooperation. Disponível em: <<http://www.focac.org>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

FREYRE, Gilberto. **China Tropical: e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira**/ Gilberto Freyre; (org.) Edson Nery da Fonseca. São Paulo: Global, 2011.

GALAAL, Musa H. I. **Los lazos históricos entre el Cuerno de África y las islas del golfo Pérsico y del océano Índico a través del islam**. In: UNESCO (org). Relaciones Históricas a través del Océano Índico: Informe y documentos de trabajo de la reunión de expertos sobre “Los contactos históricos entre África oriental por una parte y el sureste asiático por otra, a través del océano Índico”, Mauricio, 15-19 de julio de 1974: Serbal/UNESCO: Barcelona, 1983, p. 27-36.

GIDDENS. Anthony. **As novas regras do método Sociológico: Uma crítica positiva às sociologias interpretativas**. Lisboa: Gradiva, 1993. Cap. 1, p: 37-86.

GOOGLE MAPS. **Mapa da África e da Ásia**. 2015. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

GOYTISOLO, Luís. **Indico**. Espanha: Serbal y RTVE, 1992.

GREENBERG, Joseph Harold. **Classificação das línguas da África**. In: KI-ZERBO, J. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 12, p. 387-399.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão?**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília. Maio-agosto de 2006, Vol. 22, Nº 2, Pag. 201-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>>. Acesso em: 27 de novembro de 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Parte 1. Páginas 25-128.

HANBAN. 当代中文 – Chinês Contemporâneo para o principiante: 课本 – Livro do Aluno. Běijīng: Sinolingua, 2010.

HEVI, Emmanuel John. **Um estudante africano na China**. São Paulo: Dominus, 1965.

HRBEK, Ivan. **A África no contexto da história mundial**. In: EL FASI, M. História geral da África, III: África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 1, p. 001-038.

IRWIN, Graham W. **African Bondage in Asian Lands**. In: RASHIDI, R; VAN SERTIMA, I. (org.). African Presence in Early Asia. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007, p. 139-145.

JORNAL TRIBUNA DE MACAU – JTM, **Revolução chegou atrasada ao Oriente**, 25 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=243601008>>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

JURQUET, Jacques. **Genocídio anticomunista na indonésia**. In: O Livro Negro do Capitalismo. (org.) Gilles Perrault; tradução de Ana Maria Duarte... [et al.]. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005. Pág. 173-188.

KI-ZERBO, Joseph. **Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra**. In: KI-ZERBO, J. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010a. Cap. 15, p. 387-399.

_____. **Conclusão: da natureza bruta à humanidade liberada**. In: KI-ZERBO, J. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010b. Cap. Conclusão, p. 833-851.

_____. **História da África Negra: II**. [Mem Martins]: Trad. Américo de Carvalho. Publicações Europa-América, 1972.

KERR, Gordon. **Uma breve história de África: das origens da raça humana à primavera árabe**. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

KESWANI, D. G. **Influencias culturales y comerciales indias en el océano Índico, desde África y Madagascar hasta el sureste asiático**. In: UNESCO (org). Relaciones Históricas a través del Océano Índico: Informe y documentos de trabajo de la reunión de expertos sobre “Los contactos históricos entre África oriental por una parte y el sureste asiático por otra, a través del océano Índico”, Mauricio, 15-19 de julio de 1974: Serbal/UNESCO: Barcelona, 1983, p. 37-51.

KLICKEDUCAÇÃO. **Domínio colonial europeu da África e da Ásia no século XIX e XX**. Disponível em: <http://www.klickeducacao.com.br/Klick_Portal/Enciclopedia/images/Co/6616/2383.jpg>. Acesso em: 17 de julho de 2015.

KOBISHANOV, Yuri. M. **Axum do século I ao século IV: economia, sistema político e cultura**. In: MOKHTAR, G. História Geral da África, II: África antiga. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 15, p. 399-423.

KUMAR, Deepak. **A competição no Oceano Índico à luz do emergente triângulo estratégico**. Revista da Escola de Guerra Naval, dezembro de 2009, Nº 14, Pag. 123-153. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2013.

LELAND, Charles G. **FUSANG or The discovery of America by Chinese Buddhist Priests in the Fifth Century**. London: Trübner & Co., Ludgate Hill, 1875. Disponível em: <<https://archive.org/details/fusangdiscovery00lelarich>>. Acesso em 11 de março de 2015.

LENTIN, Albert-Paul. **De Bandung a Havana**. In: SANTIAGO, T. (Ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. cap. 2, p. 37-60.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Presença, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole (Ásia e África)**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LOPES, Ana Mónica e ARNAUT, Luiz. **História da África: uma introdução**. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

MABOGUNJE, Akin. **Geografia histórica: aspectos econômicos**. In: KI-ZERBO, J. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 14, p. 367-385.

MACAGNO, Lorenzo. **Os “bons portugueses” do Atlético Chinês: desporto e fotografia no Moçambique tardo-colonial**. 7º Congresso de Estudos Africanos. Lisboa, 2010. 24 páginas. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/2225>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

MACÁRIOS, Fernanda Ferraz de Campos. **A transição do poder mundial**. Cadernos de Finanças Públicas, dezembro de 2011, Nº 11, pag. 5-28.

Macau e as relações econômicas China/países de língua portuguesa. Instituto Internacional de Macau – *IIM*. 160 f. Macau, outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.iimacau.org.mo>>. Acesso em: 9 de julho de 2013.

MACHADO, Igor José de Renó. **Reflexões sobre o Pós-Colonialismo**. TEORIA E PESQUISA, janeiro e julho de 2004, Nº 44 e 45, Pag. 19-32.

MAPSOFINDIA. **Indus Valley Civilization. Harappa and Mohenjo-Daro**. Disponível em: <<http://www.mapsofindia.com/history/indus-valley-civilization-map.jpg>>. Acesso em: 01 de junho de 2015.

MARIN, Cecile. (2005) **Naissance du tiers-monde**. Le Monde diplomatique. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2015.

MARTINS, Maxwell. **A China em África: entre a cooperação e o neocolonialismo em Angola**. 2016. 78 folhas. Monografia (em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, São Paulo, 2016.

_____. **Desafios contemporâneos da África: A China em África, o caso de Angola**. Câmara Municipal de Araraquara-SP, UNESP/FCLAr/Escola do Legislativo. 26 de maio de 2014a, Tipo de depoimento: Palestra. Disponível em:<www.youtube.com/watch?v=ZwMjdXbr0c>.

_____. **O envolvimento chinês na luta de descolonização e reconquista da independência em Angola**. In: Nas teias da memória e da imaginação..., XIII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014b, Araraquara, Anais, Araraquara, Gráfica Unesp, 541-559 p.

_____. **3º Relatório Científico Parcial (Março)**. PIBIC, 2013, mimeo, pp. 59.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Globo, 1987.

MARXISTS. **Congress of the Peoples of the East Baku**, September 1920. Disponível em <<https://www.marxists.org/history/international/comintern/baku>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2015.

MASAO, Fidel. e MUTORO, Henry. **A costa da África Oriental e as ilhas Comores**. In: EL FASI, M. História geral da África, III: África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 21, 685-720 p.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência: A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Lisboa: Inquérito. 1999.

MEDEIROS, Eduardo. **Etnia e raça no desporto beirense da época colonial. O caso dos “sino-moçambicanos”**. Cadernos de Estudos Africanos, Nº 26, dezembro de 2013. Disponível em: <<http://cea.revues.org/1115>>. Acesso em 9 de dezembro de 2014.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

MENDY, Peter Karibe. **Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva**. In: LOPES, C. (Org.). São Paulo: Ed. UNESP, 2012. Cap. 2, p. 15-34.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Brasil e o mundo ázio-africano**. Brasília: FUNAG, 2012.

MENZIES, G. **1421: o ano em que a China descobriu o mundo**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MICHEL, Serge & BEURET, Michel. **China en África: Pekín a la conquista del continente africano**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

MKAA – Museum Konperensi Asia-Afrika. **The History of the Asia-African Conference**. S/d. Acesso em 4 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://asianmuseum.org/en/sejarah-konferensi-asia-afrika>>.

MOREIRA, Neiva & BISSIO, Beatriz. **Os Cubanos na África**. São Paulo: Global, 1979.

News of the Communist Party of China. In: Zhou Enlai shook hands with the visiting Member of the National Leadership and Member of the Secretariat of Partido Unido de la Revolucion Socialista Ernesto Guevara Serna on February 8th, 1965. Disponível em: <<http://english.cpc.people.com.cn/66116/4467660.html>>. Acesso em: 14 de julho de 2015.

NOLUTSHUNGU, Sam C. **Soviet Involvement in Southern Africa**. Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 481, Sep., 1985, pp. 138-146. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1045141>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

OLDEROGGE, Dmitri Alexeyevich. **Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas**. In: KI-ZERBO, J. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 11, p. 295-316.

OTOMO, Keiichi. (1981) **The Genetic Origins of the Philippine Negritos**. Current Anthropology, Vol. 22, Nº 4, agosto de 1981. P. 421 – 422. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2742236>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

PAIM, Márcio. **Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai**. Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VIII – nº XIII, julho de 2014. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-13>>. Acesso em: 01 de março de 2016.

PANIKKAR, Kavalam Madhava. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Letícia. **“Ao vencedor, as batatas”**: o reconhecimento da independência de Angola. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho de 2007, p. 83-120. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2562/1521>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

PORTÈRES, R. & BARRAU, J. **Origens, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas**. In: KI-ZERBO, J. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 27, p. 781-802.

RALSTON, Richard David. **A África e o Novo Mundo**. In: BOAHEN, A. A. História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935: UNESCO, 2010. Cap. 29, p. 875-918.

RASHIDI, Runoko. Commentary: **Black Bondage in Asia**. In: RASHIDI, R; VAN SERTIMA, I. (org.). African Presence in Early Asia. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007, p. 138-139.

ROCHA, Edmundo. **Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano – período de 1950 a 1964**. Lisboa: Dinalivro, 2009.

RODRIGUES, H. **A afirmação da China em África e a utilização de Macau como plataforma de aproximação aos países lusófonos**. Coimbra. S/d. Disponível em: <<http://www.politica-china.org>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

ROSINHA, Maria do Rosário Rebelo de Penha Gonçalves. **A China em África: parceria igual ou desigual (Os casos de Angola e Moçambique)**. 2009. 135 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/teses/ROSARIO%20ROSINHA_A%20China%20em%20%C1frica.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2015.

ROTH, Ling H. (1896) **Negritos in Borneo**. The Journal of the Anthropological, Vol. 25 de 1896. P. 262 – 271. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2842249>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

ROWLEY, Michael. **Kanji pictográfico: dicionário ilustrado mnemônico japonês-português**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SÁ, Tiago Moreira de. **Os Estados Unidos e a descolonização de Angola**. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

SAHLINS, Marsall. Cultura na Prática. Cap. 13 **Cosmologias do capitalismo: o setor transpacifico do “sistema mundial”**. Páginas 443-499. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SANTANA, Cristiane Soares de. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. 2008. 134 folhas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11241/1/Dissertacao%20Cristiane%20Santanaseg.pdf>>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

SCHILLING, Voltaire. **A Revolução na China: colonialismo – maoísmo – revisionismo**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

SCHWARTZ, Stephen Suleyman. **Islam and Communism in the 20th Century - An Historical Survey**. Washington: CIP - Center for Islamic Pluralism, 2009. Acesso em: 03 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.islamicpluralism.org>>.

SELLSTRÖM, Tor. **A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2008. Disponível em: <<http://www.liberationafrica.se>>. Acesso em: 22 de outubro de 2014.

SERVANT, Jean-Christophe. **China's trade safari in Africa**, Le Monde Diplomatique, maio de 2005. Disponível em: <<http://mondediplo.com/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

SHERIFF, Abdul. M. H. **A costa da África oriental e seu papel no comércio marítimo**. In: MOKHTAR, G. História Geral da África, II: África antiga. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 22, p. 607-626.

SHINN, David H. **Military and Security Relations: China, Africa, and the Rest of the World**. In: ROTBERG, R. I. (Org.). Washington: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 8, p. 155-196.

SHU, Silvana Shioh Shyan. **A inserção internacional da China no Pós-Guerra Fria**. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 11 de outubro de 2013.

SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

SURET-CANALE, Jean. **As origens do capitalismo (Séculos XV a XIX)**. In: O Livro Negro do Capitalismo. (org.) Gilles Perrault; tradução de Ana Maria Duarte... [et al.]. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 23-46.

TALIB, Yusof. **A diáspora africana na Ásia**. In: EL FASI, M. História geral da África, III: África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 26, p. 825-860.

THE ECONOMIST. **China beat Columbus to it, perhaps**. Janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/5381851>>. Acesso em: 23 de julho de 2015.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral**. In: BOAHEN, A. A. História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2. p. 21-50.

VANOVERBERGH, Morice. (1933) **Philippine Negrito Culture: Independent or Borrowed?**. Primitive Man, Vol. 6, Nº 2, abril de 1933. P. 25 – 35. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3316468>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

VARNAM. **Names, routes and locations of the Periplus of the Erythraean Sea**. In: Roman pot or Mesopotamian amphorae?. Disponível em: <http://farm3.static.flickr.com/2109/2119244581_7f96d65a6f_o.png>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

VÉRIN, Pierre. **Madagascar**. In: MOKHTAR, G. História Geral da África, II: África antiga. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 28, p. 773-802.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

WANG, Gungwu. **Los chinos y los países situados al otro lado del océano Índico**. In: UNESCO (org). *Relaciones Históricas a través del Océano Índico: Informe y documentos de trabajo de la reunión de expertos sobre “Los contactos históricos entre África oriental por una parte y el sureste asiático por otra, a través del océano Índico”*, Mauricio, 15-19 de julio de 1974: Serbal/UNESCO: Barcelona, 1983, p. 71-78.

WEATHERFORD, Jack McIver. **Gengis Khan e a formação do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

WEBER, Max. **Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WILENSKY, Julie. **The Magical Kunlun and “Devil Slaves”**: Chinese Perceptions of Dark-skinned People and Africa before 1500. Sino-Platonic Papers, Nº 122. Julho de 2002. Acesso em: 21 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.sino-platonic.org/complete/spp122_chinese_africa.pdf>.

WOLF, Michael; MIN, Anchee; LANDSBERGER, Stefan. **Chinese Propaganda Posters**. Köln: Tachen, 2011.

YU SHENGNAN, Guo Qian. (2011) **China-Africa cooperation: unlimited opportunity with vitality**. FOCAC, 20 de dezembro. Página consultada a 10 de dezembro de 2013, <<http://www.focac.org/chn/>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

ZHANG, Hong-ming. **A política chinesa na África**. In: BELLUCCI, B. (org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004. Cap. 9, p. 233-296.

ZHOU, Yihuang. **La diplomacia China**. China Intercontinental Press, 2004.

ZULUAGA NIETO, Jaime. **Una tricontinental del conocimiento: un espacio para la cooperación Sur-Sur**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, julho 2006. Pag. 399-406. ISBN 987-1183-41-0.

支那。In: 百度百科. Disponível em: <<http://baike.baidu.com/view/58227.htm>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016a.

支那人。In: 百度百科. Disponível em: <<http://baike.baidu.com/view/455596.htm>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016a.

支那人。In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://zh.wikipedia.org/wiki/支那人>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

周去非。嶺外代答。中国，1178年。Disponível em: <<http://ia600609.us.archive.org/32/items/lingwaitaita00chou/lingwaitaita00chou.pdf>>. Acesso em: 1 de julho de 2014.